

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO:  
DIREITO**



**FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E  
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FBE**

**SALVADOR/2019**

## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	4
1.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA.....	4
1.2 DADOS DA MANTIDA: .....	6
2. MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS, VALORES E OBJETIVOS DA FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....	6
2.1 MISSÃO DA IES .....	7
2.2 VISÃO, PRINCÍPIOS E VALORES .....	7
2.3 OBJETIVOS.....	8
3 CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS .....	9
3.1 ESTADO DA BAHIA.....	9
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA .....	12
3.2.1 SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA .....	12
3.2.2 RENDA PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: COMPARABILIDADE 1991, 2000, 2010.....	16
4 DESENVOLVIMENTO/INFRA-ESTRUTURA.....	17
5 CONTEXTOS EDUCACIONAIS DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA IES.....	20
5.1 RM BH: IDHM- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	24
5.2 EVOLUÇÃO DO IDHM NA RM DE SALVADOR.....	25
5.3 OS MAIS ALTOS E OS MAIS BAIXOS IDHMS.....	25
5.4 A DINÂMICA DOS VALORES DE IDHM DA RM DE SALVADOR.....	26
5.5 RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE - RM DE SALVADOR.....	27
5.6 IDHM - COMPONENTE EDUCAÇÃO- RMBH.....	28
5.7 EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	30
6 JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO DE DIREITO .....	35
7 DADOS DO CURSO:.....	35
8 FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	37
9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO .....	38
9.1 POLÍTICAS PARA O ENSINO: .....	39
9.1.2 POLÍTICAS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PRÁTICAS INVESTIGATIVAS.....	40
9.1.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO .....	41
10 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	42
11 OBJETIVOS DO CURSO.....	44
12 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO .....	44
13 ESTRUTURA CURRICULAR.....	48
13.1 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO .....	51
13.2 FLUXOGRAMA DO PERCURSO DE FORMAÇÃO .....	55
14 CONTEÚDOS CURRICULARES .....	56
14.1 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR .....	59
14.2 ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS .....	60
15 COMPONENTES CURRICULARES – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA .....	65
15.1 PERIÓDICOS.....	65
16 METODOLOGIA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM .....	136
16.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM .....	137
16.2 RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA.....	138
17 INTERDISCIPLINARIDADE .....	139
18 ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	140
19 MONITORIA .....	141
19.1 INICIAÇÃO CIENTÍFICA/ PRÁTICAS INVESTIGATIVAS .....	142
19.2 EXTENSÃO .....	142
20. TRABALHO DE CURSO.....	143
21 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	144

22 OPORTUNIDADE DE PUBLICAÇÃO NO CURSO .....	145
23 EDUCAÇÃO CONTINUADA: INTEGRAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO COM A GRADUAÇÃO.....	145
24 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS .....	146
25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. ....	146
26 APOIO AO DISCENTE .....	151
26.1 PROJETO DE ACOLHIMENTO .....	151
26.2 REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICOS.....	151
26.3 MECANISMOS DE NIVELAMENTO DE ESTUDOS .....	152
27 SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO .....	153
28 GESTÃO DO CURSO.....	155
28.1 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	156
28.2 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....	156
28.3 COORDENADORIA DO CURSO .....	157
28.4 ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORIA DO CURSO .....	158
29 CORPO DOCENTE .....	159
30 INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL: .....	159
31 RECURSOS MATERIAIS PARA O CURSO .....	160
31.1.1 GABINETES DE TRABALHO PARA DOCENTES.....	160
31.1.2 ESPAÇO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO .....	160
31.1.3 SALA DE PROFESSORES .....	160
31.2 SALAS DE AULAS E OUTROS ESPAÇOS DESTINADOS AO CURSO.....	160
31.2.2 INFRAESTRUTURA; LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO DE DIREITO.....	164
31.2.2.1 – LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	164
31.2.2.2 CENÁRIOS DE APRENDIZAGEM.....	164
NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: INFRAESTRUTURA E CENÁRIOS DE APRENDIZAGEM.....	164
31.3 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: .....	164
31.4 BIBLIOTECA: .....	164
31.4.1 INSTALAÇÕES PARA O ACERVO.....	172
31.4.3 BIBLIOTECA: INSTALAÇÕES PARA ESTUDOS INDIVIDUAIS.....	172
31.4.4 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO.....	173
31.4.5 SERVIÇO INFORMATIZADO DE ACESSO AO ACERVO.....	174
32 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	185
32 ANEXOS.....	
32.1 ANEXO 1 - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....	187
32.2 ANEXO 2 - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CURSO.....	191
32.3 ANEXO 3 - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	197

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA**

A trajetória da mantenedora apresenta vasta experiência na oferta da Educação Básica. Nesse contexto, é relevante apresentar a Educação Profissional e Tecnológica (cursos técnico de nível básico e cursos técnicos de nível médio), por meio da Escola Bahiana de Ciência e Tecnologia, mantida por uma Fundação, sem fins lucrativos, que iniciou suas atividades em abril de 1997, com a missão de manter escolas e cursos em todos os níveis da Educação e promover projetos de caráter técnico, científico, social, cultural e desportivo.

Com quase 20 anos de existência, a Fundação Bahiana tem conseguido parceiros para realizar sua missão. A partir da sua criação em 1997, estabeleceu convênio de parceria com o Ministério da Educação, para participar do PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional e PRONATEC (Programa Nacional de Expansão da Educação Profissional), com a SETRE - Secretaria do Trabalho e Ação Social, do Governo do Estado da Bahia/Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A Fundação tem efetuado a qualificação e/ou requalificação, em diversas áreas profissionais, ofertando cursos técnicos e/ou cursos de curta duração, atendendo as demandas do mercado de trabalho e a recolocação de profissionais, atingindo a marca de 110.000 pessoas, distribuídas em mais de 150 municípios. Também, por meio de convênio com o Ministério da Justiça, juntamente com o Ministério do Trabalho, 800 jovens foram qualificados, dentro do programa SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO, atendendo a 6 municípios, dentre eles Salvador.

A Fundação Bahiana, em parceria com o Ministério da Educação/SEMTEC/PROEP, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, credenciou junto ao Conselho Estadual de Educação a ESCOLA BAHIANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Por meio desta parceria a Fundação qualificou 10.283 técnicos em diversas áreas, sendo que deste número, 2.225 alunos foram beneficiados com a gratuidade. Os cursos técnicos possuem autorização de funcionamento conforme exigência dos órgãos governamentais competentes, sendo eles: Técnico em Eletrotécnica,

Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Petróleo e Gás, Técnico em Informática, Técnico em Mecatrônica.

Assim posto, nesta trajetória, construiu uma infraestrutura física e de laboratórios, de extrema importância para o desenvolvimento da região.

Segundo os levantamentos da Coordenação de Assistência ao Estudante, 82% dos formados estão em postos de trabalho. Considerando o período de 2003 a 2010, este percentual aproxima-se de 92% dos egressos inseridos no mercado de trabalho, em sua área de formação.

Além disso, por meio de convênio de parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador, a Fundação qualificou profissionais da comunidade soteropolitana para o mundo do trabalho, oportunizando treinamentos nos bairros, de acordo com a demanda local, bem como nas dependências de Centros de Treinamento da Prefeitura de Salvador, atingindo 312 beneficiários.

Ainda em 1998, a Prefeitura Municipal de Camaçari estabeleceu parceria com a Fundação, o que resultou em oportunidade de qualificação profissional a jovens daquele município, a fim de propiciar a sua inserção no mercado de trabalho, mediante as indústrias que se instalaram no Pólo Petroquímico de Camaçari, a exemplo da FORD, que contrataram todos os 650 profissionais que concluíram o curso entre os anos 1998 e 2003.

O Programa Escola de Fábrica é mais um dos Projetos que a Fundação esteve presente, por meio de parceria com o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Profissional, formando 560 jovens em nove municípios nas áreas de meio ambiente, transporte, eletrotécnica, eletromecânica, turismo e hotelaria, eletrônica, informática e mecatrônica. Destaca-se, também, que a Fundação possui parceria com a rede FIAT, sendo o único centro de qualificação e/ou requalificação profissional da FIAT, em todo o estado da Bahia. Também é o único estado da Federação em que esta formação não ocorre pelo SENAI, o que corrobora a importância da entidade na qualificação profissional da Bahia. Também, a Fundação Bahiana possui convênio de parceria com a UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas e a FIA - Fundação Instituto de

Administração, da USP (Universidade de São Paulo), para diversas atividades colaborativas.

Observa-se que a mantenedora possui uma linha de trabalho alicerçada nos diversos níveis de educação, que favorece a continuidade da mesma em dedicar-se também ao ensino superior com a mesma excelência de qualidade no ensino.

## **1.2. DADOS DA MANTIDA:**

- **FBE** – Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas
- **Endereço:** Rua Adhemar Pinheiro Lemos, nº 1617, Bairro: Imbuí, Salvador/BA
- **Código eMEC:** 21871

## **2. MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS DA FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

A Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas - FBE é estabelecimento educacional de nível superior, integrante do sistema federal de ensino. Tem perfil de uma instituição pluricurricular, que terá atuação nas diferentes áreas do saber. Atendidos os requisitos da legislação em vigor, os cursos e programas oferecidos buscarão atender às demandas locais, regionais e nacionais, podendo ser oferecidas as seguintes modalidades: graduação, pós-graduação e extensão.

O desenvolvimento institucional que a FBE buscará nortear-se pela constante busca da qualidade e pela responsabilidade social, considerando o entorno da IES e região.

## **2.1. MISSÃO DA IES**

A FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, FBE, considerando o compromisso com sua atuação, enquanto instituição de ensino superior tem como missão:

**“Ser uma Instituição de Ensino Superior de excelência na formação de profissionais qualificados, éticos e cidadãos e comprometida com a responsabilidade social.”**

## **2.2. PRINCÍPIOS E VALORES**

Os princípios e valores, que deverão nortear as ações da FBE, em consonância com sua missão, regem-se pelos seguintes:

- Acreditar na educação como forma de construção de uma sociedade mais justa e igualitária;
- Conceber a formação profissional pelo princípio da ética, da cidadania e da educação continuada;
- Buscar, constantemente, a excelência acadêmica, norteando-se pela responsabilidade social, inclusão e desenvolvimento sustentável;
- Pensar a educação como fator decisivo à transformação social e ao progresso científico e tecnológico, de forma a contribuir para o bem comum da sociedade.

## **2.3. VISÃO**

A Instituição tem como visão consolidar-se como referência no ensino de graduação e de educação continuada, na região nordeste.

## 2.4. OBJETIVOS

A Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas, como Instituição de Ensino Superior, regida pelo Sistema Federal de Ensino, conforme consta em seu Regimento Interno tem por objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Promover a formação profissional, nas diferentes áreas de conhecimento, visando à inserção no mercado de trabalho, ampliando as relações sociais e colaborando para o processo de educação continuada;
- Incentivar o trabalho de investigação, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia, criação e difusão da cultura, de forma a compreender o entendimento do homem e do meio no qual se insere;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, que se constituem como patrimônio da humanidade, ampliando a socialização do saber por meio do ensino, da comunicação e da interação com a comunidade;
- Atuar no campo da extensão, de forma a propiciar a sua participação e interação com a Instituição de Ensino Superior, contribuindo para o atendimento das suas necessidades e aspirações, assim como a difusão e benefícios decorrentes da criação cultural, das práticas investigativas e da prestação de serviços.
- Estimular o conhecimento dos problemas atuais, com especial atenção aos nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de constante reciprocidade;
- Preservar os valores éticos, morais e cívicos, na busca da melhoria da qualidade de vida e da promoção do bem-estar comum;

- Contribuir de forma efetiva na promoção do espírito comunitário, da fraternidade e da igualdade entre os cidadãos e de desenvolvimento sustentável, para que seus egressos realizem seus projetos de vida e contribua com a transformação social.
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, assim como atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem a educação básica e a educação superior.
- Promover o intercâmbio científico e cultural com outras Instituições de Ensino Superior, bem como a cooperação com entidades que visem o desenvolvimento de atividades de interesse comum.

### **3. CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS**

#### **3.1. ESTADO DA BAHIA**

A população do estado da Bahia é de 15.062.681 habitantes (fonte: 2013, SEI), que se distribuem em 11.140.670 na zona urbana e 3.922.011 na zona rural, em uma área territorial de 564.692.67km<sup>2</sup>. Destaca-se que 34,93% da população do estado residem na Região Metropolitana de Salvador, sendo 3.892.429 habitantes, na zona urbana e, apenas, 67.557 na zona rural.

No estado da Bahia encontra-se o princípio da história política, social e econômica do Brasil, enquanto início da colonização portuguesa. Em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, aporta em Porto Seguro, levando estas terras à condição de colônia lusa por mais de três séculos. Por dois séculos e meio foi a capital da colônia, sediando a Governadoria Geral, dada a natureza fértil de suas terras e abundância de água. Também, os povoamentos da região Nordeste inicialmente partiram da Bahia.

No ciclo da cana de açúcar, o estado foi um dos principais produtores, existindo até hoje uma economia expressiva ligada a este setor produtivo.

Posteriormente, a economia centra-se na cultura cacauzeira e, com ela, um novo cenário político e uma nova classe social em ascensão, a dos coronéis.

Por seus séculos de história, a Bahia é detentora das maiores riquezas culturais do país, destacando-se, nacionalmente, no universo das artes e das festas populares, além de contemplar um lócus privilegiado de belezas naturais e de séculos de cultura e miscigenação racial, que marcam a identidade do próprio país.

O estado tem uma economia diversificada, em que se ressalta na agricultura o cultivo, principalmente, de cacau, cana de açúcar, coco da Índia, soja, algodão, dentre outros; na pecuária, destacam-se os bovinos; na indústria, os produtos químicos e petroquímicos, sendo que na Região Metropolitana de Salvador, encontra-se o Pólo Petroquímico de Camaçari; também a exploração de petróleo e minérios são relevantes. Atualmente, a Bahia encontra-se em processo de grande industrialização, impactando, inclusive, no desenvolvimento de toda a Região Nordeste.

O processo de modernização do estado tem início nos anos 50, com a descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano, a construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso (1954) e a abertura da rodovia Rio-Bahia (1957). Na década seguinte, passa a ser atendida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e recebe recursos, sobretudo, para a ampliação da agricultura irrigada na bacia do São Francisco. A partir de 1974, esse cultivo fica sob a supervisão da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Ainda nos anos 70, incentivos fiscais favorecem a implantação do Polo Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, este se destacando como o maior centro industrial do Nordeste.

Considerando estes contextos, registra-se a evolução do PIB - Produto Interno Bruto, período 2002-2010, na relação Bahia e Brasil, registra-se no estado um PIB de 142,6, enquanto o Brasil apresenta um desempenho de 136,6, confirmando, portanto, as potencialidades da Bahia. O estado contribui com 4,3% do PIB nacional, segundo dados de 2010 (SEI, IBGE) e se mantém em

uma década em 4,0%, ou mais, de contribuição da Bahia no PIB do país, iniciando uma consolidação crescente a partir de 2010.

O principal diferencial que embasa as projeções de crescimento da economia do estado, acima da média nacional, reside nas intenções de investimento, que poderão elevar a participação da Bahia no Produto Interno Bruto do País. Ressalta-se, também, as características da indústria baiana de transformação, concentrada em poucos setores, que têm encontrado facilidades no mercado externo, para escoar uma parcela de sua produção, compensando retrações de demanda provocadas pela conjuntura interna. Entre 2005 e 2013 a indústria apresenta crescimento ininterrupto.

Importam ressaltar, ainda, as significativas mudanças no mix da produção agrícola, com a introdução de produtos de maior valor agregado, voltados ao mercado externo, em detrimento dos produtos tradicionais, excessivamente dependentes das condições climáticas e do financiamento público. Finalmente, considera-se o fato da Bahia ser um dos poucos Estados que conseguiram ajustar suas contas, podendo assim dispor de um percentual significativo, na ordem de 15% de suas receitas para investimento, e cumprir uma agressiva agenda de atração de investimentos privados.

Reiterando estes aspectos, apresenta-se uma nova série histórica atualizada do crescimento do PIB, tomando-se como referência o período de 2010-2014, em que se mantém com crescimento acima de 1,4% ao ano (fonte: SEI/IBGE), mesmo diante da crise econômica registrada no Brasil, principalmente nos últimos três anos. Por outro lado, registra-se que na composição da renda há uma evolução significativa nos salários e na arrecadação de impostos, o que corrobora com o momento de transformação, advindo dos investimentos na industrialização.

Na estrutura por grandes setores, o setor serviços registra avanços contínuos no período de 2010 a 2013, considerando a tríade: Setor Agropecuário, Setor industrial e Setor Serviços. Em 2010, o Setor Serviços registra o predomínio de 65% e, em 2013, de 72,1%, o que equivale a um aumento de 9,85% no período.

Corroborando com o destaque do estado, na área de serviços, a importância do turismo, visto que a Bahia, o mais populoso estado do Nordeste, recebe todos os anos milhares de turistas brasileiros e estrangeiros. Na faixa litorânea, alternam-se atrações como Praia do Forte, a capital Salvador, Itaparica, Morro de São Paulo, Ilhéus, Comandatuba, Porto Seguro, Arraial d'Ajuda, Trancoso, Lençóis, Prado, Alcobaça, Caravelas e o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, que reúne a maior variedade de corais do país. Na região central destaca-se a Chapada Diamantina, com cachoeiras, grutas e cavernas. Nada menos que 2,4 milhões de hectares do território consistem em áreas de proteção, parques, cinturões verdes, reservas, estações ecológicas, jardins botânicos ou monumentos naturais que, juntos, ocupam 4,2% do território baiano, área equivalente ao estado de Sergipe.

Na estrutura do setor Industrial, revelam-se dois aspectos: a indústria de transformação e a da construção que, anteriormente, não tinham grande expressão.

Estrutura do Setor Industrial - Bahia, 2010 – 2013 (%)

Atividades	2010	2011	2012	2013
<b>Indústria de transformação</b>	46,4	37,3	30,1	35,5
<b>Indústria da construção</b>	29,8	35,1	37,0	41,4
<b>Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação</b>	13,7	14,9	15,4	8,2
<b>Indústria extrativa</b>	10,1	12,6	17,5	15,0
<b>Total</b>	100	100	100	100

Fonte: SEI / IBGE

A indústria da construção tem avanços significativos no período, registrando evoluções ano a ano, no período. Em 2010 respondia por 29,8% do complexo e em 2013, por 41,4%, o que corresponde a um avanço de 28,02%.

## 3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

### 3.2.1. SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana de Salvador é constituída pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião

do Passé, Simões Filho, Vera Cruz. Sua população, segundo o Censo IBGE (2010), é de 3.573.973 habitantes, distribuída em uma área de 4353,89 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 820,87 hab/km<sup>2</sup>.

Salvador, capital do estado da Bahia, e principal cidade da Região Metropolitana de Salvador, tem consolidado sua importância econômica e social para o país, principalmente nas últimas décadas. Por outro lado, é na capital e no estado que se encontram a história do Brasil com a chegada dos portugueses, e a Bahia se tornou centro econômico, político e cultural do país. Abrigo a sede da Corte, em 1808 e, também, consagrou-se como um centro de educação, com a Companhia de Jesus, que fundou a primeira escola e a primeira universidade do país. Inclusive, no século XVIII, já contava com uma Escola de Engenharia e, ainda, a primeira Faculdade para profissionais liberais, a Faculdade de Medicina da Bahia.

Nos anos 1970, a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, hoje Pólo Industrial de Camaçari, por sua diversidade industrial, coloca a Região Metropolitana de Salvador no centro de importância para o estado da Bahia. Também, há uma expansão da metropolização para o turismo, principalmente no Norte da Baía e Baía de Todos-os-Santos, graças às possibilidades viárias dadas pela Estrada do Coco até Guarajuba, em 1975, e Linha Verde, em 1993, propiciando, nas décadas seguintes, uma grande infraestrutura turística, que se inaugura, no ano 2000, com o Resort Costa do Sauípe.

Na Bahia reside o maior número relativo de negros e mulatos do Brasil e a cultura africana tem influência na culinária e no sincretismo religioso, em festas como as do Nosso Senhor do Bonfim e de Iemanjá. A música e os ritmos baianos atraem visitantes do mundo todo, especialmente durante o Carnaval.

No período 2008/2009 a 2014, constata-se uma evolução significativa no fluxo turístico da Bahia (sec. Turismo), posto que em 2008/2009 era de 9.052.000 e passa, em 2014, para 14.509.659, o que equivale a aumento de 37,61% no período. Destaca-se que no fluxo turístico do estado, Salvador e sua RM atraem 36,9% do fluxo de turismo doméstico do estado da Bahia, em 2011, ocorreram na Baía de Todos os Santos, em que se inclui Salvador e a RM. Por outro lado, 10,1% deste fluxo turístico tiveram como destino a Costa dos Coqueiros,

compreendendo o litoral de Salvador e Região Metropolitana. Observa-se, também, que os resultados referentes ao fluxo de turismo internacional, no estado, revelam uma larga predominância da capital baiana, com 67%.

Salvador é o terceiro destino mais visitado pelo turismo doméstico, estando a sua frente somente São Paulo e Rio de Janeiro.

Considerando o fluxo de movimentação de aeroportos, registra-se, no estado, no período de 2007 a 2014, que o Aeroporto de Salvador contempla mais de 78% do fluxo do movimento operacional de embarque e desembarque.

Também, Salvador possui, no período de 2011 a 2015, absoluto domínio de fluxo de cruzeiros marítimos no litoral baiano.

Nas três primeiras décadas do século XX, Salvador passou por uma reconstrução, a fim de se abrir avenidas e passagem de bonde. Nos anos 60 e 70 efetiva-se um plano viário, construindo-se a Avenida Contorno e a Paralela, sendo que esta última é de fundamental importância para acesso aos bairros, assim como para a interligação da capital com seu entorno. Destaca-se que na Marginal desta Avenida Paralela encontra-se a Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas.

O dinâmico progresso das últimas décadas tem dado a esta metrópole um centro de importância para o país e uma referência regional. A Região Metropolitana, juntamente com sua cidade-sede, Salvador, de acordo com dados do IBGE (2010), possui 65.511 estabelecimentos de comércio e serviços, 1.458 estabelecimentos de saúde e 169 estabelecimentos públicos; e 3.406 indústrias de transformação. Nesta região concentram-se, também, 49,54% dos trabalhadores do estado, que se distribuem nas seguintes esferas de ocupação: serviços e administração pública (65,67%), comércio (15,45%), indústria (9,66%) e construção civil (9,03%). Predominantemente a faixa etária ocupada abrange dos 30 aos 39 anos; porém, dos 18 aos 24 anos, já se encontra 127.340 pessoas empregadas neste setor. Soma-se a estas características o número de matrículas no ensino superior que, neste período, era de 126.045. Portanto, ainda muito tímida, exigindo uma maior ampliação de mão de obra qualificada para atender a estes setores, destacando-se que há uma demanda por trabalhadores com maior escolarização, e uma queda significativa dos estratos de empregabilidade

para os analfabetos, ou de menor escolaridade, considerando-se os níveis da educação básica.

Destaca-se, ainda, que a RMS é a oitava região metropolitana brasileira em população, bem como em relação ao Produto Interno Bruto do país. Brasil - PIB total e per capita das dez maiores RMs em população – 2010

<b>RMs</b>	<b>PIB (R\$)</b>	<b>Total Per capita</b>
<b>RM São Paulo</b>	701.848.591.000	35.656
<b>RM Rio de Janeiro</b>	275.189.466.000	23.251
<b>RIDE do Distrito Federal e Entorno</b>	160.213.433.000	43.020
<b>RM Belo Horizonte</b>	120.833.978.000	24.741
<b>RM Porto Alegre</b>	110.776.467.000	27.844
<b>RM Campinas</b>	98.485.075.000	35.209
<b>RM Curitiba</b>	94.994.580.000	29.466
<b>RM Salvador</b>	75.605.691.000	21.155
<b>RM Recife</b>	62.969.963.000	16.271
<b>RM Fortaleza</b>	50.605.705.000	13.996

Fonte: IBGE, 2010b.

Na Região Metropolitana de Salvador, encontram-se grandes empresas de porte nacional, dentre elas: Braskem, a maior empresa da Bahia, Coelba e Suzano, estas com sede em Salvador e, também, Paranapanema, sediada em Dias d'Ávila, na RMS. Relevante, ainda, destacar que em 2012 inaugura-se, na Avenida Paralela, Salvador, no mesmo eixo de desenvolvimento, em que será alocada a IES, o Parque Tecnológico da Bahia, sob responsabilidade do Governo estadual, com vistas à inovação. Conforme consta em sua página eletrônica (<http://www.secti.ba.gov.br/parque/>), poder público, comunidade acadêmica e o setor empresarial vão trabalhar de forma integrada e cooperativa, com foco no desenvolvimento de produtos e processos que tenham impactos regionais positivos e relevantes, sendo este coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. Salienta-se, também, que a unidade nasce como um centro irradiador da inovação, congregando os principais agentes dinamizadores voltados à geração de ideias e soluções criativas, com relevância em três eixos centrais: Eixo da Inovação, que vai operar como instrumento de atração de empresas; Eixo da Tecnologia, que abriga a esfera institucional de suporte à interação entre universidades e empresas; Eixo da Ciência, que envolve a estratégia de fortalecimento da produção científica. Portanto, notória a importância de uma Instituição de Ensino Superior com a

oferta de cursos de engenharia nesta localização. Assim, será muito significativa a contribuição da FBE - Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas ao desenvolvimento das ações propostas pelo Parque Tecnológico. Nesta mesma página eletrônica destaca-se que um dos pressupostos para um parque tecnológico ter sucesso é que esteja vinculado, ao menos, a uma instituição de ensino superior. Na Bahia, a opção estratégica foi não restringir o parque e colocá-lo num local neutro que permitisse a ligação com todas as instituições do Estado, da União. Não estando fisicamente em nenhum campus já existente, cria-se um novo campus que agrega unidades avançadas de todas as instituições, o que vai dinamizar o sistema de inovação. Todas as instituições são parceiras do parque e têm papel atuante no processo de implantação.

Em relação ao PIB, registram-se, em comparabilidade entre os anos de 1999 e 2010, os seguintes desempenhos para o estado, Região Metropolitana de Salvador e Salvador:

PIB do Estado da Bahia, RMS e Salvador - 1999 e 2010		
	PIB (R\$)	1999 2010
<b>Bahia</b>	41.883.129.000	154.340.458.000
<b>RMS</b>	22.128.861.000	75.605.691.000
<b>Salvador</b>	12.126.326.000	36.744.670.000

Fonte: IBGE

Portanto, destaca-se a importância, em todos os cenários, para o estado da Bahia, da Região Metropolitana de Salvador. Em 2009, a RMS era responsável por 47,17% do PIB do estado e em 2010, por 51,02%.

### **3.2.2 Renda per capita dos municípios da região metropolitana de Salvador**

A economia dos municípios da RMS, considerando os critérios de predominância, apresenta os seguintes aspectos: Camaçari: petroquímica, automóveis, pneus, autopeças, equipamentos eólicos, celulose e produtos acrílicos; Candeias: química e metalurgia; Dias d'Ávila: bebidas, metalurgia de cobre, mecânica; Pojuca: produção de ferro - ligas e ferro-cromo, petróleo; e São Francisco do Conde: refinaria. Na área de serviços, destacam-se: Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Salvador e Vera Cruz. O município de São Sebastião do Passé, além dos serviços, tem relevância na

indústria, nas áreas de petróleo e mecânica; assim como Simões Filho destaca-se pelo setor de serviços e na indústria siderúrgica.

A composição do PIB na RMS concentra-se no setor de serviços, sendo este responsável por 60,5%. Também é relevante a força deste setor para Salvador, que apresenta uma influência de 81,5%, sendo o mais representativo, dentre todos os municípios da Região.

Segundo o IPEA (2014), no período de 2002 a 2011, registra-se, na Região Metropolitana de Salvador, uma redução de 16% no número de pessoas de baixa renda, que era de 1,7 milhão, em 2002, para 1,4 milhão, em 2011.

Ainda, se considerar estes indicadores, em duas décadas: 1991, 2000 e 2010, constata-se melhoria em todos os municípios, quanto à renda per capita.

Em 1991, registra-se 258,98 na renda per capita; em 2000, 334,43; em 2010, 553,18. Portanto, de 1991 a 2000, há uma evolução de 22,57%; de 2000 a 2010, de 39,55%. E se considerar o período de 1991 a 2010, portanto, duas décadas, há uma significativa melhoria na renda per capita, sendo uma evolução de 53,19.

#### **4 Desenvolvimento/Infraestrutura:**

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da Região Metropolitana de Salvador, constata-se, também, uma evolução, o que caracteriza melhoria nas condições de vida, em todos os municípios, considerando-se duas décadas, na comparabilidade 1999, 2000 e 2011:

Relevante destacar a importância do Polo Industrial de Camaçari para a RMS e que se potencializou com a instalação de montadoras de automóveis, como a FORD e as indústrias que se localizam em torno dela. Também em Camaçari está instalado o Polo Petroquímico da Bahia e no Município de Simões, o Polo industrial de Aratu.

O Polo de Camaçari é, hoje, responsável pela metade da produção de petroquímicos no Brasil e cerca de 30% do faturamento da indústria química nacional.

Os investimentos públicos previstos para o Estado da Bahia para o próximo triênio ainda não estão totalmente consolidados. De acordo com o IPEA (2014),

conforme disposto no relatório do Projeto Governança Metropolitana, a RMS representa um dos seis mais importantes mercados regionais do país e responsável por 41,50% do PIB Estadual (IBGE, 2010). Salvador e sua Região Metropolitana apresentaram, nas últimas décadas, taxas de crescimento do PIB acima das principais metrópoles do país. Este dinamismo aloca-se no setor de serviços, com grande impulso do turismo, na indústria automobilística e na petroquímica. Também, grandes empreendimentos estão em andamento, ou previstos, mediante a dinâmica econômica da Região, destacando-se, dentre os principais: o sistema metroviário, cujo projeto promove a acessibilidade entre os municípios de Salvador e Lauro de Freitas; o Sistema Viário Oeste que contempla a articulação da RMS e de Salvador com o Recôncavo e Baixo Sul visando ao desenvolvimento regional, incluindo a construção de uma ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica; e a Via Expressa Baía de Todos os Santos, recentemente inaugurada, que objetiva facilitar o acesso e escoamento do Porto de Salvador (IPEA, 2014).

A expansão urbana de Salvador registra, ainda, a construção de grandes empreendimentos imobiliários de alto padrão, ao longo da Avenida Paralela, assim como Lauro de Freitas e Camaçari, que compõem a orla turística da RMS. Além disso, grandes empreendimentos comerciais tem se instalado ao longo deste eixo, como *shoppings centers*, supermercados e torres empresariais.

Identificam-se mais de 100 milhões de reais implementados na RMS entre 2008 e 2013 (IPEA, 2014), sendo levantados 39 empreendimentos e investimentos de grande impacto, que totalizam aproximadamente 25,6 bilhões de reais, principalmente, nos municípios de Salvador, Camaçari e Candeias.

Em relação aos investimentos programados para o setor industrial, com entrada em operação até 2017, deve-se registrar que, confirmando-se as intenções, a atual estrutura industrial sofrerá poucas alterações, haja vista que, entre os 5 segmentos que reúnem 74,5% destes investimentos, os 3 maiores já apresentam posição destacada na matriz industrial do Estado. Entre possíveis alterações na futura estrutura industrial, deve-se destacar a presença, em primeira posição, do gênero Papel e Celulose, com aproximadamente 28% dos investimentos, seguido do setor Químico, com um quarto do total. Essa maior importância, embora possa elevar a participação do segmento papel e celulose,

não deverá colocá-lo na segunda posição, após a Petroquímica, no valor da transformação industrial. Isto porque a distância que o separa da Metalurgia dificilmente será superada, a despeito da magnitude dos investimentos naquele segmento. Possivelmente o fato de um grande número de projetos petroquímicos não representarem investimentos, na segunda geração, e os previstos se voltarem para ampliações, faz com que o investimento médio neste segmento ocupe uma terceira posição entre os cinco maiores gêneros.

Vale salientar que, devido à elevada intensidade de capital, os segmentos papel e celulose e automotivo são os que apresentam os maiores investimentos médios por projeto. O segmento de calçados, embora reúna apenas 4,7% dos investimentos, representa cerca de 9,0% dos projetos, o que o torna um dos segmentos com menor investimento médio por projeto.

Na distribuição regional, a RMS, o Extremo Sul e Paraguaçu reúnem 83,5% dos investimentos, com destaque para os seguintes municípios, relacionados segundo ordem de importância: Camaçari; Eunápolis; São Francisco do Conde; Feira de Santana e Simões Filho. Desses municípios, o único que não representa uma tradicional área industrial é Eunápolis e que a presença de uma planta produtora de celulose o colocou como o segundo receptor, cerca de 21,8% do total de investimentos.

Deve-se salientar que o elevado peso do Recôncavo Sul, com mais de 5,8% dos investimentos, resulta de uma parcela significativa da PETROBRAS, relativos à extração de petróleo e que abrangem municípios não só dessa região, como também das regiões do Paraguaçu e Nordeste.

Por fim, merece referência a Região Sudoeste que, embora não seja um tradicional espaço industrial, deverá absorver 3,34% dos investimentos, com destaque para o setor calçadista, que se localiza no Município de Itapetinga.

A SICM / DI - Secretaria de Indústria e Comércio conta com 408 protocolos de intenções assinados com indústrias que desejam se instalar na Bahia, que gerarão 300.000 empregos. Destes, 173 já estão definidos para a Região Metropolitana de Salvador e congregam, dentre outros, empresas dos setores automotivo, informática, transportes, metalúrgico e eletrônico.

Destaca-se que a IES está em localização privilegiada: marginal da Avenida Paralela, principal Avenida do Estado da Bahia, na Rua Adhemar Pinheiro Lemos, nº 1617, na cidade de Salvador, no bairro do Imbuí. Este bairro fica próximo dos maiores Shoppings da cidade de Salvador: Shopping Iguatemi, 1500 metros; Salvador Shopping, 1000 metros; e Shopping Bella Center, 2000 metros. A IES a ser credenciada, assim como a sua mantenedora, FBE BRASIL EDUCACÃO, está localizada a menos de 500 metros do Parque Tecnológico da Bahia e do Centro Administrativo da Bahia.

O Imbuí é um bairro que começou a se formar nos últimos 30 anos, tendo a sua principal artéria a Avenida Paralela, de um lado e, do outro, a orla marítima de Salvador, que vai da Barra até Itapoã. Além de estar próximo a todos os vetores de crescimento da capital baiana, o bairro também dá acesso direto a BR 324. Ainda, a localização da FBE, na marginal da Avenida Paralela, tem mais dois componentes que a tornam estratégica para um Centro de Educação: uma passarela, que atravessa a Avenida, está localizada bem em frente à Instituição. A linha do Metrô está a 30 metros, cuja estação de transbordo, em vias de conclusão, encontra-se a 100 metros da IES. A Avenida Paralela é uma via estratégica de desenvolvimento do Estado e o principal vetor de articulação entre a capital e todas as outras cidades do Estado, notadamente as da Região Metropolitana de Salvador.

## **5. CONTEXTOS EDUCACIONAIS DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA IES**

A partir da criação da LEI 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a educação brasileira se insere em um novo paradigma, a fim de atender aos desafios contemporâneos, em que a oferta de um ensino de qualidade é o eixo propulsor de transformações sociais. Com este marco legal, acredita-se na possibilidade de novos contextos que propiciem a adequação do ensino à sociedade do conhecimento, iniciando uma ruptura com a sociedade da mão de obra. Portanto, posturas desta natureza exigem novos paradigmas que se ajustam aos avanços tecnológicos, às demandas das empresas por profissionais preparados para atuar em mercados globalizados, que são, por sua

própria natureza, extremamente competitivos. Por outro lado, passa-se também a valorizar uma formação voltada à ética e responsabilidade social, em que conhecimentos técnico-científicos aliam-se a uma visão de compromisso com a transformação social. Assim, avançar rumo a uma educação básica gratuita e de qualidade é condição inegável e essencial para uma formação de nível superior que atenda, plenamente, aos anseios da sociedade, neste novo contexto socioeconômico. Saliencia-se, também, que para atender ao disposto no PNE - Plano Nacional de Educação, muito ainda se precisa avançar na qualidade da educação brasileira e enfrentar desafios, como por exemplo, o acesso de todas as crianças à educação infantil, bem como o acesso dos jovens ao ensino superior.

Por estes pressupostos, contextualiza-se a educação da Região Metropolitana de Salvador, lócus em que se insere a FBE - Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas, considerando-se, inicialmente, os indicadores de composição do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador, em uma década, compreendendo o período de 2000 a 2010: Educação, Longevidade e Renda.

#### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - RM Salvador

IDHM componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,497	0,661
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	52,20	66,77
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	82,94	93,41
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	56,63	81,88
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	32,86	48,56
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	21,57	39,02
IDHM Longevidade	0,743	0,824
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,58	74,45
IDHM Renda	0,698	0,754
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	614,59	874,07

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano da RMS no ano 2000 era de 0,636. Uma década depois, evolui para 0,743 e se inserindo na faixa alta (de 0,700 a 0,799). Tendo em vista os componentes do IDHM: renda, longevidade e educação, destaca-se o alto índice de longevidade de 0,824, seguido de renda, com índice de 0,754; porém, o componente educação, com índice de 0,661, está fora da faixa, o que caracteriza uma discrepância em relação aos demais

componentes. Entretanto, este componente foi o que mais evoluiu em uma década, passando de 0,497 para 0,661. Portanto, uma evolução de 0,164, correspondendo a 24,81%.

Comparando o IDHM de 2000 e 2010, registra-se uma melhoria, ancorada, principalmente pelo índice de longevidade, impactando em um percentual de 16,82%. No Brasil, o IDHM em 2000 apresentava um índice de 0,612, e em 2010, 0,727, com crescimento de 18%.

#### IDHM - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - RM Salvador

	2000	2010
<b>Expectativa de vida ao nascer (em anos)</b>	69,6	74,5
<b>Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)</b>	39,8	16,2
<b>Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)</b>	49,7	18,8
<b>Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)</b>	1,9	1,7

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A mortalidade infantil na RMS passou de 39,8 por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,2 em 2010, apresentando acentuada queda, vislumbrando a eficiência de políticas públicas de saúde; no país encontra-se um cenário próximo: de 2000 a 2010, de 30,6 para 16,7 por mil nascidos vivos. Constata-se que o Brasil cumpre uma das metas propostas pelas Nações Unidas, que seria abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. No que se refere à longevidade do IDHM, constata-se que passou de 69,6 anos em 2000 para 74,5 anos em 2010, na RMS; no Brasil, registra-se 73,9 anos, em 2010, e 68,6 anos, em 2000. Portanto, na RMS a expectativa de vida é superior à média nacional.

No indicador Renda, registra-se que houve em uma década um aumento expressivo da renda per capita média na RMS, em um percentual de 42,22%, saindo de R\$ 614,59, em 2000, para R\$ 874,07, em 2010, com taxa média de crescimento anual de 3,58%. Em relação ao índice de pobreza, registra-se uma acentuada queda, posto que a renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, teve uma queda expressiva: em 2000, 27,61% desta população enquadrava-se neste índice per capita, passando em 2010 para 13,19%.

Acerca da taxa da população de 18 anos ou mais, economicamente ativa, em uma década, na RMS, registra-se leve declínio, pois passou de 70,75%, em 2000, para 70,07%, em 2010. Neste mesmo sentido, é relevante registrar que a taxa da população economicamente ativa, que estava desocupada, sofre

acentuado declínio: 23,86%, em 2000, e 13,37%, em 2010, revelando os benefícios econômicos oriundos dos investimentos, principalmente do Polo Petroquímico de Camaçari, dentre outros.

#### Ocupação da população de 18 anos ou mais – RMS

	2000	2010
Taxa de atividade	70,75	70,07
Taxa de desocupação	23,86	13,37
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	60,42	65,61
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	59,62	72,86
% dos ocupados com médio completo	43,15	56,32
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m	46,40	17,19
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m	72,96	69,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em relação à taxa de pessoas ocupadas na RM, em 2010, destaca-se a importância do setor de serviços, com percentual de 54,07%. Demonstram-se relevante, também, os percentuais de 7,93% na indústria de transformação; 9,65% no setor de construção; 16,97% no comércio; e 54,07% no setor de serviços. Neste último perfil, destaca-se o turismo, que se concentra principalmente em Salvador, mas com abrangência no litoral da RMS. Percebe-se, em relação ao componente educação, que a maioria dos ocupados possui ensino fundamental completo e com evolução expressiva em uma década. No entanto, seu rendimento médio é baixo, com rendimentos em até dois salários mínimos.

#### IDHM componente Educação- RM Salvador

Constata-se que 93,41% da população de 5 a 6 anos frequentam a escola em 2010, o que significa um crescimento de 10,47% em uma década; 81,88% da população de 11 a 13 anos, encontram-se cursando os anos finais do ensino fundamental, o que consolida um aumento de 25,25%, em dez anos; 48,56% da população de 15 a 17 anos possuía o ensino fundamental completo, ocorrendo um acréscimo de 15,70% na década; e 39,02% da população de 18 a 20 anos tem ensino médio completo, apurando uma melhoria na escolaridade deste nível de ensino em 17,45%, em dez anos.

Em 2010, 78,22% da população de 6 a 17 anos da RMS cursavam o ensino básico regular; porém com até dois anos de defasagem idade-série, o que ainda é um cenário preocupante, exigindo políticas específicas para esta população.

Em relação ao ensino superior, a expansão proposta a partir da vigência da Lei 9394/96 e, mais precisamente, a partir dos anos 2000, reflete um aumento de mais de 85% em acesso de jovens de 18 a 24 anos ao ensino superior, na RMS. Entretanto, há a necessidade de ampliar significativamente esta oportunidade de acesso, mesmo com grande avanço, uma vez que em 2000, somente 7,62% desta faixa etária cursava este nível de ensino e, uma década depois, o percentual é de 14,16%. No entanto, ainda é um número pouco expressivo destes jovens com acesso ao ensino superior na RMS.

No indicador Expectativa de Anos de Estudo, que mensura a trajetória de estudo desde o ingresso do indivíduo na educação básica, até atingir 18 anos, registra-se que em 2000, a expectativa era de 8,80 anos; em 2010, 9,41; no Brasil passou de 8,76 para 9,54 anos, respectivamente. A RMS apresenta um nível de escolaridade aquém das demandas necessárias ao desenvolvimento da região, dados os investimentos, principalmente na indústria.

Na composição do IDHM Educação, considera-se, também, o indicador de escolaridade da população adulta, sendo este o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Neste indicador, aloca-se uma maioria da população mais jovem, que são gerações com menos escolaridade, apresentando o seguinte cenário para a Região Metropolitana de Salvador: em 2000, 52,20% encontrava-se com este nível de ensino completo; já em 2010, o percentual é de 66,77%. Neste indicador a RM está acima da média brasileira que era 39,76%, em 2000, e passou para 54,92%, na década posterior.

### **RM - Escolaridade da população com 25 anos ou mais**

Em 2010, a população da RMS com 25 anos ou mais contava com 5,87% de analfabetos; 64,85% com ensino fundamental completo; 49,08% com ensino médio completo; e 12,63%, com ensino superior completo, enquanto que no país registram-se, respectivamente, o seguinte cenário: 11,82%, 50,75%, 35,83% e

11,27%. Portanto, a RMS possui indicadores superiores à média nacional. Porém, há uma demanda expressiva para ingresso no ensino superior, visto que 49,08% desta população possuíam ensino médio completo, mas somente 12,63% possuíam o ensino superior completo. Assim posto, fundamental a exigência de políticas de expansão na RMS, que oportunizem o acesso e permanência no ensino superior, pois somente 12,63% deste contingente populacional tinha o ensino superior completo, em 2010.

Ainda é relevante analisar a RMS, tendo em vista a contextualização dos indicadores que demonstram a vulnerabilidade social da Região Metropolitana de Salvador.

#### Análise contextual dos indicadores: vulnerabilidade social

<b>Vulnerabilidade Social - RM Salvador</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Crianças e Jovens</b>		
Mortalidade infantil	39,80	16,20
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	65,97	51,71
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	4,98	3,76
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	14,52	12,60
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,33	2,51
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	6,81	6,07
<b>Família</b>		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	20,95	15,11
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,38	1,99
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	15,49	8,47
<b>Trabalho e Renda</b>		
% de vulneráveis à pobreza	50,49	33,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	37,16	24,99
<b>Condição de Moradia</b>		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	85,59	93,45

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Apesar de grandes avanços em uma década, há a necessidade de políticas públicas educacionais, a fim de melhorar os seus indicadores, uma vez que em 2010, apontam-se os seguintes cenários:

- 51,71% das crianças de 0 a 5 anos ainda não contam com acesso à educação básica e, assim, compreende-se que a educação infantil, etapa obrigatória da educação básica, está longe de atingir a

universalização na RMS, bem como no Brasil, sendo este o desafio mais relevante a ser considerado nas políticas públicas;

- 12,60% de pessoas de 15 a 24 anos não estudam e não trabalham, e são de faixas populacionais vulneráveis. Portanto, sem escolarização dificilmente terão inserção no trabalho formal da região;
- 6,07% de pessoas de 10 a 14 anos possuem taxa de atividades, caracterizando, ainda, desafios em relação ao trabalho infantil, direito à educação de qualidade e permanência na escola;
- 33,25% da população ainda são vulneráveis à pobreza, o que demandam políticas de inserção social ao trabalho e emprego, principalmente em relação à oportunidade de qualificação profissional e escolarização;
- 24,99% de pessoas de 18 anos, ou mais, não possuem o ensino fundamental completo, e se inserem no mercado de trabalho informal (ocupação informal), o que pressupõe a necessidade de políticas emergenciais de melhoria da escolarização e de qualificação profissional desta população.

Em relação ao número de escolas da educação básica e sua relação com o número de matrículas, por níveis de ensino, no ano de 2012 (pré-escolar, fundamental e médio), depara-se com o seguinte cenário, considerando os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador:

Número de Escolas de Educação Básica por Nível de Ensino - 2012- RMS

Município	Pré-escolar	Fundamental	Ensino médio
Camaçari	136	160	17
Candeias	42	65	9
Dias D´Ávila	25	39	5
Itaparica	16	22	3
Lauro de Freitas	56	90	16
Madre de Deus	8	8	1
Mata de São João	34	33	4
Pojuca	16	21	2
Salvador	905	1.120	241
São Francisco do Conde	28	47	2
São Sebastião do Passé	22	43	3
Simões Filho	61	88	12
Vera Cruz	35	61	4
<b>Total</b>	<b>1.384</b>	<b>1.797</b>	<b>319</b>

Fonte: IBGE, 2012

### Número de Matrículas na Educação Básica por Nível de Ensino - 2012- RMS

Município	Pré-escolar	Fundamental	Ensino médio
Camaçari	6.500	37.295	12.230
Candeias	1.544	11.147	3.118
Dias D'Ávila	1.906	11.493	3.005
Itaparica	665	3.480	859
Lauro de Freitas	3.782	26.685	6.287
Madre de Deus	718	3.113	673
Mata de São João	1.475	8.825	1.848
Pojuca	1.015	5.744	1.764
Salvador	42.663	304.047	107.050
São Francisco do Conde	1.787	6.452	1.163
São Sebastião do Passé	1.186	6.626	1.677
Simões Filho	3.001	19.057	5.353
Vera Cruz	1.209	7.149	1.115
<b>Total</b>	<b>66.451</b>	<b>451.113</b>	<b>146.142</b>

Fonte: IBGE, 2012

Observa-se, portanto, discrepâncias na RMS no que se refere ao atendimento de demanda para ingresso no ensino pré-escolar, considerando-se que neste nível de ensino a região conta com um total de 1.384 escolas, com 66.451 matrículas (IBGE, em 2012), enquanto o ensino fundamental possui 1.797 escolas, com 451.113 matrículas. Tal resultado encontra-se consoante com a situação nacional e que no PNE - Plano Nacional de Educação figura como um dos maiores desafios dos governos, sendo a primeira meta deste documento (MEC, 2014, p.9):

**Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Se por um lado no ensino pré-escolar os desafios são oportunizar o acesso à educação, na outra ponta da educação básica, os desafios são a permanência. Fato que se ilustra, de maneira inequívoca, ao se comparar, também, o número de escolas de ensino fundamental e ensino médio, com suas respectivas matrículas. A RMS conta com somente 319 escolas de ensino médio e 146.142 matrículas, enquanto o número de escolas do ensino fundamental é de 1.797, com 451.113 matrículas. Portanto, registra-se, na comparação entre os dois níveis de ensino, que há no ensino médio uma redução de 82,25% unidades escolares e 67,61% no número de matrículas, demonstrando a evasão que se

constata neste nível da educação básica. Neste sentido, consta na meta 3 do PNE (MEC, 2014, p. 10):

**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

No que se refere ao desempenho da Região Metropolitana de Salvador, no IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos anos iniciais do ensino fundamental, 1<sup>a</sup> ao 5<sup>o</sup> anos, considerando-se a evolução observada e as metas projetadas, constata-se o seguinte cenário:

- A média da Região Metropolitana de Salvador no IDEB - Índice de Desempenho da Educação Básica, no período de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, nos anos iniciais do ensino fundamental, apresenta uma evolução em todas as séries a cada biênio. Portanto, o desempenho sai de um resultado médio 3,0 em 2005, para 3,9 em 2013. Ao se analisar a previsão proposta até 2013, registra-se que o resultado no índice projetado é exatamente igual ao resultado obtido pela região: 3,9

A média de desempenho da RMS, no IDEB, no período, apresenta evolução. Porém, ao se comparar com a média nacional, que em 2005 era de 3,8 e em 2013, 5,2, evidencia-se um desempenho bem inferior da RMS. Também, ao se comparar as metas para 2013, que é 4,9, registra-se que o resultado observado na RMS é de 3,9, enquanto a média nacional foi de 5,2. Portanto, acima da meta. Mister compreender que a RMS prescinde de políticas públicas eficientes para esta etapa da educação básica.

Deve-se ressaltar, dentre os 13 municípios que compõe a RMS, o excelente desempenho de Mata de São João, que em 2005 detinha, juntamente com Itaparica, o pior Índice (2,3). Em 2013 é a melhor média dentre todos os municípios da RMS, com resultado 5,0 no Índice. Portanto, houve mais do que o dobro na evolução do desempenho e muito acima da meta prevista (3,4).

O desempenho da Região Metropolitana de Salvador, no IDEB, nos anos finais do ensino fundamental, 8<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> anos, considerando-se os resultados

obtidos e as metas projetadas, observa-se cenário diferente ao apresentado nos anos iniciais, os anos finais do ensino fundamental, 8º e 9º anos, acerca da média da Região Metropolitana de Salvador no IDEB - Índice de Desempenho da Educação Básica, nos biênios 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, demonstram pouquíssimos avanços. Inclusive, considerando a média obtida em 2011, 3,0, e a de 2013, 2,9, houve uma regressão. Exceção, mais uma vez, para o município de Mata de São João que em 2005 possuía o pior IDEB (1,7) da RMS, o único abaixo de 2,0, e em 2013 registra o melhor IDEB (4,4): o único desempenho superior a 4,0, registrando melhorias acima de 100% no período. Com um resultado mínimo acima da meta, 0,2, aparece somente o município de Camaçari, além do excelente desempenho de Mata de São João. Os demais municípios apresentam resultado (2,9) abaixo da meta projetada para 2013 (3,3).

Ao se comparar o desempenho no período, verificam-se, na Região Metropolitana de Salvador, fragilidades relevantes, visto que se encontra muito aquém das metas projetadas para a média nacional que, em 2005, era de 3,5 e em 2013, 4,2. Tais resultados refletem uma realidade educacional da RMS que poderá comprometer o seu desenvolvimento, o que demanda a implementação de políticas eficientes, que tenham foco na qualidade da educação básica, de forma emergencial. Deve-se ressaltar, mais uma vez, que dentre os 13 municípios que compõe a RMS, somente Mata de São João obtém, em 2013, 4,4, estando em consonância com a meta.

Corroborando com os dados apurados, destacam-se, ainda, nas análises de indicadores sociais de 2012 (IBGE, 2013), acerca da frequência bruta a estabelecimentos de ensino da população residente, por grupos de idade, em comparabilidade ao Brasil, região Nordeste e suas unidades federativas e regiões metropolitanas, registra-se frequência muito baixa. Neste sentido, constam nas metas prioritárias do PNE - Plano Nacional de Educação a ampliação do acesso à educação infantil. Por outro lado, revela-se a necessidade de oportunizar mais acesso à educação de pessoas com 25 anos ou mais, quer por pouca ou nenhuma escolaridade, quer por educação continuada.

Chama a atenção nestes indicadores, em todas as esferas de análise, a baixíssima taxa de frequência a estabelecimentos de ensino, de crianças de 0 a

3 anos, que no estado da Bahia é de 15,6%. Portanto, aquém do desempenho da região Nordeste com média de 17,2% e Brasil, com 21,2%. Porém, merece destaque a região Metropolitana de Salvador, que está potencialmente acima da região Nordeste e Brasil, registrando taxa de 24,2% de frequência a estabelecimentos de ensino de crianças nesta faixa etária, sendo o melhor desempenho dentre as regiões metropolitanas do Nordeste.

Registra-se, tanto no Brasil, como na região Nordeste, no que se refere à frequência a estabelecimentos de ensino, da faixa etária de 18 a 24 anos, um desempenho ínfimo, visto que a taxa média é de 29,4%. Na Bahia, há um melhor desempenho, com taxa de 31,1%, enquanto a Região Metropolitana de Salvador tem desempenho de 37,1% e, portanto, acima dos percentuais do país, região Nordeste e de suas demais regiões metropolitanas.

Destaca-se, ainda, nos indicadores sociais, em 2012 (IBGE, 2013), ao se considerar a frequência líquida a estabelecimentos de ensino da população residente, por grupos de idade de 6 a 24 anos e níveis de ensino, dos estratos analisados, revelam que o país ainda tem grandes desafios, principalmente, quanto ao acesso e permanência ao ensino superior. Considerando a taxa média do Brasil, que é de 15,1%, constata-se um resultado extremamente frágil ao desenvolvimento do país. Porém, quando se compara com as taxas da região Nordeste, 11,2%, e estado da Bahia, 9,5%, com o pior desempenho de toda a região, o cenário é ainda pior. Ao se comparar os resultados das regiões metropolitanas do NE, verifica-se que somente a RMS apresenta um resultado ligeiramente superior à média nacional, 15,5%. Neste sentido, consta na meta 13 do PNE (MEC, 2014, p.13):

**Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos (...).

Também se revela preocupante a taxa líquida de alunos de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio no Brasil, que é de 54,0%. No entanto, a região Nordeste apresenta um cenário aquém da taxa nacional, com somente 44,8%, assim como na Bahia, com apenas 42,7%, estando abaixo da média nacional. Em relação a estes indicadores, quando se compara as regiões metropolitanas

do Nordeste, somente a RMS possui taxa de frequência inferior à média do país, com 42,9%, posto que as demais demonstram desempenho bem superiores à média nacional: Fortaleza, 54,5%; Recife, 51,9%.

Cenário ainda mais frágil se encontra ao se efetuar a relação ensino fundamental/ percentuais de frequência, por nível de ensino:

- a) Brasil: Ensino Fundamental, 92,5%; Ensino Médio, 54,0%; Ensino Superior, 15,1%. Nesta equivalência, registra-se apenas 58,37% de continuidade, do ensino fundamental para o médio; do ensino médio ao superior, 27,96%; do ensino fundamental ao superior, um alarmante percentual de apenas 16,32% de frequência/continuidade para este nível de ensino.
- b) Nordeste: Ensino Fundamental, 91,9%; Ensino Médio, 44,8%; Ensino Superior, 11,2%. Portanto, mantém-se um percentual de 48,74% de continuidade, do ensino fundamental para o médio; do ensino médio ao superior, 25%; do ensino fundamental ao superior um alarmante percentual de apenas 12,18% de frequência/continuidade para este nível de ensino.
- c) Bahia: Ensino Fundamental, 91,8%; Ensino Médio, 42,7%; Ensino Superior, 9,5%. Nesta comparabilidade, depara-se com um percentual de 46,51% de continuidade, do ensino fundamental para o médio; do ensino médio ao superior, 20,60%; do ensino fundamental ao superior um alarmante percentual de apenas 10,34% e, ainda, muito aquém da frequência/continuidade para este nível de ensino, se considerada a média do país, que é de 16,32%.
- d) Região Metropolitana de Salvador: Ensino Fundamental, 92,0%; Ensino Médio, 42,9%; Ensino Superior, 15,5%. Nesta equivalência, registra-se que se mantém um percentual de 36,13% de continuidade, do ensino fundamental para o médio; do ensino médio ao superior, 27,96%; do ensino fundamental ao superior um alarmante percentual de apenas 16,84% de frequência/continuidade, com resultado levemente superior ao do país (16,32%).

Nesta faixa etária, a média brasileira retrata que 14,5% só estuda e 14,8% trabalham e estudam. A RMS apresenta um número maior de jovens que só estudam, considerando a comparabilidade do Brasil, região Nordeste, estado da Bahia e regiões metropolitanas do Nordeste. Dentre as regiões metropolitanas,

a RMS apresenta um percentual mais elevado deste contingente populacional, que trabalha e estuda: 15,6%. Porém, é relevante registrar a exclusão da faixa etária de 18 a 24 anos da escola, visto que em todos os contextos comparativos, mais de 40% só trabalha. Também chama a atenção o percentual de jovens e adolescentes que não se encontram no mercado de trabalho e, também, não estudam, ultrapassando 22%, em todos os indicadores comparativos. Assim, o percentual desta faixa etária, em idade de inserção no ensino superior, na RMS, que só trabalham (40,0%) e que nem estudam e nem trabalham (22,9%), atinge-se um percentual de 62,9%, demandando políticas emergenciais de acesso e permanência ao ensino superior.

Relevante o que se registra na RMS, em relação ao percentual do grupo sem instrução e com menos de um ano de instrução, pois a região contempla, de forma significativa, o menor índice de pouca escolaridade, com apenas 6,6%, enquanto a média nacional é de 11,9%, a região nordeste 21,4% e a Bahia 20,9%. Também, em relação aos grupos de 12 a 14 anos de idade e de 15 anos ou mais, registram-se respectivamente 7,1% e 12,2%, sendo os melhores indicadores, dentro dos contextos comparativos, em relação ao índice de escolaridade.

Ao se analisar o percentual de pessoas que frequentam o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, tomando-se como referência o ano de 2012 (IBGE, 2013, considerando-se as redes pública e particular de ensino, na comparação Brasil, Nordeste, Bahia, região metropolitana do Nordeste, verifica-se que a contribuição da rede particular de ensino na educação básica é bem pequena, apresentando melhores indicadores nas regiões metropolitanas do Nordeste: Fortaleza, 28,7%; Recife, 31,5%; Salvador, 20,5%, sendo o menor indicador. No ensino médio, registra-se: Fortaleza, 20,8%; Recife, 18,7%; Salvador, 11,6%, sendo também o menor índice, inclusive abaixo da média nacional. No entanto, quando se refere ao ensino superior, registra-se a contribuição quase absoluta da rede particular de ensino, em todos os contextos comparativos, com participação pouco expressiva da rede pública. O ensino superior particular detém, no Brasil, 75,8% da oferta; na região Nordeste, a participação é de 64,7%; no estado da Bahia, 71,5%; a RMS destaca-se, dentre as regiões metropolitanas do Nordeste, detendo 79,9% da oferta.

Considerando o ano de 2014(INEP), no que se refere ao número de instituições de ensino superior por categoria administrativa, na base comparativa: Brasil, Nordeste, Bahia, capital e interior, constatam-se 2.368 IES, estando 845 alocadas nas capitais do país e 1.523 no interior. Relevante registrar que deste número de instituições de ensino superior, 2.070 pertencem à rede privada, o que equivale a 87,41% da rede. A região Nordeste possuía, em 2014, 452 Instituições, sendo 227 na capital e 225 no interior. Portanto, somente 19,08% das IES do país localizam-se na região Nordeste. A Bahia detinha 119 IES, 43 na capital e 76 no interior, sendo 109 da rede privada, o que corresponde a 91,59% das instituições do estado. Se comparada à região Nordeste, o estado da Bahia detinha, em 2014, 26,32% das IES. Destaca-se, também, que dados os contextos socioeconômicos de Salvador e de sua região metropolitana, constata-se que, ainda, o número de instituições alocadas na capital é muito tímida.

No ano de 2014 (INEP), o número de cursos de graduação, na modalidade presencial, por organização acadêmica, na comparabilidade Brasil, Nordeste e Bahia apresenta 31.513 cursos de graduação na modalidade presencial, sendo 20.904 da rede privada (66,33%), sem que 11.625 destes são ofertados nas capitais, o que equivale a 36,88%. Na região Nordeste, encontram-se 5.992 dos cursos de graduação do país, sendo 2.993 pertencentes à rede privada (49,94%) e 2.859 tem sua oferta na capital, correspondendo a 47,71% dos cursos. No estado da Bahia registram-se 1.593 cursos de graduação presenciais, sendo 883 oriundos da rede privada de ensino (55,43%); dos cursos do estado, 619 encontram-se na capital, o que corresponde a 38,85%, constatando-se a menor concentração de oferta, nos contextos comparativos. Destaca-se que a região Nordeste possuía, em 2014, 19,01% dos cursos de graduação presencial do país, o que é uma oferta ainda muito tímida, dada a necessidade de profissionais qualificados para atender a demandas específicas de formação, que venham a contribuir com o desenvolvimento da região.

Considerando a publicação do SEMESP, Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior do estado de São Paulo, intitulada Mapa do Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2015. Disponível em: <http://convergencia.com.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Acesso 23.mar.2016), com dados e análises

referentes ao ensino superior no país, bem como das regiões e estados da federação, extrai-se as informações, que embasarão as análises abaixo, ano de referência 2013.

A Bahia com uma população estimada de 15 milhões concentra 4,7% das matrículas em cursos presenciais do país. Destaca-se a importância da mesorregião Metropolitana de Salvador que, dentre as sete mesorregião, é a mais relevante com 173 mil matrículas, o que equivale a 60% das matrículas do estado (SEMESP, 2015).

O ensino superior privado no estado, desde o início da expansão, no início dos anos 2.000 tem um crescimento de 405% (SEMESP, 2015) em relação ao número de matrículas, em cursos de graduação presenciais. No entanto o estado da Bahia apresenta um número ainda inexpressivo de acesso ao ensino superior, visto que, em 2012, atingia apenas 9,5% da população. Destaca-se que em 2013, havia 198 mil alunos matriculados nas IES da rede privada (68%) e 91 mil alunos na pública (32%), totalizando 289 mil matrículas, sendo que 170 mil matrículas (60%) se localizam na mesorregião Metropolitana de Salvador (SEMESP, 2015).

Em relação à Evasão em Cursos Presenciais, o estado da Bahia, em 2013, registrava uma taxa anual de 21,8%, sendo 23,6% na rede privada e 17,8% na pública (SEMESP, 2015, p.51). Destaca-se que, dentre as sete mesorregiões do estado, a Região Metropolitana de Salvador apresenta índices de evasão de 25,1%, estando esta superior à média do estado (21,8%). Resultado que indica a necessidade de se estabelecer, para a região, políticas de acesso, mas também de permanência, dado o resultado elevadíssimo de evasão: de cada 100 alunos que ingressaram, em 2013, na rede privada, mais de 25% se evadiram do ensino superior, na mesorregião Metropolitana de Salvador.

Segundo o SEMESP (2015, p. 52), dentre a população economicamente ativa da Bahia, apenas 355 mil trabalhadores empregados com carteira assinada, ou 15,3% do total, têm nível superior completo; porém relevante registrar que houve uma sensível melhora, com crescimento de 11% de 2012 para 2013. Destaca-se que o maior índice de trabalhadores da Bahia, com carteira assinada, possuía, ensino médio completo (55,2%), em 2013. Também

relevante destacar que a remuneração média por grau de instrução sofre mudança significativa, quando se compara os trabalhadores com ensino médio completo, que é de R\$1.433,20, com o que possui ensino superior completo, que é de R\$ 4.454,84. Portanto, um aumento na remuneração média de 67,83%, o que se pode compreender como valorização do ensino superior, mediante uma demanda reprimida por profissionais qualificados, com este nível de ensino.

Dentre as políticas de ingresso e permanência ao ensino superior, destaca-se a importância FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Segundo SEMESP (2015, p.52), no estado, os contratos firmados com o Fundo no período de janeiro de 2010 a junho de 2015, ficou em torno de 150 mil, sendo que a Região Metropolitana de Salvador foi responsável por 62,4% (93,3 mil) dos contratos no mesmo período, retratando, portanto, a relevância destas políticas.

Os cenários educacionais demonstram os grandes desafios para a educação, no estado da Bahia e, especificamente, na Região Metropolitana de Salvador. Necessário ampliar a oferta de ensino superior, que venha a atender ao perfil socioeconômico, que prescinde de profissionais qualificados para atuar em diversos setores produtivos, com demanda premente e emergencial por engenheiros, dados os grandes empreendimentos industriais, tais como Polo Petroquímico de Camaçari, Centro Industrial de Aratu, Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso e Petrobrás, dentre outros.

## **6. JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO DE DIREITO**

Na construção do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da IES, houve a preocupação em atender os moldes legais e propor não mais um curso jurídico que viesse se somar a tantos outros, mas sim um curso que dentro das propostas da Instituição e demonstradas em seu PDI, venha a se firmar como referência regional, com o escopo de atender às necessidades da comunidade, trabalhando com a realidade da Região Metropolitana de Salvador, e em especial no lócus em que se insere a IES, visto que em um grande contexto circunvizinho não há nenhum Curso de Direito. Assim sendo, a proposta de um

Curso de Direito neste lócus conta com o apoio do setor educacional, bem como de órgãos de representação social.

Nesse propósito, o Curso de Direito preenche uma lacuna no universo de bairros adjacentes e com uma população de mais de 300.000 habitantes que se deslocam para ter a oportunidade de realizar o Curso. Conforme os contextos apresentados, a IES tem uma localização privilegiada, em uma das principais avenidas de acesso a aeroporto, ao centro de Salvador e às demais cidades da RMS, sendo a principal avenida da cidade.

Dessas relações emergem questões advindas de uma ordem social, merecedora de estudos jurídicos fundamentais, que criam o norte do Direito, mas não pode carecer de um conhecimento firmado em uma especificidade que trabalhe essa realidade. Nesse contexto, o curso buscará, dentro de uma visão avançada, estabelecer o compasso afinado de um curso jurídico que trabalhe a realidade, objetivando garantir aos futuros profissionais uma formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das constantes transformações sociais, através do desenvolvimento de um conjunto de competências gerais e específicas de sua atividade profissional, buscando cumprir a função social do jurista em aprimorar o relacionamento e o convívio humano.

Considerando os contextos socioeconômicos e educacionais apresentados e o perfil profissional necessário para atender a demanda, o Curso de Direito tem sua justificativa social premente na formação de um profissional com inserção em seu locus.

## **7. DADOS DO CURSO:**

- **Denominação Do Curso:** DIREITO
- **Grau Conferido:** Bacharel
- **Vagas:** 80 vagas distribuídas nos turnos matutino e noturno
- **Código Emec:** 1478372
- **Forma De Oferta:** Seriado Semestral
- **Modalidade:** Presencial

- **Integralização:** Mínima 10 Semestres e Máxima 14 Semestres

## 8. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso nos cursos da Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas, FBE, ocorre mediante processo seletivo, que ficará sob responsabilidade de Comissão especificamente designada para este fim. O processo seletivo compreende várias modalidades de ingresso, na forma da lei, disciplinam-se por edital próprio da Instituição em que constam as formas de ingresso, os cursos ofertados, as vagas disponíveis, prazos e formas de inscrição, dentre outras informações legais, na forma das legislações vigentes, bem como o disposto no Regimento Interno da Instituição. Os processos seletivos estabelecem metodologias uniformes e tratamento idêntico para todos os candidatos, ressalvadas as condições relacionadas à acessibilidade, em todos os cursos oferecidos, nos termos aprovados pelo Conselho Superior, em consonância com a LDB, sendo as especificidades atendidas por um Núcleo específico.

A forma de acesso ao Curso, por processo seletivo, respeitado o número de vagas autorizadas para o Curso, na forma da lei, compreende as seguintes modalidades:

- **Processo Seletivo classificatório**, com data estipulada pela IES, que se compõe de uma prova, que contempla os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio e uma prova de redação, com caráter eliminatório. O Processo Seletivo é realizado pela própria IES com divulgação pública dos candidatos classificados. Esta modalidade compreende o processo seletivo que ocorre em uma única data definida pela IES, bem como em datas agendadas pelo estudante, respeitando-se o período destinado a esta forma de ingresso.
- **Processo seletivo que considera os pontos obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.** A seleção considera o número de pontos obtidos nas questões de múltipla escolha e na redação, sendo esta também eliminatória, na relação candidato/vaga. A classificação

considerará a somatória de pontos do obtidos no ENEM, constante em documento apresentado à IES, no momento da inscrição.

- **Processo Seletivo para Portador de Diploma de Curso Superior**, em que a Instituição considera os saberes disciplinares, conforme apresentação de histórico da graduação já concluída. Esta forma de ingresso efetiva-se por meio de análise de currículo do candidato, tendo em vista a graduação pretendida e o número de vagas disponíveis.

A Instituição ainda prevê as seguintes formas de ingresso:

1. Remanejamento interno entre cursos da Instituição, para aluno regularmente matriculado em curso de graduação da IES e que solicitam, dentro dos prazos previstos, e na forma de Edital específico, o remanejamento para um outro curso ofertado;
2. Aluno de outra Instituição de Ensino Superior, na forma de transferência regular;
3. Transferência por lei, para funcionários públicos, civis ou militares e seus dependentes, independentemente de vaga e em qualquer época do ano, quando ocorrer transferência ou remoção por necessidade de serviço.

O candidato classificado em processo seletivo somente fará parte do corpo discente da FBE após efetivar sua matrícula, no prazo fixado e com a documentação requerida em Edital Próprio. É documento indispensável, dentre outros, à matrícula inicial o comprovante de conclusão do ensino médio ou equivalente, ou da educação superior, se for o caso.

## **9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

O Curso considera em sua elaboração o disposto nas legislações vigentes, assim como o que prevê o PPI – Projeto Pedagógico Institucional da IES em suas políticas para o ensino, a iniciação científica e a extensão, que assim se expressam:

## 9.1. POLÍTICAS PARA O ENSINO:

O ensino nos cursos de graduação, extensão e pós-graduação deve considerar as concepções pedagógicas da FBE. Assim, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Instituição se nortearão pelas seguintes diretrizes:

- O Projeto Pedagógico e a prática curricular devem ser percebidas nas dimensões epistemológica e pedagógica do aprender, pelo princípio de métodos ativos de aprendizagem, propiciando ao discente construir o conhecimento;
- As políticas de meio ambiente, direitos humanos, relações étnico-raciais, respeito à diversidade, acessibilidade devem perpassar a construção dos projetos pedagógicos;
- A atualização dos projetos pedagógicos e de currículos deve-se a utilização de recursos tecnológicos.
- A formação acadêmica incorpora a formação cidadã, em uma teoria que se articula a uma práxis transformadora;
- A visão de formação continuada deve construída no decorrer da formação;
- A avaliação da aprendizagem é momento de reflexão e reavaliação;
- A avaliação da qualidade deve nortear as ações educacionais, em busca de melhorias contínuas;
- As perspectivas interdisciplinares e integradoras integram os currículos;
- A flexibilização curricular deve ser vista em múltiplos aspectos, tópicos especiais; disciplinas optativas; atividades complementares à formação, sendo estas obrigatórias em todos os cursos de graduação da IES; extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de avaliações e outros instrumentos específicos, aplicados por banca examinadora especial, conforme normas vigentes na legislação.

- A monitoria deve ter oferta sistematizada em todos os cursos de graduação.
- A iniciação científica deve voltar às atividades que propiciem a indagação e a reflexão sobre a ciência, considerando preferencialmente estudos voltados aos contextos regionais;
- Todos os projetos pedagógicos devem considerar mecanismos de incentivo à publicação da produção acadêmica, com eventos anuais de divulgação, além de periódico específico em cada curso de graduação, com esta finalidade.
- A extensão terá todas as suas modalidades contempladas no âmbito de todos os cursos de graduação.
- O Estágio curricular supervisionado é componente curricular obrigatório em todos os currículos dos cursos da IES, compreendendo etapas definidas: observação, análise, diagnóstico e intervenção.
- O trabalho de conclusão de curso poderá se desenvolver na forma de estudos de caso, artigos científicos e monografias, respeitando a especificidade das diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

### **9.1.2. POLÍTICAS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA/PRÁTICAS INVESTIGATIVAS**

Para a iniciação científica, considera-se de fundamental importância formar profissionais com autonomia intelectual, e pensamento reflexivo, que se manifestem na forma de compreensão e elaboração de trabalhos científicos.

Considerando estas premissas, estabelece as seguintes políticas para a iniciação à pesquisa:

- Provisão de fundos para pesquisa, estabelecidos na proposta orçamentária anual;
- Oferta de acervo bibliográfico, sistemas de informação e outros recursos materiais;

- Divulgação dos resultados da pesquisa e publicação dos temas considerados relevantes para a educação, a cultura, as ciências sociais aplicadas e/ou a tecnologia;
- Incentivo à participação em atividades de pesquisa, das quais deriva a criação de novos cursos de pós-graduação;
- Promoção de eventos de natureza científica ou técnico-profissional;
- Estímulos e apoio a seus professores a fim de participarem de eventos de caráter científico, técnico, cultural ou educacional.
- Inclusão de disciplinas de metodologia da pesquisa nos currículos;
- Inclusão de trabalho de conclusão de curso, com orientação docente;
- Promoção de, pelo menos, uma jornada anual de iniciação científica, com a publicação de anais.

### **9.1.3. POLÍTICAS DE EXTENSÃO**

A extensão é vista como oportunidade de favorecer o aprendizado dos alunos e ser uma ocasião de prática e aplicação dos saberes construídos. A extensão ainda tem ênfase em atividades que resultem no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da comunidade, em que a IES está inserida. Neste sentido a extensão que se propõe, prioritariamente, tem foco regional, de forma a atender demandas desta sociedade.

As atividades de extensão serão regulamentadas e podem assumir a forma de programas, projetos, cursos e de serviços de natureza técnica, educacional, cultural e social prestados à comunidade em geral, com abrangência tanto à pessoa como a instituições públicas e privadas.

## 10. CONCEPÇÃO DO CURSO

A construção do projeto pedagógico do Curso de Direito da FBE tem sua fundamentação legal na Resolução CNE/CES nº 05/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, e demais legislações vigentes no ensino superior. Em sua concepção, propõe uma visão humanística, crítica e reflexiva, em sintonia com as demandas atuais do Direito, em seus alinhamentos às pesquisas contemporâneas da área das ciências jurídicas. Portanto, busca um posicionamento reflexivo acerca das fontes reais, compreendendo os seus impactos sociais e individuais. Fato que implica uma concepção sistematizada da Constituição, no contexto de uma visão sociocultural. Por esses pressupostos o Projeto Pedagógico do Curso concebe o Direito de forma reflexiva, crítica e humanista, em análise e comparação do instrumental legal com a realidade, considerando os seus múltiplos contextos socioculturais. Nesse sentido a concepção do Curso tem em seu princípio uma visão do Direito em sintonia com as demandas da sociedade contemporânea, não se colocando como obstáculo à transformação social. Ao contrário, coloca-se como instrumento de melhoria da vida coletiva, sem atender a interesses particulares em detrimento do interesse público, mas em um contexto que visa respeitar e fazer valer os direitos e garantias individuais. Para tanto, o projeto Pedagógico do Curso de Direito da FBE concebe o seu desenvolvimento no fomento constante à articulação entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão, assim como na constante interação entre a teoria e a prática, tendo em vista a ética, o respeito aos direitos humanos, diversidade e em uma cultura ambientalmente responsável.

Tendo por meta a consolidação de um curso interativo, reflexivo e responsável socialmente, não poderia faltar seu olhar para a realidade, que não se limita à comunidade local, mas que parte dela para se inserir num mundo globalizado. Tem sua estrutura organizada em núcleos, na forma como

estabelece a Resolução CNE/CES nº 05/2018, seguindo, portanto, as seguintes perspectivas formativas:

- Formação geral: que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico, das ciências sociais, econômicas, de método científico e comunicação e das novas tecnologias da informação, compreendendo saberes de outras áreas de formação.
- Formação técnico-jurídica: que envolve além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, organizacionais, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.
- Formação prático-profissional: que visa a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o trabalho de curso.

Destaca-se, ainda, que o Curso busca atender a uma visão de currículo que contempla a flexibilidade, principalmente, por meio de oferta de disciplinas optativas e de atividades complementares à formação, tendo em vista contribuir para a autonomia do discente. Nesse sentido, a metodologia também tem o pressuposto da autonomia do discente, ao se priorizar os métodos ativos de aprendizagem, favorecendo ao discente a construção do seu conhecimento, em uma concepção de aprender a aprender. A interdisciplinaridade será favorecida por metodologias problematizadoras que visam a resolução de problemas. Também, a interdisciplinaridade encontra respaldo na interação da teoria com a prática, na oferta de disciplinas com essa natureza, além de ser um arcabouço estruturado nas relações entre ensino, práticas investigativas e extensão. Também, na extensão encontra-se o locus propulsor da inserção do Curso na sua região de oferta e, por essas reflexões, ampliar uma visão contextualizada do Direito, em uma sociedade globalizada. Além destes aspectos, as práticas

simuladas e o estágio curricular supervisionado é um locus que propicia a problematização regional e suas relações com o mundo do trabalho.

A Instituição conta com docentes qualificados e possui infraestrutura adequada para abrigar o curso, com salas amplas e arejadas, bibliografias básicas e complementares para atender ao curso, além de Núcleo de Práticas Jurídicas.

## **11. OBJETIVOS DO CURSO**

Pelos pressupostos presentes na concepção do Curso e, ainda, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e as políticas institucionais presentes no Projeto Pedagógico Institucional – PPI os objetivos do curso de Direito da FBE estão fundamentados em desenvolver no aluno as competências técnica, humana e científica necessárias a uma formação de qualidade. Também, visa a formação de um profissional dotado de responsabilidade ético-profissional e social, comprometido com a transformação social e socialmente responsável, com respeito à diversidade, aos direitos humanos. De forma específica o Curso de Direito da FBE tem como objetivos:

- a) Formar profissionais éticos para atuar na área de ciências jurídicas, em uma visão humanista, crítica e reflexiva, comprometido com uma sociedade justa e igualitária.
- b) Comprometer-se com a formação de profissionais aptos ao exercício técnico-jurídico nas diversas áreas do Direito, com sólida formação generalista, humanista e ética no trato da realidade do Brasil e do mundo;
- b) Formar o profissional-cidadão, comprometido com os princípios do Estado Democrático de Direito;
- c) Formar profissionais para desenvolvimento de atividades jurídicas que considerem as peculiaridades inerentes ao contexto regional e em uma visão contemporânea, frente a um mundo globalizado;
- d) Comprometer-se com a formação de profissionais para desenvolver atividades jurídicas de forma contenciosa, preparando bacharéis para o foro, em

geral, quer para o exercício da advocacia privada, quer para o exercício de cargos públicos vinculados a áreas jurídicas, bem como desenvolver atividades jurídicas inerentes às demais áreas do relacionamento humano, individual e coletivo;

f) Desenvolver o senso crítico, interativo e operacional do Direito na resolução dos problemas sociais e econômicos que demandem a sua atuação;

g) Desenvolver uma formação em uma visão empreendedora e inovadora e voltada à educação continuada, bem como preparada para atuar em consultoria, em formas de acesso à justiça como arbitragem, conciliação e mediação;

i) Promover uma formação que busca fomentar a interação ensino, práticas investigativas e extensão.

## **12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

A definição do perfil profissional pretendido para o formando, considerando os contextos socioeconômicos e culturais da inserção do Curso de Direito da FBE, assim como a concepção do Curso, objetivos, documentos institucionais e DCNs definiu o desenho curricular que propicia uma formação profissional generalista, humanista, ética, crítica e reflexiva. Na articulação entre o fenômeno jurídico e o social pressupõe uma formação contextualizada do Direito, que tem em vista as garantias individuais e coletivas. Por esses pressupostos, é de fundamental importância que o egresso do Curso tenha uma sólida formação ética, crítica, reflexiva, humanista, pautada na formação da cidadania, no respeito à diversidade, buscando uma nova construção de um sistema jurídico comprometido com as demandas da sociedade contemporânea.

O profissional que se deseja formar também deverá ter perfil para produzir e utilizar pesquisas, tendo em vista o desenvolvimento científico e sua aplicação na realidade. Também por ter uma formação voltada a extensão o perfil

profissional do egresso deve cumprir a função social do conhecimento adquirido. A extensão universitária e a produção científica integram as novas diretrizes dos cursos jurídicos, privilegiando a interdisciplinaridade, em que conteúdos jurídicos e fundamentos humanísticos propiciam conhecimentos adequados para um constante diálogo com a realidade social dinâmica.

Por esses pressupostos e, ainda, considerando as Diretrizes Curriculares do Curso, Resolução CNE/CES 18/2018, o curso de Direito da FBE almeja formar um profissional que tenha o seguinte perfil:

- a) Sólida formação generalista, humanística e axiológica, comprometida com a ética, a diversidade, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e com uma sociedade justa e igualitária;
- b) Formação técnico-jurídica e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- c) Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica;
- d) Senso jurídico e ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da finalidade das normas jurídicas;
- e) Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
- f) Atuação reflexiva e crítica, que fomente uma atuação autônoma e voltada para a constante aprendizagem, em uma visão empreendedora e inovadora;
- g) Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;
- h) Visão atualizada de mundo e, em particular, consciência solidária dos problemas de seu tempo e de seu espaço.
- i) Aptos a desenvolver estratégias teóricas, hermenêuticas e metodológicas que permitam a superação dos limites da versão dogmática da Ciência e do Direito, questionando e tendo uma visão crítica da realidade, pensando os códigos e compreendendo juridicamente os fatos sociais em constante mutação;
- j) Capacidade de articular e liderar equipes multidisciplinares para a captação de dados e geração de informações jurídicas;

- k) Privilegiem as formas pré-processuais e auto compositivas (inclusive as processuais) de solução de conflitos, tendo a atividade de mediação como uma forma de agir inerente às profissões jurídicas;
- l) Atuar com visão interdisciplinar do fenômeno jurídico e transformações sociais, bem como capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, o desenvolvimento de raciocínio lógico, a permanente atualização técnica e pessoal, pontuada por uma visão contemporânea das demandas da sociedade;
- m) Consciência solidária, contribuindo para que todos tenham acesso à justiça e à cidadania, no âmbito individual e coletivo;
- n) Capaz de compreender, interpretar, argumentar, analisar e aplicar o Direito, considerando a pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, assim como a correta utilização da linguagem com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e riqueza do vocabulário; raciocínio lógico, de persuasão e de reflexão crítica no julgamento e a tomada de decisões;
- o) Capacidade de utilizar as novas tecnologias, no âmbito da atuação profissional.

Considerando o perfil do egresso almejado pelo Curso de Direito da FBE necessário que sejam desenvolvidas as seguintes competências:

- a) Ter uma visão interdisciplinar do Direito, compreendendo-o com os problemas humanos e não apenas como um conjunto de normas;
- b) Assumir uma postura inovadora frente ao Direito, para adequá-los à realidade socioeconômica e tecnológica emergente;
- c) Desenvolver estratégias que permitam a superação da formação dogmática, permitindo-o pensar os códigos e não apenas a aplicá-los, ao mesmo tempo compreender juridicamente os fatos sociais;
- d) Adaptar, com sensibilidade e competência, o conhecimento jurídico à solução dos problemas humanos novos e àqueles do cotidiano forense;
- e) Contribuir para a adaptação das decisões judiciais às exigências de mudanças da sociedade brasileira;
- f) Comunicar-se com precisão, considerando a leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- g) Dominar, analisar e utilizar as legislações pertinentes da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) Ter domínio e utilizar corretamente a terminologias jurídicas ou da Ciência do Direito;
- i) Dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, bem como compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- j) Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- k) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- l) Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- m) Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- n) Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- o) Exercer a profissão em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- p) Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- q) Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- r) Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

### **13. ESTRUTURA CURRICULAR**

A construção do projeto pedagógico do Curso de Direito da FBE foi proposto, com fundamentação legal na Resolução CNE/CES nº 05/2018, que

institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, e demais legislações vigentes no ensino superior.

O projeto pedagógico do Curso se desenvolve tendo em vista um desenho curricular que busca uma formação reflexiva, crítica e de caráter humanístico, que compara o instrumental legal com a realidade. Uma concepção do Direito que opere não como obstáculo à transformação social, mas como instrumento de melhoria da vida coletiva, sem atender os interesses particulares em detrimento do interesse público, buscando respeitar e fazer valer os direitos e garantias individuais. Nesse sentido, este projeto desenvolve-se de forma a propiciar um ensino jurídico crítico, sem se abstrair do conhecimento conjunto das letras legais, porém, numa visão reflexiva, onde o curso deve se firmar no fomento à articulação entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão, num perfeito relacionamento estável entre saber prático e teórico, socialmente responsável e eticamente comprometido.

Por esses pressupostos, a estrutura curricular organiza-se de forma a atender os núcleos que assim se desenvolvem, na forma da Resolução CNE/CES nº 05/2018, com as seguintes perspectivas formativas:

- Formação geral: que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, econômico, do método científico, da comunicação, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, compreendendo saberes de outras áreas de formação, que se vislumbram pelas seguintes disciplinas: Filosofia Geral e Jurídica 72h, Fundamentos de Economia 36h, Comunicação e Expressão 36h, Ciência Política e Teoria Geral do Estado 72h, História do Direito 36h, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos 36h, Antropologia e Sociologia Jurídicas 72h, Ética e Cidadania 36h, Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa 36h, Empreendedorismo e Inovação 36h, Psicologia aplicada ao Direito 72h, totalizando 540 horas,
- Formação técnico-jurídica: que envolve além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, que

compreendem as seguintes disciplinas Introdução ao Estudo do Direito 72h, Direito Penal I 72h, Direito Civil I – Parte Geral 108h, Argumentação Jurídica 36h, Direito Constitucional I 72h, Direito Civil II – Obrigações 72h, Direito Penal II 72h, Direito Empresarial I 72h, Direitos Humanos 36h, Direito Eletrônico 36h, Direito Constitucional II 72h, Direito Civil III – Contratos 72h, Direito Penal III 36h, Direito Empresarial II 36h, Teoria Geral do Processo 72 h, Conciliação, Mediação e Arbitragem 72h, Direito Civil IV – Direitos Reais 72h, Direito Penal IV 72h, Direito Empresarial III 36h, Direito Processual Civil I 72h, Direito Processual Penal I 72h, Direito Administrativo I 72h, Direito Civil V – Família 72h, Direito Processual Civil II- Recursos 72h, Direito Processual Penal II 72h, Direito do Trabalho I 72h, Direito Administrativo II 72h, Direito Civil VI – Sucessões 72h, Direito do Trabalho II 36h, Direito Processual Civil III – Execução 72h, Direito Processual Penal III 72h, Direito Ambiental 72h, Direito Processual Civil IV 72h, Direito Tributário I 72h, Direito Processual do Trabalho 72h, Direito Civil VII – Responsabilidade Civil 36h, Ética Profissional 36h, Trabalho de Curso I 40h, Direito Tributário II 72h, Direito Internacional 72h, Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos e Coletivos 72 h, Trabalho de Curso II 40h, Direito da Seguridade Social 72h, Direito da Criança e do Adolescente 36h, Legislação Penal Especial 36h, Direito das Relações de Consumo 36h, Processo Constitucional 72h, Trabalho de Curso III 40h, totalizando 2964 horas.

- Formação prático-profissional: que visa a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o trabalho de curso, compreendendo: Prática Jurídica I – Prática Cível 36h, Prática Jurídica II – Prática Penal 36h, Prática Jurídica III- Prática Trabalhista 36h, Prática Jurídica IV – Prática Empresarial e Prática Tributária 72h, totalizando 180h.

- Além disso o curso contempla Estágio Curricular Supervisionado I 80h, Estágio Curricular Supervisionado II 80h, Estágio Curricular Supervisionado III 80h, Estágio Curricular Supervisionado IV 80h, totalizando 320h.

- As optativas são compostas por duas disciplinas totalizando, 72 horas.

Além desses aspectos, o currículo contempla, também, em seu desenho curricular atividades complementares à formação em um total de 200 horas.

### 13.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO – DIREITO

#### 1º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Introdução ao Estudo do Direito</b>	72h
<b>Filosofia Geral e Jurídica</b>	72h
<b>Fundamentos de Economia</b>	36h
<b>Comunicação e Expressão</b>	36h
<b>Ciência Política e Teoria Geral do Estado</b>	72h
<b>História do Direito</b>	36h
<b>Fundamentos Antropológicos e Sociológicos</b>	36h
<b>Subtotal</b>	360
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	360

#### 2º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Penal I</b>	72h
<b>Antropologia e Sociologia Jurídicas</b>	72h
<b>Direito Civil I – Parte Geral</b>	108h
<b>Ética e Cidadania</b>	36h
<b>Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa</b>	36h
<b>Argumentação Jurídica</b>	36h
<b>Subtotal</b>	360
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	360

#### 3º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Constitucional I</b>	72h
<b>Direito Civil II - Obrigações</b>	72h
<b>Direito Penal II</b>	72h
<b>Direito Empresarial I</b>	72h
<b>Direitos Humanos</b>	36h
<b>Direito Eletrônico</b>	36h
<b>Subtotal</b>	360h
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	360h

#### 4º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Constitucional II</b>	72h
<b>Direito Civil III - Contratos</b>	72h
<b>Direito Penal III</b>	36h
<b>Direito Empresarial II</b>	36h
<b>Teoria Geral do Processo</b>	72 h
<b>Conciliação, Mediação e Arbitragem</b>	72h
<b>Subtotal</b>	360
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	360

#### 5º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Civil IV – Direitos Reais</b>	72h
<b>Direito Penal IV</b>	72h
<b>Direito Empresarial III</b>	36h
<b>Direito Processual Civil I</b>	72h
<b>Direito Processual Penal I</b>	72h
<b>Subtotal</b>	324
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	324

#### 6º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
------------	---------------

<b>Direito Administrativo I</b>	72h
<b>Direito Civil V - Família</b>	72h
<b>Direito Processual Civil II- Recursos</b>	72h
<b>Direito Processual Penal II</b>	72h
<b>Direito do Trabalho I</b>	72h
<b>Subtotal</b>	360
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	360

### 7º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Administrativo II</b>	72h
<b>Direito Civil VI - Sucessões</b>	72h
<b>Direito do Trabalho II</b>	36h
<b>Direito Processual Civil III - Execução</b>	72h
<b>Direito Processual Penal III</b>	72h
<b>Prática Jurídica I – Prática Cível</b>	36h
<b>Estágio Curricular Supervisionado I</b>	80h
<b>Subtotal</b>	440
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	440

### 8º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Ambiental</b>	72h
<b>Empreendedorismo e Inovação</b>	36h
<b>Direito Processual Civil IV</b>	72h
<b>Direito Tributário I</b>	72h
<b>Direito Processual do Trabalho</b>	72h
<b>Direito Civil VII – Responsabilidade Civil</b>	36h

<b>Prática Jurídica II – Prática Penal</b>	36h
<b>Ética Profissional</b>	36h
<b>Trabalho de Curso I</b>	40h
<b>Estágio Curricular Supervisionado II</b>	80h
<b>Subtotal</b>	552
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	552

### 9º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito Tributário II</b>	72h
<b>Direito Internacional</b>	72h
<b>Psicologia aplicada ao Direito</b>	72h
<b>Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos e Coletivos</b>	72 h
<b>Optativa I (LIBRAS)</b>	36h
<b>Prática Jurídica III- Prática Trabalhista</b>	36h
<b>Trabalho de Curso II</b>	40h
<b>Estágio Curricular Supervisionado III</b>	80h
<b>Subtotal</b>	480
<b>TOTAL DO SEMESTRE</b>	480

### 10º PERÍODO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
<b>Direito da Seguridade Social</b>	72h
<b>Direito da Criança e do Adolescente</b>	36h
<b>Legislação Penal Especial</b>	36h
<b>Direito das Relações de Consumo</b>	36h
<b>Processo Constitucional</b>	72h
<b>Optativa II</b>	36h

<b>Trabalho de Curso III</b>	40h
<b>Prática Jurídica IV – Prática Empresarial e Prática Tributária</b>	72h
<b>Estágio Curricular Supervisionado IV</b>	80h
<b>Subtotal</b>	480
<b>Atividades Complementares</b>	200
<b>Total do Semestre</b>	680

<b><i>Conteúdos Curriculares/Disciplinas</i></b>	<b>3756h</b>
<b><i>Atividades Complementares</i></b>	<b>200h</b>
<b><i>Estágio Supervisionado</i></b>	<b>320h</b>
<b><i>TOTAL GERAL DO CURSO</i></b>	<b>4276h</b>

#### **OPTATIVAS**

O rol de optativas será definido pelo NDE e Colegiado de Curso para cada semestre letivo de oferta, sendo obrigatoriamente uma delas LIBRAS.

#### **OPTATIVAS**

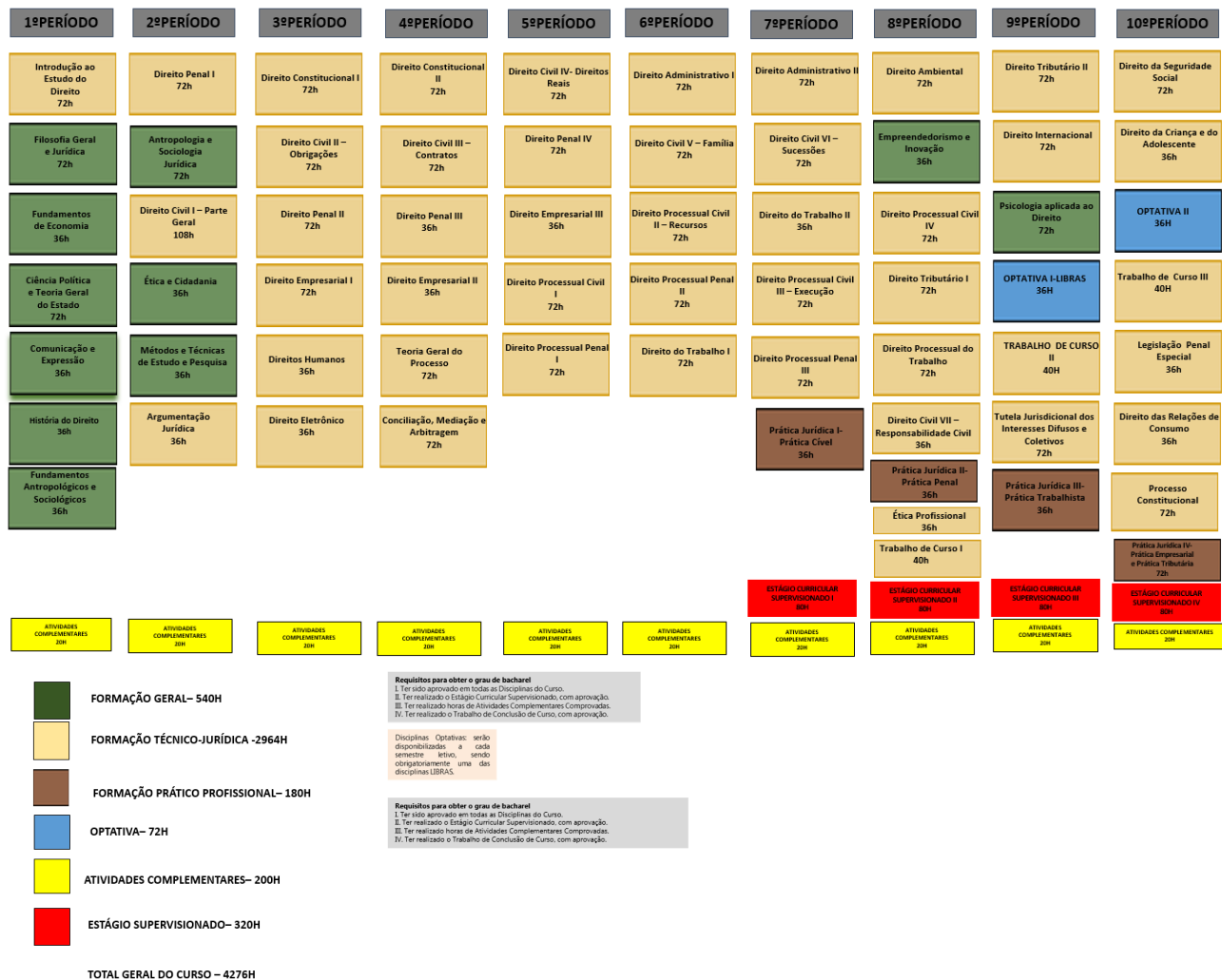
O rol de optativas será definido pelo NDE e Colegiado de Curso para cada semestre letivo de oferta, sendo obrigatoriamente uma delas LIBRAS.

#### **OPTATIVAS**

O rol de optativas será definido pelo NDE e Colegiado de Curso para cada semestre letivo de oferta, sendo obrigatoriamente uma delas LIBRAS.

## 13.2 FLUXOGRAMA DO PERCURSO DE FORMAÇÃO

### REPRESENTAÇÃO GRÁFICA - PERFIL DE FORMAÇÃO - DIREITO



## 14. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os cursos oferecidos pela IES devem considerar na seleção e elaboração de currículos, as políticas institucionais para o ensino, o perfil do egresso que almeja formar, as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações vigentes.

Na elaboração do currículo a qualidade acadêmica será garantida, como também aspectos referentes à formação comprometida com a sociedade, voltada à inclusão social, acessibilidade, direitos humanos e de gênero, relações

étnico-raciais, dentre outras. A abordagem de meio ambiente e de desenvolvimento regional sustentável deve perpassar o currículo de forma transversal, assim como os avanços tecnológicos e as inovações serão incorporados na elaboração do currículo e na seleção de conteúdo, a fim de propiciar uma formação em sintonia com as demandas contemporâneas. Relevante também que este currículo contemple a flexibilidade da formação, por meio de disciplinas optativas e de atividades complementares à formação, além de privilegiar a interdisciplinaridade, no desenvolvimento dos saberes.

De tal forma, a seleção de conteúdos envolve um conjunto de princípios filosófico- metodológicos, tendo em vista o perfil do egresso almejado pela Instituição, sendo este um cidadão crítico e reflexivo, capaz de compreender e se comprometer com a sociedade e sua transformação.

Na elaboração do currículo e na seleção dos conteúdos, para que estes referenciais sejam alcançados, o Curso considerou: o currículo e os saberes que o compõem devem considerar o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a acessibilidade, as relações étnico-raciais, a inclusão e a acessibilidade, em seus aspectos atitudinal, pedagógico e comunicacional, dentre outros. Assim posto, os saberes devem ser organizados, a fim de propiciar a formação de cidadão, por meio de uma visão crítica, reflexiva, humanística, ética e com visão contextualizada da realidade, compreendendo os contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, apoiando-se no pilar da ciência e de sua aplicabilidade, em uma dada situação profissional. O conteúdo do currículo adquire significado ao se constituírem em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade, tendo em vista a sua transformação. Neste sentido, no desenvolvimento metodológico dos saberes, devem-se adotar as metodologias participativas, a fim de propiciar estratégias de aprendizagem que levem a uma constante mobilização de competências cognitivas básicas e específicas, que favoreçam a consolidação do perfil do egresso proposto.

Norteando- por estas diretrizes, em síntese, na seleção dos saberes e na elaboração dos currículos, deve-se:

- Atender as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações vigentes na educação superior;
- Estar em coerência com os objetivos do curso;

- Ser dimensionado para atender ao perfil proposto ao perfil do egresso e às competências a serem adquiridas no decorrer da formação;
- Ser consoante com os princípios e as políticas institucionais, principalmente atender o disposto no projeto pedagógico institucional.

Estes princípios norteadores devem considerar a flexibilidade curricular; a interdisciplinaridade; as metodologias participativas; a adequação, atualização das ementas e relevância da bibliografia.

Assim posto, os conteúdos curriculares do Curso de Direito da FBE estão consoantes com estas premissas relevantes, que se distribuem em disciplinas e demais atividades, na forma explicitada na estrutura curricular.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito reflete, indubitavelmente, em sua organização curricular, para a qual a instituição de ensino superior exercitará seu potencial inovador e criativo, com liberdade e flexibilidade, e estabelecerá expressamente as condições para a efetiva conclusão do curso.

Antes de tudo, é preciso conceber o processo ensino-aprendizagem como algo dinâmico, complexo e flexível, que propicie o domínio pleno de tecnologias da área de atuação. Neste sentido, o currículo do Curso de Direito da FBE é orientado por alguns pressupostos:

a) Visão orgânica, afinada com as mutações que acontecem cotidianamente;

b) Disposição para perseguir essa visão por meio de saberes em situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo;

c) Abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do curso e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria e suas consequências e aplicações práticas;

d) Percepção e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

De tal forma na elaboração e seleção de conteúdos os Cursos da IES devem se nortear pelos seguintes pressupostos:

a) Desvincular-se de um currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando a aquisição de competências;

b) Adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a interação entre aluno/professor e aluno/aluno para a construção de conhecimentos coletivos;

c) Organizar os saberes do curso em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;

d) Tratar os conteúdos de modo contextualizado, valorizando a relação entre eles com o intuito de dar significado e utilidade ao aprendizado;

e) Lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem, facilitando a relação do aluno com o conhecimento.

Por meio desses pressupostos, a formação norteia-se pela aquisição de competências. Isso requer uma metodologia de interação com os discentes, considerando a concepção do “aprender a aprender” (ROGER), ou seja, aprender a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre a teoria e a prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com os sentimentos que a aprendizagem desperta.

#### **14.1. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR**

A flexibilização é um dos princípios consagrados pela LDB. Ela confere ao currículo caráter de movimento, permitindo a diversificação da estrutura curricular e dos conhecimentos e oportunidades diferenciadas de integralização curricular, a incorporação de conteúdos em resposta às demandas contemporâneas e atividades que promovam a construção do conhecimento e que transcendam à lógica linear e homogênea tradicional. A flexibilização curricular na IES materializa-se pelo acolhimento das seguintes diretrizes:

a) Inclusão de componentes curriculares complementares em todos os cursos de graduação;

- b) Previsão de atividades curriculares complementares de caráter técnico e científico-cultural, envolvendo atividades de ensino, práticas investigativas e extensão;
- c) Planejamento de atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica;
- d) Previsão de oferta de componentes curriculares optativos na integralização da matriz curricular.

No curso de Direito da FBE efetua-se por meio de atividades complementares à formação, em um total de 200 horas. Também o Curso contempla disciplinas optativas no nono e décimo períodos do curso.

#### **14.2. ATENDIMENTO A ABORDAGENS TRANSVERSAIS, DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES ÉTNICO -RACIAIS E DE GÊNERO, MEIO AMBIENTE E ACESSIBILIDADE, NA FORMA DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES**

O Curso de Direito da Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas, FBE, atende às normativas legais, com abordagem em seu currículo de temáticas, conforme dispõe as seguintes legislações:

a) *Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº1/2004, que trata das diretrizes para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena*

##### **INSERÇÃO NO CURSO:**

##### **1º Período:**

##### **Disciplina: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**

**Ementa:** A evolução humana como processo biocultural: o inato e o adquirido. A especificidade da antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Antropologia cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Relações étnico-raciais e de gênero. Contexto histórico e os aspectos conceituais das Ciências Sociais; Contribuição dos autores clássicos da teoria social e antropológica; Indivíduo, sociedade e cultura; Estrutura da sociedade e estratificação social; Globalização, identidade cultural; A cultura brasileira: o mito das três raças. Composição da sociedade brasileira. Sociologia e Direitos Humanos.

## **2º Período**

**Disciplina: Ética e Cidadania**

**Carga horária:36h**

**Ementa:** Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. Direitos humanos; Relações étnico-raciais e de gênero. Meio ambiente e Sustentabilidade.

*b) Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, que dispõem sobre políticas de educação ambiental*

### **INSERÇÃO NO CURSO:**

2º Período

**Disciplina: Ética e Cidadania**

**Carga horária:36h**

**Ementa:** Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. Direitos humanos; Relações étnico-raciais e de gênero. Meio ambiente e Sustentabilidade.

*c) Decreto nº 5.626, que dispõe sobre a oferta de LIBRAS -Língua Brasileira de Sinais em cursos de graduação- bacharelado - rol de optativa.*

### **INSERÇÃO NO CURSO:**

A disciplina de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais é uma das disciplinas que integram o rol de optativas do curso de Direito da FBE.

## **9º e 10º Períodos:**

### **OPTATIVA I E OPTATIVA II**

#### **LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS**

Conceito de Libras. Fundamentos históricos. Legislação específica. Fundamentos básicos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): gramática e símbolos icônicos com significados; traduções de expressões figuradas e gírias, técnicas de interpretação.

e) *Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece diretrizes para a educação em Direitos Humanos.*

**INSERÇÃO NO CURSO:**

**1º Período**

**Disciplina: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**

**Carga horária: 36h**

**Ementa:** A evolução humana como processo biocultural: o inato e o adquirido. A especificidade da antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Antropologia cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Relações étnico-raciais e de gênero. Contexto histórico e os aspectos conceituais das Ciências Sociais; Contribuição dos autores clássicos da teoria social e antropológica; Indivíduo, sociedade e cultura; Estrutura da sociedade e estratificação social; Globalização, identidade cultural; A cultura brasileira: o mito das três raças. Composição da sociedade brasileira. Sociologia e Direitos Humanos. Acessibilidade e Inclusão.

**3º Período**

**Disciplina: Direitos Humanos**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais. Formação e evolução. Categoria de direitos fundamentais. Educação em Direitos humanos e relações étnico-raciais. Deveres fundamentais. Atribuição dos direitos. Direitos fundamentais e revisão constitucional. Direito à vida. Direito de igualdade, liberdade e propriedade. Direito à nacionalidade. Direitos políticos. Os organismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.

f) *Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº*

10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

## **INSERÇÃO NO CURSO:**

1º PERÍODO

### **Disciplina: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** A evolução humana como processo biocultural: o inato e o adquirido. A especificidade da antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Antropologia cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Relações étnico-raciais e de gênero. Contexto histórico e os aspectos conceituais das Ciências Sociais; Contribuição dos autores clássicos da teoria social e antropológica; Indivíduo, sociedade e cultura; Estrutura da sociedade e estratificação social; Globalização, identidade cultural; A cultura brasileira: o mito das três raças. Composição da sociedade brasileira. Sociologia e Direitos Humanos. Acessibilidade e Inclusão.

## **ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E O CENTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA IES**

Ressalta-se que a FBE contará com um Centro de Acessibilidade e Inclusão, CAI, com ações voltadas ao atendimento e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais especiais, inclusive as com Transtorno do Espectro Autista. Neste Centro se alocam núcleos de orientação a discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos, de forma a propiciar a inclusão e permanência no ensino superior destas pessoas. Os núcleos voltam suas ações considerando a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica e atitudinal. Nestes núcleos são geradas as normas institucionais, de forma a propiciar auxílio técnico, que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas, tanto a discentes e docentes, como a funcionários técnico-administrativos, com necessidades especiais. Também, cabe ao CAI, por meio de seus núcleos de

atividades específicas, informar e orientar sobre o tratamento a ser dispensado a pessoas com necessidades especiais.

### **INFRAESTRUTURA -ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS ACESSIBILIDADE**

As instalações internas e externas da FBE estão dispostas de forma a atender plenamente as pessoas com necessidades especiais, considerando em suas instalações:

- a) Banheiros adaptados, na forma da lei, permitindo acesso a cadeira de rodas, com barras de apoio nas paredes dos banheiros e lavabos adequados;
- b) Bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- d) Reserva de vagas preferenciais nos estacionamento;
- e) Áreas externas adaptadas para permitir a circulação de cadeiras de rodas;
- f) Elevadores e espaços acessíveis, permitindo livre circulação de cadeiras de rodas a todos os espaços da FBE.

As pessoas com deficiência visual contam com piso tátil, conforme NBR específica. Os deficientes auditivos, na forma da lei, terão direito a intérprete de LIBRAS, além dos cursos da IES contemplarem LIBRAS como disciplina optativa.

## 15. COMPONENTES CURRICULARES – EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

\* Acervo físico

\*\* Acervo Físico e (Virtual -Pearson)

\*\*\* Acervo (Virtual-Pearson)

### EMENTÁRIO DO CURSO DE DIREITO

#### Ementas e Bibliografia

##### 1º Período:

#### Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** O Direito como ciência. O Direito como norma. O Direito como faculdade. Norma Jurídica. Fatos jurídicos. Direito e lei. Fontes das normas jurídicas. Legislação. Jurisprudência. Princípios gerais do Direito. Doutrina. Outras fontes. Classificação da norma jurídica. Direito e justiça. Direito e ideologia. Direito positivo. Sistematização jurídica. Sujeitos de direito. Os fins do direito. Organização judiciária.

#### Bibliografia Básica:

- 1) MEZZOMO, Clareci. Introdução ao direito. Editora Educcs, 2012. \*\*\*
- 2) LEAL, Mônica Clarissa Hennig. A Constituição como Princípio os limites da jurisdição constitucional brasileira. São Paulo: Saraiva, 2014. \*\*\*
- 3) MELLO, Cleyson de Moraes. Hermêutica e Direito. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*

#### Bibliografia Complementar:

- 1) MELLO, Cleyson de Moraes. O Fundamento do Direito. Editora Freitas Bastos, 2016\*\*\*
- 2) LASSALLE, Ferdinand. A Essência da Constituição. São Paulo: RT, 2016\*\*\*

- 3) BLOCK, Marcella. Compliance e Governança Corporativa. São Paulo: Saraiva, 2010. \*\*\*
- 4) Riccitelli, Antonio. Direito Constitucional teoria do estado e da constituição. Editora Manole, 2012\*\*\*
- 5) LEMBO, Cláudio. A Pessoa e seus direitos. Editora Manole, 2014\*\*\*

### **Disciplina: Filosofia Geral e Jurídica**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Introdução à Filosofia. Os filósofos pré-socráticos. Os grandes legisladores gregos. Sócrates e os sofistas. Platão. Aristóteles. O Helenismo. A Filosofia e Filosofia do Direito Romana. A Filosofia Patrística. Agostinho de hipona. A Filosofia Escolástica. Tomás de Aquino. O Humanismo. O Racionalismo e o Empirismo. O Liberalismo e o Contratualismo. A Filosofia do Esclarecimento. Kant. O Anti-Iluminismo e o Idealismo Alemão. O Positivismo e o Marxismo. A Fenomenologia e o Existencialismo. A Filosofia Analítica. Introdução à Filosofia do Direito. O Jusnaturalismo Clássico. O Jusnaturalismo Moderno. O Juspositivismo Clássico. Hans Kelsen. O Realismo Jurídico. O Pós positivismo Jurídico. As Teorias Retóricas do Direito. Teorias da Justiça. Ronald Dworkin. Jürgen Habermas.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) MELLO, Cleyson de Moraes. Filosofia do Direito. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 2) Org: Carlos Eduardo Guerra/ Ricardo Lodi Ribeiro. Teoria e Filosofia do Direito. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 3) REALE, M. Filosofia do direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) GUSMÃO, P. D. de. Filosofia do direito. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. \*\*\*
- 2) MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. São Paulo: Zahar, 2012. \*\*\*

- 3) NADER, P. Filosofia do direito. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. \*\*\*
- 4) LEITE, Flamarion Tavares 10 lições sobre Kant. Editora Vozes, 2017. \*\*\*
- 5) SÖHNGEN, Clarice Beatriz Da Costa; POZZEBON, Fabrício Dreyer De Ávila Encontros entre direito e literatura III poesia linguagem e música. Editora PUCRS, 2017. \*\*\*

### **Disciplina: Fundamentos de Economia**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Noções Básicas de Economia. A evolução do pensamento econômico. Oferta e demanda. Equilíbrio de Mercado. Estruturas de mercado. Objetivos e Instrumentos da política macroeconômica. Inflação. Globalização. Sustentabilidade.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) Nagle, Thomas T.; Holden, Reed K. Estratégia e Táticas de Preços: um guia para decisões lucrativas - 3ª edição. Pearson, 2003. \*\*\*
- 2) Luiz Arnaldo Biagio. Como elaborar o plano de negócios + curso on-line - Série Lições de Gestão. Manole, 2014. \*\*\*
- 3) Organizador Cleyton Izidoro. CONTABILIDADE DE CUSTOS. Pearson, 2015. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CRUZ, June Alisson Westarb, REIS, Júlio Adriano Ferreira dos, PROHMANN, José Ivan de Paula e MIGUEL, Paulo Sergio. Formação de preços mercado e estrutura de custos. Editora Intersaberes, 2012. \*\*\*
- 2) Evandir Megliorini. Custos: análise e gestão. Pearson, 2011. \*\*\*
- 3) Mendes, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações - 2ª edição. Pearson, 2009. \*\*\*

- 4) Hong, Yuh Ching. Contabilidade Gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios. Pearson, 2005. \*\*\*
- 5) Robert Pindyck e Daniel Rubinfeld. Microeconomia, 8ed. Pearson, 2013. \*\*\*

## **Disciplina: Ciência Política e Teoria Geral do Estado**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Da sociedade. Poder e dominação. Poder social e Poder político. Poder e autoridade. Sociedade política e Nação. Do Estado: Conceito, origem e fins. Elementos do Estado. Estado e Direito. Nacionalidade. Cidadania. Território. Soberania. Formas de Estado. Formas de Governo. Regimes Políticos. Sistemas de Governo. A Separação de Poderes. O Sistema Representativo. Os Sistemas Eleitorais. O Voto. Os Partidos Políticos. Constituição. A intervenção do Estado na sociedade. Estado Brasileiro e relações internacionais. Estado e globalização.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) TEIXEIRA, Andreson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi de. Curso de teoria do estado e ciência política. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) MAZOTTI, Marcelo. As Escolas Hermenuticas e os Métodos de Interpretação da Lei. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) RANIERI, Nina. Teoria do Estado do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. Editora Manole, 2014. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CONSTANT, Benjamin. Princípios Políticos Constitucionais. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 2) MELLO, Cleyson de Moraes; MOREIRA, Thiago. Direitos Fundamentais e Dignidade Da Pessoa Humana. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*

- 3) TEIXEIRA, Andreson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi de. Correntes Contemporâneas do Pensamento Jurídico. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 4) STRECK, Lenio Luis; MORAES, José Luis Bolzan de. Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado. \*\*\*
- 5) WEFFORT, F. C. Os Clássicos da Política 1. São Paulo: Ed. Ática, 1991. \*\*\*

### **Disciplina: Comunicação e Expressão**

**Carga horária:** 68h

**Ementa:** Função da linguagem e elementos de comunicação; Normas da ABNT para elaboração de textos acadêmicos; tipologia, produção e interpretação de textos acadêmicos; vícios de linguagem; clareza e coerência em redações técnicas.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) GOLD, Miriam; SEGAL, Marcelo. Português Instrumental para Cursos de Direito como elaborar textos jurídicos. Editora Pearson, 2007. \*\*\*
- 2) MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio .Português para Convencer: comunicação e persuasão em direito. Editora Ática, 2014. \*\*\*
- 3) HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa. noções básicas para cursos superiores. Atlas. 2010. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português - 4ª edição. Atica, 2009. \*\*\*

- 2) ROSSI, Albertina. Linguística textual e ensino de língua portuguesa. Editora Intersaberes, 2015. \*\*\*
- 3) VANDA MARIA ELIAS. Ensino de língua portuguesa - oralidade, escrita e leitura. Contexto, 2011. \*\*\*
- 4) BRODBECK, Jane Thompson; Costa, Antônio José Henriques; Correa, Vanessa Loureiro. Estratégias de leitura em língua portuguesa. Editora Intersaberes, 2012. \*\*\*
- 5) BARBOSA, Severino Antonio Moreira; Amaral, Emília (colab.) Redação: escrever é desvendar o mundo - 21ª edição Papyrus, 2010. \*\*\*

### **Disciplina: História do Direito**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Os Grandes Sistemas Jurídicos. Direitos Antigos (Egípcio, Hebraico, Grego e Romano). Os Grandes Sistemas Jurídicos Não Europeus: Hindu, Babilônico, Muçulmano, Chinês e Japonês. Os Direitos da Europa Medieval e Moderna: Direito Canônico, Direito Germânico, Alta Idade Média, Sociedade Feudal, Direito Romanista e Common Law. As Fontes do Direito Europeu Ocidental – Século XIII ao XVIII. Movimentos constitucionalistas – As origens do poder constituinte – As declarações de Direitos. Formação do Direito Brasileiro. Origens e Formação do Poder Judiciário.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) PELUSO, Antonio Cezar. As Constituições do Brasil: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) ANGELOZZI, Gilberto. História do Direito no Brasil. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 3) SIEYÈS, Emmanuel Joseph. A Constituinte Burguesa. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) LEMBO, Cláudio. Culturalismo Jurídico São Paulo 450 anos seminário Brasil Espanha. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes. \*\*\*
- 3) LOPES, José Reinaldo Lima. O direito na história. 2ª ed. São Paulo: Max Limond. \*\*\*
- 4) SILVA Pacheco. Evolução do processo civil brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar. \*\*\*
- 5) VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. \*\*\*

### **Disciplina: Fundamentos Antropológicos e Sociológicos**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** A evolução humana como processo biocultural: o inato e o adquirido. A especificidade da antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Antropologia cultural: cultura afro-brasileira e indígena. Relações étnico-raciais e de gênero. Contexto histórico e os aspectos conceituais das Ciências Sociais; Contribuição dos autores clássicos da teoria social e antropológica; Indivíduo, sociedade e cultura; Estrutura da sociedade e estratificação social; Globalização, identidade cultural; A cultura brasileira: o mito das três raças. Composição da sociedade brasileira. Sociologia e Direitos Humanos. Acessibilidade e Inclusão.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BASTOS, Aurelio Wander. Teoria e Sociologia do Direito. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 2) VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia. São Paulo: Autêntica, 2007. \*\*\*
- 3) SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à sociologia da educação. 3ª ed. São Paulo: Autêntica, 1999. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) MORANGE, Jean. Direitos Humanos e Liberdades Pública. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) MASCARO, Laura Degaspere Monte; BANDIM, Luiz Fernando Conde. Direitos humanos e cidadania. Londrina: Editora e Distribuidora S.A, 2017. \*\*\*
- 3) AMARAL, Felpe Bueno; Camila Mühl. Fundamentos em ciências sociais. Curitiba: InterSaberes, 2017. \*\*\*
- 4) TOSTA, Sandra de Fátima Pereira; Cury, Carlos Roberto Jamil. Educação, cidade e cidadania - Leituras de Experiências Socioeducativas - 1ª Edição. Editora Autêntica, 2007. \*\*\*
- 5) PERISSÉ, Gabriel. Filosofia, Ética e Literatura: uma proposta pedagógica. Manole, 2004. \*\*\*

## **2º Período**

### **Disciplina: Direito Penal I**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Introdução ao Direito Penal. História das ideias penais. Direito Penal no Brasil. Princípios do Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime. Erro de Tipo e Erro de Proibição. Concurso de agentes. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis no concurso de agentes.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) BUENO, Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha. Direito Penal: Parte Geral. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) PEREIRA, Gisele Mendes. Direito Penal I. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal. vol. 1. Niterói: Impetus, 2013. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) DELMAS-MARTY, Mireille. A Imprecisão do Direito do código penal aos direitos humanos. Editora Manolle, 2014. \*\*\*
- 2) SARRUBBO, Mário Luiz. Direito penal Parte Especial. Editora Manolle, 2014. \*\*\*

- 3) PASCHOAL, Janaina Conceição Direito penal: Parte Geral .Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 4) FRIEDE, André Carlos e Reis. Teoria Geral do Delito. Editora Freitas Bastos, 2016.\*\*\*
- 5) JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. Finalidades da Pena. Editora Manole, 2014. \*\*\*

## **Disciplina: Antropologia e Sociologia Jurídicas**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Antropologia geral e regional. Cultura e espaço regional. Regiões culturais do Brasil. Sociologia do Direito. Comarcas. Contexto histórico da Sociologia do Direito. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito/Sociedade. Sociologia do Direito Natural. Abordagem marxista do Direito. Abordagem de Émile Dürkheim. Abordagem Weberiana e seus conceitos teórico sobre o Direito e a visão jurídica do controle social exercido pelo Direito em nosso país.

### **Bibliografia Básica**

- 1) FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fábio. Poder Econômico, direito, pobreza, violência e corrupção. Editora Manole, 2014.\*\*\*
- 2) GERSON, Fernando. A legitimação social do direito. Livraria Intersaberes, 2014\*\*\*
- 3) LEACH, Edmund R. Repensando a Antropologia. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia - Uma Introdução. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010\*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Direito Moderno e Mudança Social: ensaio de sociologia jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. \*\*\*
- 2) BOUDON, Raymond, BOURRICAUDO, François. Dicionário crítico de sociologia. 2.ed. São Paulo: Ática, 2014. \*\*\*
- 3) CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Sociologia Jurídica: Você Conhece? 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. \*\*\*

- 4) DÜRKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012\*\*\*
- 5) JUNQUEIRA, Eliane Botelho. A Sociologia do Direito no Brasil: Introdução ao Debate Anual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. \*\*\*

### **Disciplina: Direito Civil I- Parte Geral**

**Carga horária:** 108h

**Ementa:** Princípios fundamentais do direito civil. Fontes do direito civil. Interpretação e integração da norma jurídica. Conflitos de lei no tempo e no espaço. Personalidade: Aquisição e Extinção. Nascituro e Comoriência. Capacidade e Legitimação. Meios de Suprimento da Incapacidade. Emancipação. Pessoa Jurídica Civil: Classificação. Hipóteses de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Domicílio: conceito, finalidade e classificação. Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Atos ilícitos. Negócio Jurídico. Elementos Essenciais e Acidentais do Negócio Jurídico. Defeitos do Negócio Jurídico. Atos Inexistentes, Nulos e Anuláveis. Atos ilícitos e abuso de direito. Objeto do Direito: espécies. Classificação das Coisas. Direitos Personalíssimos e Formas de Proteção. Os Fatos ou Comportamentos. Forma, Prova e Interpretação do Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência no Direito Civil. Provas de atos e negócios jurídicos.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) LISBOA, Roberto Senise. Direito Civil de A a Z . Editora Manole, 2008. \*\*\*
- 2) PANTALEÃO, Leonardo; PANTALEÃO, Juliana. Direito Civil: parte geral. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) CHINELLATO, Silmara Juny (coord. da Coleção); LEONARDI, Fernanda Stinchi Pascale (autora da obra). Voz e direito civil proteção jurídica da voz história evolução e fundamentação legal. Editora Manole, 2014. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil Parte Geral. Editora Manolle, 2014. \*\*\*
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. \*\*\*

- 3) KOURY, Susy Elizabeth Cavalcante. A desconsideração da personalidade jurídica e os grupos de empresas. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. \*\*\*
- 4) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003. \*\*\*
- 5) VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. \*\*\*

### **Disciplina: Ética e Cidadania**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. Direitos humanos; Relações étnico-raciais e de gênero. Meio ambiente e Sustentabilidade.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) OLIVEIRA, Marcia Maria; DOSCIATTI de, Michel Mendes; HANSEL, MARIA, Claudia e DAMIANI, Suzana. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Educs,2017. \*\*\*
- 2) BELLO, Enzo. Ensaio Críticos Sobre Cidadania e Meio Ambiente. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) Organizadores João Mattar e Maria Thereza Pompa Antunes. Filosofia e ética. Pearson, 2014. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) LIONÇO, Márcia Helena Caprara. Direito e a morte Uma abordagem ética Uma abordagem ética. Editora Manole,2014. \*\*\*
- 2) ARBEX, Sergei Cobra; ZAKKA, Rogério Marcus Estatuto da Advocacia Prerrogativas e Ética. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) NALINI, José Rernato. Magistratura e ética: perspectivas - Para uma sociedade sustentável. Editora Contexto, 2014. \*\*\*
- 4) Philippi Jr., Arlindo (editor), Fernandes, Valdir (ed.) e Sampaio, Carlos Alberto Cioce (ed.). Gestão empresarial e sustentabilidade. Manole, 2017. \*\*\*

- 5) Organizador Mebur Bardini. Meio ambiente e qualidade de vida. Pearson, 2015. \*\*

## **Disciplina: Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Técnicas para estudo e documentação. A redação de um trabalho científico. Tipos de conhecimento. A construção do método científico. Normatização de trabalhos: Apresentação de trabalhos científicos, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A pesquisa e suas fases. Instrumento de Pesquisa.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2014. \*\*\*
- 2) LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017. \*\*\*
- 3) RUIZ, J. Á. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2010. \*\*\*
- 2) LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. \*\*\*
- 3) GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. \*\*\*
- 4) BARROS, A. J. P. Fundamentos de metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. \*\*\*

- 5) FIGUEIREDO, N. M. A. Método e metodologia na pesquisa científica. 3 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2009. \*\*\*

### **Disciplina: Argumentação Jurídica**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Português Jurídico. Funcionamento da linguagem. O sentido da linguagem jurídica. Coesão, coerência e texto. Da argumentação. Da ideologia. A prática forense.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) CORRÊA, Leda. Direito e Argumentação. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) Alves, Alaôr Caffé. Dialética e Direito linguagem sentido e realidade fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) Cavalieri, Neli. Argumentação Jurídica: Teoria e Prática. Freitas Bastos, 2016. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) SACCONI, L. A. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 29 ed. São Paulo: Nova Geração, 2008. \*\*\*
- 2) DE PLACIDO E SILVA. Vocabulário Jurídico. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. \*\*\*
- 3) NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem forense. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. \*\*\*
- 4) TOLEDO, Marlene Paula Marcondes e Ferreira. Comunicação jurídica. 4ª ed. São Paulo: saraiva, 2002. \*\*\*

## **Disciplina: Direito Constitucional I**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Direito Constitucional: histórico, conceito e natureza jurídica. Breve histórico das constituições brasileiras. Tipologia das Constituições. Classificação das normas constitucionais. Poder Constituinte. A supremacia da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis. Controle político e judicial, concentrado, difuso e misto. Da organização do Estado. Autonomia Estadual e Municipal. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias. Competências privativas, exclusivas, comuns e concorrentes. Intervenção.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) HAMON, Francis; TROPER, MICHEL; Burdeau, Georges. Direito Constitucional. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) SILVA, Roberto Baptista Dias da. Manual de Direito Constitucional. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) SALEME, Edson Ricardo. Direito constitucional. Editora Manole, 2014. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) LEAL, Mônica Clarissa Hennig. A Constituição como Princípio os limites da jurisdição constitucional brasileira. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) FUTTERLEIB, Lígia Leindecker. Fundamentos do direito constitucional. Editora Manole, 2013. \*\*\*
- 3) HACK, Erico. Direito Constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. Editora Intersaberes, 2014\*\*\*.
- 4) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008. \*\*\*
- 5) RICCITELLI, Antonio. Direito Constitucional teoria do estado e da constituição. Editora Manole, 2014. \*\*\*

**Carga horária: 72h**

**Ementa:** Obrigações. Conceito. Fontes. Elementos. Classificação. Obrigações em espécie. Cláusula penal e juros. Efeitos das Obrigações. Pagamento. Mora e inadimplemento. Pagamentos especiais ou indiretos. Extinção das obrigações sem pagamento. Inexecução das obrigações. Cessão de Crédito. Assunção de dívida. Preferências creditórias. Responsabilidade civil.

**Bibliografia Básica:**

- 1) PANTALEÃO, Leonardo. Teoria Geral das Obrigações: parte geral. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Obrigações. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) Fernandes, Alexandre Cortez. Direito Civil: Fatos jurídicos. Editora Manole, 2014. \*\*\*

**Bibliografia Complementar:**

- 1) MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Obrigações. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 2) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003. \*\*\*
- 3) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. vol. II. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. \*\*\*
- 4) RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral das obrigações. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v.2. \*\*\*
- 5) VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. \*\*\*

**Disciplina: Direito Penal II**

**Carga horária: 72h**

**Ementa:** Teoria da Pena. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Prescrição.

**Bibliografia Básica:**

- 1) BITENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de direito penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*
- 2) ESTEFAM, André. Direito penal. vol. 1 São Paulo: Saraiva, 2012. \*\*\*
- 3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal. vol. 1. Niterói: Impetus, 2013. \*\*\*

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 8º ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2002. \*\*\*
- 2) BECCARIA, Cesare de Bonesana, Marquês de. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes, 2002. \*\*\*
- 3) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. \*\*\*
- 4) CAPEZ, Fernando Capez. Curso de direito penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*
- 5) JESUS, Damásio E. de. Direito penal. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1 \*\*\*

**Disciplina: Direito Empresarial I**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Origem e evolução. Teoria da Empresa. O empresário: direitos e deveres. A empresa e elementos de identificação. Livros e Registros. Agentes auxiliares do comércio. Estabelecimento empresarial. Propriedade Industrial. Sociedades empresárias: constituição, direitos e obrigações. Desconsideração

da Personalidade Jurídica. Sociedades reguladas no Código Civil. Responsabilidade Civil e socioambiental nas Empresas.

**Bibliografia Básica:**

- 1) Bibliografia universitária Pearson. Direito empresarial. Editora Pearson, 2013. \*\*\*
- 2) BRANCHIER, Alex Sander; MOTTA, Hostyn; PREVIDI, Fernando. Direito Empresarial. Editora Intersaberes, 2014. \*\*\*
- 3) NÓBREGA, Camile Silva. Direito empresarial e societário. Editora Intersaberes, 2014. \*\*\*

**Bibliografia complementar:**

- 1) POSTIGLIONE, Marino Luiz. Direito Empresarial o estabelecimento e seus aspectos contratuais. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense , 2003. \*\*\*
- 3) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v1. \*\*\*
- 4) RUSSO, Francisco. Manual prático de constituição de empresas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2001. \*\*\*
- 5) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. \*\*\*

**Disciplina: Direitos Humanos**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais. Formação e evolução. Categoria de direitos fundamentais. Educação em Direitos humanos e relações étnico-raciais. Deveres fundamentais. Atribuição dos direitos. Direitos fundamentais e revisão constitucional. Direito à vida. Direito de igualdade, liberdade e propriedade. Direito à nacionalidade. Direitos políticos. Os

organismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) MORANGE, Jean. Direitos Humanos e Liberdades Públicas. Editora Manolle, 2014. \*\*\*
- 2) LAFER, Celso. A Internacionalização dos Direitos Humanos constituição racismo e relações internacionais. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) MACHADO, Martha de Toledo. A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos. Editora Manole, 2014. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) LAMENZA, Francismar; MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Estatuto da Criança e do Adolescente interpretado artigo por artigo parágrafo por parágrafo. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) AUGUSTIN, Sérgio; OLIVEIRA, Mara de. Direitos Humanos: Emancipação e Ruptura. Editora Pearson, 2014. \*\*\*
- 3) BELLO, Enzo. Ensaio Críticos Sobre Direitos Humanos e Constitucionalismo. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 4) MELO, Celso D. Albuquerque. Direitos humanos e conflitos armados. Rio de Janeiro: Renovar. \*\*\*
- 5) PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*

### **Disciplina: Direito Eletrônico**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Noções básicas de informática. Conceitos Básicos de Internet, o funcionamento da rede de seus principais protocolos e segurança. Conceitos e funcionamento da assinatura digital. Principais dificuldades jurídicas decorrentes da utilização da informática (computadores e redes) no âmbito jurídico. Peticionamento eletrônico. Responsabilidade civil dos servidores. Crimes praticados pela internet.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) RIBEIRO, Thiago de Lima. O direito aplicado ao cyberbullying honra e imagens nas redes sociais. Editora Intersaberes, 2014. \*\*\*
- 2) PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*
- 3) TEIXEIRA. Tarcísio. Curso de direito e processo eletrônico – doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BLUM, R. M.S. O., BRUNO, M.G. da S., Abrusio, J. C.,. Manual do Direito Eletrônico e Internet. Rio de Janeiro: Aduaneiras, 2006. \*\*\*
- 2) LIMA, Eduardo Weiss Martins. Proteção do consumidor brasileiro no comércio eletrônico internacional. São Paulo: Atlas, 2006. \*\*\*
- 3) MALTA, Maria L.L. Direito da Tecnologia da Informação. Campinas: Edicamp, 2002. \*\*\*
- 4) NETO, Mário Furlaneto. Crimes na internet e inquérito policial eletrônico. São Paulo: EDIPRO, 2012. \*\*\*

### **4º Período:**

#### **Disciplina: Direito Constitucional II**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Direitos Políticos. Poder Executivo. Poder Legislativo. Espécies e Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à Justiça. Os direitos constitucionais dos negros e índios. Da Defesa do Estado. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BERNARDI, Jorge Luiz. O processo legislativo brasileiro. Editora Intersaberes. \*\*\*

- 2) MELLO, Cleyson de Moraes; MOREIRA, Thiago. Direitos Fundamentais e Dignidade Da Pessoa Humana. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 3) MELLO, Cleyson de Moraes, GÓES, Guilherme Sandoval. Controle de constitucionalidade. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 4) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008. \*\*\*

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e aplicação da constituição. São Paulo: Saraiva, 2003. \*\*\*
- 2) \_\_\_\_\_. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Saraiva. \*\*\*
- 3) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Malheiros. \*\*\*
- 4) CANOTILHO, J. J. Gomes et al. Direito constitucional e teoria da constituição. 6. ed. \*\*\*
- 5) JUNIOR, Vidal Serrano. ARAÚJO, Luiz Alberto David. Curso de direito constitucional. 18ª ed. São Paulo: Verbatim, 2014. \*\*\*

**Disciplina: Direito Civil III - Contratos**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Teoria geral dos contratos. Conceito. Função social. Princípios. Elementos constitutivos e de validade. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de Fato de Terceiro. Vícios Redibitórios. Evição. Contratos em Espécie: compra e venda; troca; contrato estimatório; doação; locação; empréstimo; prestação de serviços; empreitada; depósito; mandato; comissão; agência e distribuição; corretagem; transporte; seguro; constituição de renda; jogo e aposta; fiança; transação; compromisso. Atos unilaterais de Vontade.

**Bibliografia básica:**

- 1) POSTIGLIONE, Marino Luiz. Direito Empresarial o estabelecimento e seus aspectos contratuais. Editora Manolle, 2014. \*\*\*
- 2) PAESANI, LILIANA Minardi; Veiga, ELISA Yamasaki. Aplicação do Novo Código Civil nos Contratos Empresariais modelos contratuais empresariais. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 3) FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: Contratos. Editora Manole, 2014. \*\*\*

**Bibliografia complementar:**

- 1) MELLO, Cleyson de Moraes. Direito Civil: Contratos. Editora Freitas Bastos, 2016. \*\*\*
- 2) MARQUES, Cláudia Lima. Comentários ao código de defesa do consumidor. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. \*\*\*
- 3) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva. \*\*\*
- 4) RODRIGUES, Silvio. Curso de direito civil: contratos. São Paulo: Saraiva. \*\*\*
- 5) RIZZARDO, Arnaldo. Direito das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2007. \*\*\*

**Disciplina: Direito Penal III**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Parte Especial do Código Penal. Teoria do tipo penal. Classificação dos Crimes. Crimes contra a pessoa: dos crimes contra a vida; das lesões corporais; da periclitacão da vida e da saúde; da rixa; dos crimes contra a honra; dos crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio: do furto; do roubo e da extorsão; da usurpação; do dano; da apropriação indébita; do estelionato e outras fraudes; da receptação. A Lei das Contravenções e a Lei de Drogas.

**Bibliografia Básica:**

- 1) BITENCOURT, César Roberto. Tratado de direito penal. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*
- 2) ESTEFAM, André. Direito penal. vol. 2 São Paulo: Saraiva, 2012. \*\*\*
- 3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal. vol. 2. Niterói: Impetus, 2013. \*\*\*

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BACILA, Carlos Roberto. Introdução ao direito penal e criminologia. Editora Intersaberes, 2016. \*\*\*
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. \*\*\*
- 3) CAPEZ, Fernando Capez. Curso de direito penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013. \*\*\*
- 4) JESUS, Damásio E. de. Direito penal. São Paulo: Saraiva. v. 1 \*\*\*
- 5) MIRABETE, Julio Fabrini. Manual de direito penal. vol. 1. São Paulo: Atlas. \*\*\*

#### **Disciplina: Direito Empresarial II**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Direito Societário. Sociedade UNIPESSOAL EIRELI. Sociedade limitada. Constituição do Capital na Limitada. Sócios e suas obrigações na limitada. Integralização do capital. Sócios minoritários. Cessão e penhora de quotas. Deliberação dos sócios. Reuniões e Assembléias. Extinção e liquidação da limitada. Sociedade Anônima Lei 6.404/1976. Constituição. Acionistas. Valores mobiliários. Títulos emitidos pela S/A. Órgãos da S/A. Responsabilidade civil dos órgãos. Extinção e Liquidação das S/AS. Operações Societárias.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla. Curso avançado de direito comercial. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. \*\*\*

- 2) COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. \*\*\*
- 3) FAZZIO JR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas. \*\*\*

**Bibliografia complementar:**

- 1) ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Revista dos Tribunais. \*\*\*
- 2) MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense. \*\*\*
- 3) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva. v1.12 \*\*\*
- 4) RUSSO, Francisco. Manual prático de constituição de empresas. 9. ed. São Paulo: Atlas. \*\*\*
- 5) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. \*\*\*

**Disciplina: Teoria Geral do Processo**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Teoria Geral do Processo. Conceito e sua natureza. Fontes e evolução histórica do Direito Processual. Jurisdição. Ação. Processo. Organização judiciária (Poder Judiciário e sua organização). Juiz – Partes – Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia. Atos Processuais. Prova. Sentença. Recurso. Coisa Julgada. Execução.

**Bibliografia Básica:**

- 1) ALVIM, J. E. C. Teoria Geral do Processo. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense. \*\*\*
- 2) CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros. \*\*\*
- 3) CONRADO, P.C.C. Introdução à Teoria Geral do Processo Civil. 2ed. São Paulo: Max Limonad. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CARREIRA ALVIM, José Eduardo. Teoria geral do processo. Rio de Janeiro: Forense. \*\*\*
- 2) DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. 3. ed. São Paulo: Malheiros. v. 1. \*\*\*
- 3) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014. \*\*\*
- 4) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: processo de conhecimento. 12. ed. São Paulo: Saraiva. v. 1. \*\*\*
- 5) WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINE. Eduardo. Curso avançado de direito processual civil. vol. 1. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. \*\*\*

### **Disciplina: Conciliação, Mediação e Arbitragem**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Autocomposição e Composição Jurisdicional. Os Meios Alternativos de Solução de Conflitos. Mediação: conceito, finalidade e formas. Conciliação: conceito, finalidade e formas. Arbitragem: conceito e classificação. Arbitragem Interna. Arbitragem Internacional.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) SILVA, Adriana dos Santos. Acesso Justiça e Arbitragem um caminho para a crise do judiciário. Editora Manole, 2014. \*\*\*
- 2) SALLES, Carlos Alberto de. LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, mediação e arbitragem. São Paulo: Método, 2012. \*\*\*
- 3) THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 1. \*\*\*

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica. \*\*\*

- 2) GARCEZ, Jose Maria Rossani. Negociação, ADRS, mediação, conciliação e arbitragem. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris. \*\*\*
- 3) RECHSTEINER, B. W. Arbitragem privada internacional no Brasil: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: RT, 2001. São Paulo: Método, 2012. \*\*\*
- 4) SIX, Jean-François. Dinâmica da mediação. Belo Horizonte: Del Rey.
- 5) SOUZA, Zoraide Amaral de. Arbitragem, conciliação, mediação nos conflitos trabalhistas. São Paulo: Ltr, 2004. \*\*\*

### **5º Período:**

#### **Disciplina: Direito Civil IV- Direitos Reais**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Teoria geral dos Direitos Reais. Distinções entre Direitos Reais e os demais direitos patrimoniais. Relação dos direitos reais. Posse. Conceito. Classificação. Formas de Aquisição. Efeitos da Posse. Perda da Posse. Propriedade. Conceito. Classificação. Formas de Aquisição e Perda da Propriedade. Dos Direitos de Vizinhança. Do Condomínio. Da propriedade resolúvel e da propriedade literária, científica e artística. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias. Dos Direitos Reais de garantia.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. vol. IV. 19ª ed. Rio de Janeiro.

#### **Bibliografia Complementar**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) DINIZ, Maria Helena. Sistemas de registros de imóveis. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

- 3) GOMES, Orlando. Direitos reais. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- 4) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva. v. 3.
- 5) RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Saraiva.

#### **Disciplina: Direito Penal IV**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a liberdade e a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

#### **Bibliografia Básica**

- 1) BITENCOURT, César Roberto. Tratado de direito penal. vol. 3 e 4. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 2) ESTEFAM, André. Direito penal. vol. 3 e 4 São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) GRECO, Rogério. Curso de direito penal. vol. 3 e 4. Niterói: Impetus, 2013.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 8º ed. Rio de Janeiro: Renavan.
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) CAPEZ, Fernando Capez. Curso de direito penal. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 4) JESUS, Damásio E. de. Direito penal. São Paulo: Saraiva. v. 1.
- 5) MIRABETE, Julio Fabrini. Manual de direito penal. vol. 3. São Paulo: Atlas.
- 6) PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro. vol. Único. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

#### **Disciplina: Direito Empresarial III**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Títulos de crédito. Ação Cambial. Protesto. Falências e Recuperações. Teoria geral da Falência. Procedimento pré-falimentar. Declaração judicial de falência. Efeitos da falência. Administração da falência. Arrecadação e guarda dos bens. Pedido de restituição e embargos de terceiro. Habilitação e classificação dos créditos. Liquidação e pagamento dos credores. Extinção das obrigações. Recuperação judicial: processamento e procedimento. Plano de Recuperação. Efeitos da recuperação judicial. Processo de Recuperação judicial e extrajudicial.

**Bibliografia Básica:**

- 1) BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla. Curso avançado de direito comercial. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 2) COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) FAZZIO JR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2012.

**Bibliografia complementar:**

- 1) ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falências e recuperação de empresa. 21. ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 26. ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 4) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva. v. 1
- 5) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

**Disciplina: Direito Processual Civil I**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Conceito e Princípios do Processo Civil. Conexão e Continência. Competência. Partes do processo. Litisconsórcio. Momento da Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo de Conhecimento. Espécies de Procedimento. Petição Inicial. Despacho. Citação. Formas de Resposta do Réu. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo.

**Bibliografia Básica:**

- 1) GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.
- 3) THEODORO JR, H. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- 4) WAMBIER, L. R; TALAMINE, E. Curso Avançado de Processo Civil. 11ed. São Paulo: RT, 2015.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. vol. 1. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 2) CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. vol. 1. 3ª ed. Campinas: Bookseller.
- 3) DESTEFANI, Marcus. Manual de processo civil. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 4) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 5) MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais.

#### **Disciplina: Direito Processual Penal I**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Direito Processual Penal. Conceito. Princípios. O Direito Processual Penal na Constituição Federal. Procedimentos preparatórios da ação penal. Inquérito Policial. Ação Penal Pública e Privada. Legitimação e legitimidade das partes. Jurisdição e Competência. Prevenção e Prerrogativa de Função. Crimes Cometidos fora do Brasil.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) JÚNIOR, Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) OLIVEIRA, E. P. Curso de Processo Penal. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

- 4) TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Ed. Juspodium, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) DEMERCIAN, Pedro Henrique. MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas.
- 2) MARQUES, José Frederico. Elementos do direito processual penal. vol. 1. 2ª ed. Campinas: Millenium.
- 3) MIRABETE, J.F. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Atlas.
- 4) NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 5) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

**6º Período:**

**Disciplina: Direito Administrativo I**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Introdução. Evolução histórica. Conceito. Fontes. Objetos. Natureza da Administração Pública. Sistema administrativo brasileiro. Regime jurídico administrativo. Interesse Público. Princípios Administrativos. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Pessoas Administrativas. Controle da Administração.

**Bibliografia Básica:**

- 1) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- 2) MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- 4) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Celso Bastos Editor.

- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) GASPARINI, Diógenes. direito administrativo. 11 ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 5) PEREIRA JR., Jessé Torres. Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar.

### **Disciplina: Direito Civil V - Família**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Direito de família. História e Evolução. Do Casamento. Do processo de habilitação. Dos impedimentos. Das causas suspensivas. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Da Celebração. Das Provas. Da eficácia jurídica do casamento. Do Regime de bens. Da Dissolução da Sociedade Conjugal. Da União Estável e Concubinato. Das relações de Parentesco. Da Filiação. Reconhecimento dos Filhos. Adoção. Poder Familiar. Tutela e Curatela. Alimentos.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. vol. 5. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) GAGLIANO, Pablo Stolze. FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil. vol. 6. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.

#### **Bibliografia complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito de família. 37. ed. São Paulo: Saraiva. v. 2.
- 3) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. vol. V. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- 4) RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito de família. 26. ed. São Paulo: Saraiva. v.6
- 5) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 6ª ed. São Paulo: Atlas. v. 6.

- 6) WALD, Arnaldo. Curso de curso civil brasileiro. O novo direito de família. 16ª ed. São Paulo: Saraiva.

## **Disciplina: Direito Processual Civil II - Recursos**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Recursos. Princípios processuais e constitucionais relacionados aos recursos. Requisitos da admissibilidade dos recursos. Classificação dos requisitos. Desistência do recurso. Efeitos dos recursos. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.
- 3) THEODORO JR, H. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 1.
- 4) WAMBIER, L. R; TALAMINE, E. Curso Avançado de Processo Civil. 11ed. São Paulo: RT, 2010.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. vol. 2. 3ª ed. Campinas: Bookseller.
- 3) DESTEFANI, Marcus. Manual de processo civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 4) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- 5) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. vol. 2. 12 ed. São Paulo: Saraiva.
- 6) SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. vol. 2. 22ª ed. São Paulo, Saraiva.

## **Disciplina: Direito Processual Penal II**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Sujeitos Processuais. Prisão e liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva e provisória. Prisão especial. Liberdade provisória e fiança. Provas. Ônus da prova. A questão das provas ilícitas. A escuta telefônica.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) JÚNIOR, Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Ed. Juspodium, 2012.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) DEMERCIAN, Pedro Henrique. MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas.
- 2) MARCÃO, Renato. Prisões cautelares, liberdade provisória e medidas cautelares restritivas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) MARQUES, José Frederico. Elementos do direito processual penal. vol. 1. 2ª ed. Campinas: Millenium.
- 4) MIRABETE, J.F. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 5) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- 6) OLIVEIRA, E. P. Curso de Processo Penal. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- 7) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

## **Disciplina: Direito do Trabalho I**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Direito do Trabalho: formação e evolução histórica. Conceito, divisão, autonomia, princípios e fontes. Hierarquia, interpretação das normas trabalhistas. Relação de trabalho e relação de emprego. Terceirização. Contrato

individual de trabalho: conceito, características e classificação. Empregado e empregador. Empresa, estabelecimento, grupo econômico e sucessão. Duração do Trabalho. Trabalho da mulher e do menor. Relações étnico-raciais no trabalho. Remuneração e salário. Isonomia salarial.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34 ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) DELGADO, Mauricio Godinho. Introdução ao direito do trabalho. 3 ed. São Paulo: LTR.
- 3) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- 4) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CAIRO JUNIOR, José. Curso de direito do trabalho: direito individual e coletivo do trabalho. 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013.
- 2) CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 3) BONFIM, Vólia. Direito do trabalho. São Paulo: Método, 2014.
- 4) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- 5) SÜSSEKIND, Arnaldo S. Curso de direito do trabalho. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar.
- 6) OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 35. ed. São Paulo: Atlas.

### **7º Período:**

#### **Disciplina: Direito Administrativo II**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Licitações e contratos administrativos. Servidores Públicos. Regime jurídico único. Processo administrativo. Serviços Públicos. Intervenção do Poder

Público na propriedade particular. Controle. Domínio público. Responsabilidade Civil do Estado.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- 2) MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- 4) MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Celso Bastos Editor.
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) GASPARINI, Diógenes. direito administrativo. 11 ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 5) PEREIRA JR., Jessé Torres. Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar.

## **Disciplina: Direito Civil VI – Sucessões**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Direito das Sucessões. Sucessão legítima e testamentária. Da abertura da sucessão. A capacidade ativa e passiva para suceder. A renúncia. A indignidade. A herança jacente. A vocação dos herdeiros legítimos. O direito de representação. A herança necessária. Do testamento. Tipos de testamento. Disposições testamentárias. Os legados. A capacidade ativa para adquirir por testamento. As substituições. A deserdação. A revogação e rompimento dos testamentos. Do inventário.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil. vol. 6. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

- 2) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. vol. VII. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BEVILÁQUA, Clóvis. Direito das Sucessões. Campinas: Red Livros.
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 4) MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. vol. 6. 35ª ed. São Paulo: Saraiva.
- 5) RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. vol. 7. São Paulo: Saraiva.
- 6) WALD, Arnoldo. Curso de direito civil brasileiro – o novo direito das sucessões. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

**Disciplina: Direito Trabalho II**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Direito Coletivo do Trabalho. Sindicatos. Acordos e Convenções Coletivas. Dissídios Coletivos.

**Bibliografia Básica:**

- 1) CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34 ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) DELGADO, Mauricio Godinho. Introdução ao direito do trabalho. 3 ed. São Paulo: LTR.
- 3) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- 4) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) CAIRO JUNIOR, José. Curso de direito do trabalho: direito individual e coletivo do trabalho. 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2013.

- 2) CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 3) BONFIM, Vólia. Direito do trabalho. São Paulo: Método, 2014.
- 4) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- 5) SÜSSEKIND, Arnaldo S. Curso de direito do trabalho. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- 6) OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 35. ed. São Paulo: Atlas.

### **Disciplina: Direito Processual Civil III – Execução**

**Carga horária: 72h**

**Ementa:** Espécies de Títulos. Liquidação. Partes no Processo. Bens. Espécies de Execução. Penhora. Depósito. Arrematação. Pagamento. Adjudicação. Embargos do Devedor. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.
- 3) THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil.vol. 2 Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- 4) WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINE, Eduardo. Curso avançado de processo civil. 11ed. São Paulo: RT, 2015.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. vol. 2. Campinas: Bookseller.
- 2) DESTEFANI, Marcus. Manual de processo civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. vol. 2 11 ed. São Paulo: Saraiva.
- 5) SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. vol. 2. 22ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

## **Disciplina: Direito Processual Penal III**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Procedimento Penal. Processo Comum. Crimes de Competência do Tribunal do Júri. Do Juiz Singular. Pronúncia. Função do Jurado. Organização do Júri. Nulidades Processuais. Recursos em geral. Protesto por Novo Júri. Recurso Extraordinário. Carta Testemunhável. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Lei de Execução Penal.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) JÚNIOR, Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Ed. Juspodium, 2012.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) DEMERCIAN, Pedro Henrique. MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas, 2005.
- 2) MARQUES, José Frederico. Elementos do direito processual penal. vol. 1. 2ª ed. Campinas: Millenium.
- 3) MIRABETE, J.F. Processo Penal. 18 ed. São Paulo: Atlas.
- 4) NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- 5) OLIVEIRA, E. P. Curso de Processo Penal. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- 6) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

## **Disciplina: Prática Jurídica I – Prática Cível**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Procedimento ordinário. Procedimento especial. Tutela antecipada. Petição Inicial. Contestação. Reconvenção. Exceção de incompetência. Embargos de declaração. Recursos: apelação, agravo. Ação rescisória.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BARROSO, Darlan. GIANCOLI, Brunno Pandori. MARINELI, Marcelo Romão. Prática procesual civil. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 2) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- 3) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CAHALI, Yussef Said. Divórcio e separação. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 2) DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva. 5V
- 3) FILHO, Sérgio Cavalieri. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014.
- 4) PARIZATTO, João Roberto. Prática forense. Leme: Edipa.
- 5) SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. vol. 1. São Paulo, Saraiva.

#### **Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado I**

**Carga horária:**80h

**Ementa:** Orientação de estágio de acordo com o Estatuto da OAB. Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de peças processuais ligadas à Área Cível: Petição inicial, Defesa (contestação) e elaboração de pareceres (manifestações e impugnações) processuais. Rotinas processuais. Acompanhamento de Atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo) e no Juizado Especial Cível. Assistência e atuação em audiências de conciliações.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.

- 4) THEODORO JR, H. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 1.
- 5) WAMBIER, L. R; TALAMINE, E. Curso Avançado de Processo Civil. 11ed. São Paulo: RT, 2010.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. vol. 1. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 2) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. vol. 1. Campinas: Bookseller.
- 4) DESTEFANI, Marcus. Manual de processo civil. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 5) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 6) MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 7) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. vol. 1 12 ed. São Paulo: Saraiva.
- 8) SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. vol. 1. São Paulo, Saraiva.

**8º Período:**

**Disciplina: Direito Ambiental**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Noções e conceito. Direito Ambiental e sua correlação com as outras disciplinas. Princípios. Direito Ambiental Constitucional. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH). Responsabilidade Civil Ambiental. Responsabilidade Administrativa e Penal – Lei nº 9605/98. Organizações e o Ambiente. Responsabilidade Social. Desenvolvimento Sustentável. Ação Popular Ambiental, Ação Civil Ambiental e forma de reparação do dano ambiental. Educação Ambiental.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 6 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- 2) FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 11 ed. São Paulo: Malheiros.
- 4) PINTO, Antonio Luiz de Toledo (Colab.); WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos (Colab.); CÉSPEDES, Livia (Colab.). Vade Mecum. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CARNEIRO, Ricardo. Direito ambiental: uma abordagem econômica. Rio de Janeiro: Forense.
- 2) FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de direito ambiental. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 3) MAGALHÃES, Juraci Perez. A evolução do direito ambiental no Brasil. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- 4) MILARÉ, Edis. Direito do ambiente. 8. ed. São Paulo: RT, 2013.
- 5) SIRVINKAS, Luiz Paulo. Manual de direito ambiental. São Paulo: Saraiva.

### **Disciplina: Empreendedorismo e Inovação**

#### **Carga horária: 36h**

Ementa: Definições de empreendedorismo. A inovação em uma concepção empreendedora. A importância socioeconômica do empreendedorismo inovador. Tipos de inovação (incremental e de ruptura) e impactos nas atividades empresariais e na economia. Mudanças, crises e riscos de negócio. Características do empreendedor de sucesso. Processo comportamental. Fatores que influenciam o empreendedorismo. Fases da evolução das empresas. Empresas de pequeno, médio e grande porte. Como alavancar e estruturar negócios inovadores.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2013.
- 2) BESSANT, John; TIDD, Joe. PAVIT, Keith. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman.
- 3) TERRA, Jose Claudio Cyrineu. 10 dimensões da gestão da inovação. Campus – RJ, 2012.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Manole, 2012.
- 2) CHRISTENSEN, Clayton M. Tradutor: VEIGA, Laura Prades. O dilema da inovação. M.books, 2011.
- 3) DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J; SHELTON, Robert. As regras da inovação: como gerenciar, como medir e como lucrar. Bookman.
- 4) EMERSON, Melinda F. Tradutor: ANTONIO, Irati. A bíblia do empreendedor: torne-se seu próprio chefe em 12 meses. GENTE, 2013.
- 5) MATTOS, João Roberto L.; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da tecnologia e da inovação: uma abordagem prática. São Paulo, SP: Saraiva.

#### **Disciplina: Direito Processual Civil IV**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Penhora. Depósito. Arrematação. Pagamento. Adjudicação. Embargos do Devedor. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. vol. único. 6ª ed. São Paulo: Método, 2014.

- 3) THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil.vol. 2 Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- 4) WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINE, Eduardo. Curso avançado de processo civil. 11ed. São Paulo: RT.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. vol. 2. Campinas: Bookseller.
- 2) DESTEFANI, Marcus. Manual de processo civil. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil. vol. 2 11 ed. São Paulo: Saraiva.
- 5) SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. vol. 2. 22ª ed. São Paulo, Saraiva.

**Disciplina: Direito Tributário I**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Conceito Básico. Necessidades Públicas. Receitas e Despesas. Classificação. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Elaboração prática do plano orçamentário e suas leis. Tribunal de Contas. Direito Financeiro e Direito Tributário. Constituição Federal e Código Tributário Nacional (CTN). Natureza jurídica do CTN. Conceito de Tributo. Espécies de Tributo. Fontes do Direito Tributário. Direitos e Garantias Fundamentais e Tributação. Sistema Tributário. Princípios Constitucionais Tributários.

**Bibliografia Básica:**

- 1) AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva.
- 2) COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 3) SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. 5. ed. São Paulo: Malheiros.

- 2) CASSONE, V.; CASSONE, M. E. T. Processo Tributário: teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Atlas.
- 3) CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
- 4) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros.
- 5) HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

### **Disciplina: Direito Processual do Trabalho**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Conceito de Processo do Trabalho. Princípios processuais. Aplicação subsidiária do CPC. Ação Trabalhista. Defesa. Instrução Processual. Provas. A audiência. A sentença. Recursos. Execução. Procedimento Sumaríssimo. Cautelares e Medidas Especiais.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- 2) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) MARTINS FILHO, I. G. Processo Coletivo do Trabalho. 3 ed. São Paulo: LTR.
- 2) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- 3) OLIVEIRA, Aristeu. Consolidação das leis do trabalho anotada e legislação complementar. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- 4) PEREIRA, Leone. Prática trabalhista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 5) PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista. 4 ed. São Paulo: LTr.

### **Disciplina: Direito Civil VII – Responsabilidade Civil**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Noções de Responsabilidade Civil. Responsabilidade Objetiva e Subjetiva. Elementos essenciais. Espécies de Responsabilidade Civil: Das Excludentes de Responsabilidade Civil.

#### **Bibliografia básica**

- 1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. vol. 7. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) GAGLIANO, Pablo Stolze. FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil. vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. vol. 4. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

#### **Bibliografia Complementar**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- 2) DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. São Paulo: Saraiva.
- 3) FILHO, Sérgio Cavalieri. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2014.
- 4) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. vol. II. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 5) \_\_\_\_\_. Instituições de direito civil. vol. II. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

#### **Disciplina: Trabalho de Curso I**

**Carga horária:**40h

**Ementa:** Definição e conceitos da Monografia. A Monografia de final de curso. Níveis de aprofundamento da Monografia. A construção lógica do trabalho. A comunicação científica. Apresentação de trabalhos científicos. Elaboração de pré- projeto.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.
- 2) MACEDO, Magda Helena Soares. Manual de metodologia da pesquisa jurídica. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- 3) CARNEIRO, M. F. Pesquisa Jurídica: metodologia da aprendizagem, aspectos, questões e aproximações. 4 ed. Curitiba: Juruá.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas.
- 2) GAMA, Ricardo Rodrigues. Monografia jurídica. Campinas: Bookseller.

- 3) LEHFELD, L. S.; FERREIRA, O. A. V. A.; LÉPORE, P. E. Monografia Jurídica. São Paulo: Método.
- 4) LEITE, E. O. Monografia Jurídica. São Paulo: RT.

### **Disciplina: Prática Jurídica II – Prática Penal**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Regras de Competência. Procedimentos. Liberdade Provisória. Revogação de Prisão. Resposta à Acusação. Defesa Preliminar (Lei de Drogas). Memoriais. Recurso de Apelação (Razões e Contrarrazões). Recurso em Sentido Estrito (Razões e Contrarrazões). Embargos de Declaração; Embargos Infringentes e de Nulidades. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Agravo em Execução. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Revisão Criminal.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) CALIARI, Fábio. CARVALHO, Nathan Castelo Branco. LÉPORE, Paulo. Manual do advogado criminalista – teoria e prática. Salvador: Juspodivm, 2014.
- 2) CURY, Rogério. BARROS, Cristiano. Manual de prática jurídica penal. São Paulo: Atlas, 2012.
- 3) TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Ed. Juspodium, 2012.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) DEMERCIAN, Pedro Henrique. MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas.
- 2) JESUS, Damásio E. Código de processo penal anotado. 22ª ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- 4) \_\_\_\_\_. Prisões cautelares, liberdade provisória e medidas cautelares restritivas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 5) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

## **Disciplina: Ética Profissional**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Ética Profissional, conceito; Código de Ética e Estatuto dos Advogados; O exercício da profissão de Advogado; O Advogado e o Processo Civil; A ética profissional do Advogado, do Juiz e do Promotor; O Código de Ética Profissional aprovado pela OAB em 1934; A regulamentação do exercício da profissão de Advogado e a OAB; Deveres e Direitos dos Advogados, Estagiários e Provisionados.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm)>.
- 2) BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e ética profissional. 4 ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) WALLS, A. O que é ética. 9. ed. São Paulo: Brasiliense.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BARBOSA, R. B. O dever do advogado. Rio de Janeiro: Riteel.
- 2) BARONI, R. Cartilha de ética profissional do advogado. São Paulo: LTR.
- 3) CRETELLA FARAH, Elias. Ética do advogado. São Paulo: LTR.
- 4) NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 5) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 6) PERELMAN, Chaïm. Ética e direito. São Paulo: Martins Fontes.

## **Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II**

**Carga horária:**80h

**Ementa:** Orientação de estágio de acordo com o Estatuto da OAB. Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de peças processuais ligadas à Área Criminal: Denúncia, Queixa-crime, Pedido de Liberdade Provisória, Petição de arbitramento de fiança, Defesa Prévia,

Alegações Finais, Recursos. Rotinas processuais. Acompanhamento de Atendimento no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo) e na Delegacia. Assistência e atuação em audiências de conciliações.

**Bibliografia Básica:**

- 1) CALIARI, Fábio. CARVALHO, Nathan Castelo Branco. LÉPORE, Paulo. Manual do advogado criminalista – teoria e prática. Salvador: Juspodivm, 2014.
- 2) CURY, Rogério. BARROS, Cristiano. Manual de prática jurídica penal. São Paulo: Atlas, 2012.
- 3) TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. Ed. Juspodium, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) DEMERCIAN, Pedro Henrique. MALULY, Jorge Assaf. Curso de processo penal. São Paulo: Atlas.
- 3) JESUS, Damásio E. Código de processo penal anotado. São Paulo: Saraiva.

MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. São Paulo: Saraiva, 2010.

- 4) \_\_\_\_\_. Prisões cautelares, liberdade provisória e medidas cautelares restritivas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 5) TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva.

**9º Período:**

**Disciplina: Direito Tributário II**

**Carga horária:72h**

**Ementa:** Legislação Tributária. Sistema Tributário Nacional: Histórico. Impostos de importação e exportação, sobre a renda, sobre produtos industrializados, sobre operações financeiras, sobre a propriedade territorial rural, sobre grandes fortunas, sobre transmissão, sobre circulação de mercadorias, sobre serviços, predial, territorial e urbano. Obrigação tributária. Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário: Auto de Infração e CDA. Processo Judicial Tributário.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. 14 ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 3) SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. 5. ed. São Paulo: Malheiros.
- 2) CASSONE, V.; CASSONE, M. E. T. Processo Tributário: teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Atlas.
- 3) CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 15 ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. São Paulo: Malheiros.
- 5) HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

### **Disciplina: Direito Internacional**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Ordens jurídicas independentes e suas características. Objeto do DIP. Pressupostos. Fontes. Relevâncias históricas. Elementos de conexão. Princípios do Direito Internacional aplicados ao comércio internacional. Organismos, acordos e contratos relacionados ao comércio internacional (OMC, ALADI, CEE, MERCOSUL). Sistemas jusprivatistas internacionais. Direito do Estrangeiro e Refugiados.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar. v. 1, 2015.
- 2) RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012
- 3) STRENGER, Irineu. Curso de direito internacional privado. 6 ed. São Paulo: LTR, 2013.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) ACCIOLY, Hidelbrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento E. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva.

- 2) BOSON, Gerson de B. MELLO. Direito internacional público: o estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey.
- 3) CAVARZERE, Thelma Thais. Direito internacional da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar.
- 4) DOLINGER, Jacob. Vade mecum de direito internacional privado. Rio de Janeiro: Renovar.
- 5) \_\_\_\_\_. Direito internacional privado: parte geral. Rio de Janeiro: Renovar.
- 6) GUIMARÃES, A. M. C. Contratos internacionais de seguros. São Paulo: RT.

### **Disciplina: Psicologia Aplicada ao Direito**

#### **Carga horária:72h**

**Ementa:** História, conceitos e generalidades da Psicologia Jurídica. Relação entre Psicologia e Direito. Psicologia da Criança e do Adolescente. Aspectos psicológicos das relações humanas. Relações interpessoais e intergrupais. Direitos Humanos na relação de trabalho. Relações étnico-raciais no trabalho. Saúde Mental. Motivações psicológicas para o ato delituoso. Capacidade Civil. Psicologia e Direito da Família.

#### **Bibliografia básica**

- 1) ATKINSON, Rita L. Introdução à psicologia. Porto Alegre: ArtMed.
- 2) AZEVEDO, M. A. GUERRA, V.N. de A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez.
- 3) BARROS, Fernanda Otoni de. Tô fora: o adolescente fora da lei: o retorno da segregação. Belo Horizonte: Del Rey.

#### **Bibliografia Complementar**

- 1) CAIRES, M. A. F. Psicologia jurídica. São Paulo: Vector.
- 2) CARVALHO, M. C. N. MIRANDA, V. R. Psicologia jurídica: temas de aplicação. Curitiba: Juruá.
- 3) DIMITRIUS, J. Decifrar pessoas: como entender e prever o comportamento humano. Trad. Soia Augusto. São Paulo: Alegro.
- 4) FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento das prisões. Trad. Lúcia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes.
- 5) GONÇALVES, H. Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau.

- 6) SILVA, L. P. et al. Pedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: Saraiva, 2013.

**Disciplina: Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos e Coletivos**

**Carga horária:** 72h

**Ementa:** Interesse jurídico. Interesse público e interesse privado. Interesses transindividuais. Processo coletivo e a Lei da Ação Civil Pública e ação popular. O processo coletivo na Constituição de 1988. Ação Civil Pública. O processo coletivo no Código de Defesa do Consumidor. A tutela da ordem econômica e da livre concorrência. A proteção de outros interesses difusos e coletivos.

**Bibliografia Básica:**

- 1) ANDRADE, Adriano. MASSON, Cléber. ANDRADE, Landolfo. Interesses difusos e coletivos esquematizado. 3ª ed. São Paulo: Método, 2013.
- 2) MAZZILLI, Hugo de Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) NEVES, Manual do processo coletivo. São Paulo: Método, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) JÚNIOR, Luiz Manoel Gomes. Curso de direito processual civil coletivo. Rio de Janeiro: Forense.
- 2) MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos: conceito de legitimação para agir. São Paulo: RT.
- 3) MILARÉ, Edis. Ação civil pública: após 20 anos: efetividade e desafios. São Paulo: RT.
- 4) MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 8. ed. São Paulo: RT.
- 5) VENTURI, Elton. Processo civil coletivo. São Paulo: Malheiros.
- 6) ZAVASCHI, Teori Albino. Processo coletivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

**Disciplina: OPTATIVA I - LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Conceito de Libras. Fundamentos históricos. Legislação específica. Fundamentos básicos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): gramática e

símbolos icônicos com significados; traduções de expressões figuradas e gírias, técnicas de interpretação.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) CAPOVILLA Fernando Cesar; Raphael, Walkiria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. SP: Edusp.
- 2) GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola.
- 3) QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Porto Alegre: ArtMed.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/O-Tradutor-e-Interprete-de-Lingua-Brasileira-de-Sinais-e-Lingua-Portuguesa.pdf>. Acesso: 13. mar. 2016.
- 2) PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Aspectos Linguísticos da Libras Brasileira de Sinais. Curitiba: SEED, SUEDE, DEE, 1998. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Aspectos-linguisticos-da-LIBRAS.pdf>. Acesso: 13. mar. 2016.
- 3) Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
- 4) Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>
- 5) Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>.

ALÉM DA DISCIPLINA DE LIBRAS, COMPÕE, AINDA, O ROL DE OPTATIVAS DO CURSO DE DIREITO DA FBE:

### **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

#### **DIREITO IMOBILIÁRIO E NOTARIAL**

**Ementa:** Sistema Registral Imobiliário. Evolução do Direito Registral Imobiliário no Brasil. Fins e efeitos dos registros públicos. Natureza jurídica dos Cartórios e suas competências. Serviço Notarial. Influência do Registro de Imóveis nos diversos ramos do Direito. Princípios do Registro Imobiliário. Visão sistêmica da Lei de Registros Públicos. Atribuições e procedimentos administrativos cartorários. Registros e averbações. Documentação cartorária. Registros de instrumentos judiciais. Suscitação de Dúvida. Responsabilidade dos oficiais de Registro de Imóveis.

**Bibliografia Básica:**

- 1) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 4.
- 2) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense. v. 4.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 19 ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. 14. ed. São Paulo: Saraiva.
- 3) DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. 8. ed. São Paulo: Saraiva.
- 4) HARADA, K. Desapropriação. 7 ed. São Paulo: Atlas.
- 5) SALLES, Vinício Antonio de Paula. Direito Registral Imobiliário. 2 ed. São Paulo: Saraiva.

**CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL**

**Ementa:** Conceito de Medicina Legal. Documentação Médico Legal. Traumatologia. Asfixiologia. Sexologia. Toxicologia. Diagnóstico Médico-Legal da Morte. Lesões. Tanatologia. Infanticídio. Perícia médico-legal. Criminalística. Identidade. Identificação. Lesões corporais. Psicopatologia forense.

**Bibliografia Básica:**

- 1) FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de medicina legal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- 2) PRADO, Luis Regis; MAILLO, Affonso Serrano. Curso de criminologia. São Paulo: RT, 2013.

- 3) SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: RT, 2013.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BITENCOURT, Cezar Roberto. Teoria geral do delito. São Paulo: Saraiva, 2000.
- 2) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2.
- 3) FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes.
- 4) GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial: artigos 121 a 154 - B do Código Penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v. 2.
- 5) LEAL, César Barros (Org.). Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey.

### **DIREITO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

**Ementa:** Diversidade e condição humana. Diferentes grupos humanos. Cultura, identidade e questões transculturais. Cultura afro-brasileira e indígena. Diversidade e questões de gênero. Diversidade étnico-racial. Diversidade social. Direitos Humanos e Relações étnico-raciais. Comportamento Social e Grupos Vulneráveis. Preconceito e violência. Bullying. Homofobia. Princípios Constitucionais. Legislação Específica. Conceito de inclusão e acessibilidade. Padrões de conduta e conscientização. A realidade sociocultural brasileira.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2) MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- 3) SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BUSCAGLIA, Ph. D. Os Deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.
- 2) FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce: uma introdução às ideias Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- 3) GALLAGHER, J.J.; KIRK, S. A. Educação da Criança Excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

- 4) MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil. Birigui (SP): Boreal, 2013.
- 5) SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SILVA, Nilson Tadeu Reis Campos. Minorias & grupos vulneráveis: reflexões para uma tutela inclusiva. Birigui (SP): Boreal, 2013.
- 6) STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed.

## **DIREITO ELEITORAL**

**Ementa:** Direito Eleitoral Brasileiro. Fontes e Conceitos. Organização Judiciária Eleitoral. Alistamento Eleitoral. Partidos Políticos. Convenções Eleitorais e Registro de Candidatos. Inelegibilidades. Reeleição e Condutas vedadas aos agentes públicos. Propaganda Política. Medidas preliminares à votação e à apuração. Votação. Apuração. Diplomação. Ações e Procedimentos Típicos Eleitorais. Recursos Eleitorais. Justiça Eleitoral. Processo e julgamento dos crimes eleitorais.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2012.
- 2) LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

### **Bibliografia Complementar**

- 1) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Malheiros.
- 2) GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2013.
- 3) JUNIOR, Vidal Serrano. ARAÚJO, Luiz Alberto David. Curso de direito constitucional. 18. ed. São Paulo: Verbatim, 2014.
- 4) RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. São Paulo: Impetus, 2012.
- 5) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

## **SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**Ementa:** Resgate histórico do cooperativismo. Evolução. Cooperativismo no Brasil. Legislação. Doutrina. Características. Cooperativas de trabalho. De produção. Cooperativas habitacionais. Cooperativas e o crédito Rural. Cooperativas de produtores. A tributação das cooperativas.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla. Curso avançado de direito comercial. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 2) COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 18 ed., São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) FAZZIO JR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2012.
- 4) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva. v. 1.

### **Bibliografia complementar:**

- 1) ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para sua constituição e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- 2) ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 3) GARCIA, Izner Hanna. Manual das sociedades simples, associações, fundações e cooperativas no código civil, doutrina, jurisprudência, modelos e legislação (de acordo com o novo código civil). Rio de Janeiro: AIDE.
- 4) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v1.12 ex.
- 5) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

### **BIOÉTICA E BIODIREITO**

**Ementa:** Introdução ao estudo da bioética. Direitos humanos e bioética. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde e do Direito. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. Aspectos jurídicos e biológicos do planejamento familiar e limitação da natalidade. O paciente face à bioética e ao biodireito: direitos e vulnerabilidade.

### **Bibliografia Básica**

- 1) FERRAZ, Carolina Valença. Biodireito – a proteção jurídica do embrião. São Paulo: Verbatim, 2011.
- 2) MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2013.
- 3) PESSINI, Leo. BARCHINFONTAINE, Christian de Paul de. Problemas atuais de bioética. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

### **Bibliografia Complementar**

- 1) BIZATTO, José Ildelfonso. Eutanásia e responsabilidade médica. 2ª ed. Leme: Editora do Direito.
- 2) CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. et. all. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- 3) D'ASSUMPÇÃO, Evaldo Alves. Comportar-se fazendo bioética. São Paulo: Editora Voizes.
- 4) OLIVEIRA, Fátima. Bioética – uma face da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- 5) SEGRE, Marco. COHEN, Cláudio. Bioética. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

### **Disciplina: TRABALHO DE CURSO II**

**Carga horária:**40h

**Ementa:** Apresentação da monografia de conclusão de curso e preparação para a defesa da monografia.

### **Bibliografia Básica:**

- 1) NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual da monografia jurídica. São Paulo: Saraiva.
- 2) MACEDO, Magda Helena Soares. Manual de metodologia da pesquisa jurídica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- 3) CARNEIRO, M. F. Pesquisa Jurídica: metodologia da aprendizagem, aspectos, questões e aproximações. 4 ed. Curitiba: Juruá.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J.B. Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas.
- 2) GAMA, Ricardo Rodrigues. Monografia jurídica. Campinas: Bookseller.
- 3) LEHFELD, L. S.; FERREIRA, O. A. V. A.; LÉPORE, P. E. Monografia Jurídica. São Paulo: Método, 2011.
- 4) LEITE, E. O. Monografia Jurídica. São Paulo: RT.

### **Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III**

**Carga horária:**80H

**Ementa:** Orientação de estágio de acordo com o Estatuto da OAB. Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de

peças processuais ligadas à área Trabalhista. Rotinas processuais. Acompanhamento de Atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo).

**Bibliografia Básica:**

- 1) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. São Paulo: Atlas, 2013.
- 2) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) MARTINS FILHO, I. G. Processo Coletivo do Trabalho. São Paulo: LTR.
- 3) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas.
- 4) OLIVEIRA, Aristeu. Consolidação das leis do trabalho anotada e legislação complementar. São Paulo: Atlas.
- 5) PEREIRA, Leone. Prática trabalhista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista. 4 ed. São Paulo: LTr.

**Disciplina: Prática Jurídica III – Prática Trabalhista**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Abordagem do Tramite Processual Trabalhista. Petição Inicial Trabalhista. Contestação. Audiências Trabalhistas. Sentenças. Recursos. Procedimentos Especiais. Execução. Dissídios Coletivos.

**Bibliografia Básica:**

- 1) MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- 2) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) PEREIRA, Leone. Prática trabalhista. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) MARTINS FILHO, I. G. Processo Coletivo do Trabalho. 3 ed. São Paulo: LTR.
- 3) MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários à CLT. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- 4) OLIVEIRA, Aristeu. Consolidação das leis do trabalho anotada e legislação complementar. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- 5) PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 6) PINTO, José Augusto Rodrigues. Execução Trabalhista. 4 ed. São Paulo: LTr.

### **10º Período:**

#### **Disciplina: Direito da Seguridade Social**

**Carga horária:**72h

**Ementa:** Conceito de seguridade social. Evolução histórica do direito da seguridade social. Evolução. A globalização e a crise do Estado de bem-estar social. Fontes. A seguridade na Constituição Federal de 1988. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A previdência social: noções gerais. Evolução da previdência social. Segurados. Dependentes. Aposentadorias. Pensão. Custeio. Salário de contribuição. Contribuição do Estado. O novo conceito de seguridade social na Constituição Federal de 1988. Conceito. Fontes. Financiamento. Acidentes do Trabalho. Procedimentos judiciais. O INSS.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) OLIVEIRA, A. Manual prático da previdência social. São Paulo: Atlas.
- 3) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J.B. Manual de Direito Previdenciário. 8ed. Florianópolis: Conselho Editorial.
- 2) GONÇALES, O. U. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Atlas.
- 3) MARTINEZ, W. N. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTR.
- 4) MARTINS, S. P. Direito da seguridade social. São Paulo: Atlas.

- 5) TAVARES, M. L. Direito previdenciário. 10 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- 6) TSUTIYA, A. M. Curso de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva.

### **Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente**

**Carga horária:** 36h

**Ementa:** Normas constitucionais sobre infância e adolescência. Estatuto da infância e adolescência. Princípios do direito da criança e do adolescente. Deveres dos pais, do Estado e da sociedade. Adoção. Pátrio Poder. Crimes contra crianças e adolescentes. Menoridade e responsabilidade penal. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Ministério Público. Advogado. Órgãos executivos.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Estatuto da criança e do adolescente. 12.ed. São Paulo: Atlas.
- 2) COMEL, Nelsina Elizena Damo. Paternidade responsável. 02 ed. Curitiba: Juruá.
- 3) CURY, Munir. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Malheiros, 2013.
- 4) LEAL, César Barros; PIEDADE JR., Heitor (Org.) Idade da responsabilidade penal: a falácia das propostas reducionistas. Belo Horizonte: Del Rey.
- 5) \_\_\_\_\_. Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BARROS, Fernanda Otoni de. Do direito ao Pai. Belo Horizonte: Del Rey.
- 2) CRISARD FILHO, Waldyr. Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 3) SILVA, L. P. et al. Pedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: Saraiva.
- 4) TAVARES, José de Farias. Direito da infância e da juventude. Belo Horizonte: Del Rey.
- 5) \_\_\_\_\_. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense.

### **Disciplina: Legislação Penal Especial**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Direito Penal comum e Direito Penal especial. Violência doméstica. Crimes de lavagem de dinheiro. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes de Trânsito. Criminalidade Organizada. Drogas. Racismo. Meio Ambiente. Transplante de órgãos humano. Estatuto da Criança e do Adolescente. Tortura. Interceptação Telefônica. Eleitoral. Procedimento penal. Medidas protetivas.

**Bibliografia Básica**

- 1) BITENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de direito penal. vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 2) ESTEFAM, André. Direito penal. vol. 4 São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) PRADO, Luiz Regis. Crimes contra o ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) CAPEZ, Fernando Capez. Curso de direito penal. vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 3) MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- 4) NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. Crimes do código de trânsito. São Paulo: Atlas.
- 5) PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro. vol. Único. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

**Disciplina: Direito das Relações de Consumo**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Direitos do Consumidor – política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. Qualidade de Produtos e Serviços. Práticas Comerciais. Proteção Contratual. Infrações Penais. Defesa do consumidor em Juízo. Ações Coletivas. Convenção Coletiva de Consumo.

**Bibliografia Básica:**

- 1) EFING, Antonio Carlos. Fundamentos do direito das relações de consumo. 2.ed. Curitiba: Juruá.

- 2) MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 3) MARQUES, Cláudia Lima. BENJAMIN, Antônio Herman V. MIRAGEM, Bruno. Comentários ao código de defesa do consumidor. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) ALMEIDA, João Batista. A proteção jurídica do consumidor. 3. ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) LIMA, Eduardo Weiss Martins. Proteção do consumidor brasileiro no comércio eletrônico internacional. São Paulo: Atlas.
- 3) RIZZATO NUNES, Luiz Antonio. Comentários ao código de defesa do consumidor. São Paulo: Saraiva.
- 4) RIZZATO NUNES, Luiz Antonio. Curso de direito do consumidor. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- 5) SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. Código de defesa do consumidor anotado. São Paulo: Saraiva.

**Disciplina: Prática Jurídica IV – Prática Empresarial**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Parecer. Ação Monitória. Medidas Cautelares (Arresto, Sequestro, Sustação de Protesto, Fiscal). Dissolução de Sociedade. Ação de Retirada ou Exclusão de Sócio. Ação de nulidade de Marca/ Patente. Ação de Execução (Títulos Judiciais e Extrajudiciais, Fiscal). Ações Possessórias. Ação Declaratória de Falência. Pedido de Recuperação Judicial e de Autofalência. Contestação. Embargos, Recursos. Mandado de Segurança.

**Bibliografia Básica:**

- 1) BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla. Curso avançado de direito comercial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 2) COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 18 ed., São Paulo: Saraiva, 2014.
- 3) FAZZIO JR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2012.
- 4) VIDO, Elisabete. Prática empresarial. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

**Bibliografia complementar:**

- 1) ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 2) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva. v1.
- 3) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

### **Disciplina: Prática Jurídica V – Prática Tributária**

**Carga horária:**36h

**Ementa:** Disposições gerais aplicáveis ao processo judicial tributário. Medidas judiciais de iniciativa da Fazenda Pública (Medida Cautelar Fiscal; Execução Fiscal). Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributário. Ação Anulatória de Débito Fiscal. Ação Anulatória de decisão administrativa. Ação de Repetição de Indébito Fiscal. Ação de Consignação em pagamento. Mandado de Segurança. Embargos à Execução Fiscal. Recursos em Espécie.

#### **Bibliografia básica**

- 1) AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. 14 ed. São Paulo: Saraiva.
- 2) COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense.
- 3) MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28ª ed. São Paulo: Malheiros.
- 4) SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2012.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) BARTINE, Caio. Prática tributária. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 2) CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros.
- 3) CASSONE, V.; CASSONE, M. E. T. Processo Tributário: teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- 4) CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
- 5) HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas.

### **Disciplina: Processo Constitucional**

**Carga horária:72h**

**Ementa:** A proteção dos direitos fundamentais. Meios de defesa jurisdicionais. Ações constitucionais: mandado de segurança; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública; ação de constitucionalidade e de inconstitucionalidade. Meios de defesa não jurisdicionais: direito de resistência, direito de petição, direito a procedimento justo; estado de defesa; estado de sítio; proteção internacional dos direitos fundamentais. O sistema internacional de proteção. O sistema interamericano de proteção. O Poder Judiciário e a proteção dos direitos humanos fundamentais.

**Bibliografia Básica:**

- 1) DIMOULIS, Dimitri. LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- 2) JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. Direito processual constitucional. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3) OLIVEIRA, Erival da Silva. Prática constitucional. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

- 1) BRASIL. Leis e decretos. Vademecum Saraiva. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- 2) BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e aplicação da constituição. São Paulo: Saraiva.
- 3) \_\_\_\_\_. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 4) CANOTILHO, J. J. Gomes et al. Direito constitucional e teoria da constituição.
- 5) GEBRAN NETO, João Pedro. A aplicação imediata dos direitos e garantias individuais: a busca de uma exegese emancipatória. São Paulo: RT.
- 6) MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva.

**Disciplinas: OPTATIVA II**

**ALÉM DA DISCIPLINA DE LIBRAS COMPÕE, AINDA, O ROL DAS**

**DISCIPLINA OPTATIVAS II:**

**DISCIPLINAS OPTATIVAS**

**DIREITO IMOBILIÁRIO E NOTARIAL**

**Ementa:** Sistema Registral Imobiliário. Evolução do Direito Registral Imobiliário no Brasil. Fins e efeitos dos registros públicos. Natureza jurídica dos Cartórios e

suas competências. Serviço Notarial. Influência do Registro de Imóveis nos diversos ramos do Direito. Princípios do Registro Imobiliário. Visão sistêmica da Lei de Registros Públicos. Atribuições e procedimentos administrativos cartorários. Registros e averbações. Documentação cartorária. Registros de instrumentos judiciais. Suscitação de Dúvida. Responsabilidade dos oficiais de Registro de Imóveis.

#### **Bibliografia Básica:**

- 4) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 4.
- 5) NEGRÃO, Theotonio. Gouvêa. José Roberto. Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- 6) PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense , 2006. v. 4.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 6) CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 7) DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 8) DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- 9) HARADA, K. Desapropriação. 7 ed. São Paulo: Atlas.
- 10) SALLES, Vinício Antonio de Paula. Direito Registral Imobiliário. 2 ed. São Paulo: Saraiva.

### **CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL**

**Ementa:** Conceito de Medicina Legal. Documentação Médico Legal. Traumatologia. Asfisiologia. Sexologia. Toxicologia. Diagnóstico Médico-Legal da Morte. Lesões. Tanatologia. Infanticídio. Perícia médico-legal. Criminalística. Identidade. Identificação. Lesões corporais. Psicopatologia forense.

#### **Bibliografia Básica:**

- 4) FRANÇA, Genival Veloso de. Fundamentos de medicina legal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- 5) PRADO, Luis Regis; MAILLO, Affonso Serrano. Curso de criminologia. São Paulo: RT, 2013.
- 6) SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: RT, 2013.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 6) BITENCOURT, Cezar Roberto. Teoria geral do delito. São Paulo: Saraiva, 2000.
- 7) BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2.
- 8) FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- 9) GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial: artigos 121 a 154 - B do Código Penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v. 2.
- 10) LEAL, César Barros (Org.). Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey.

## **DIREITO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

**Ementa:** Diversidade e condição humana. Diferentes grupos humanos. Cultura, identidade e questões transculturais. Cultura afro-brasileira e indígena. Diversidade e questões de gênero. Diversidade étnico-racial. Diversidade social. Direitos Humanos e Relações étnico-raciais. Comportamento Social e Grupos Vulneráveis. Preconceito e violência. Bullying. Homofobia. Princípios Constitucionais. Legislação Específica. Conceito de inclusão e acessibilidade. Padrões de conduta e conscientização. A realidade sociocultural brasileira.

### **Bibliografia Básica:**

- 4) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 5) MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- 6) SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro.

### **Bibliografia Complementar:**

- 7) BUSCAGLIA, Ph. D. Os Deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.
- 8) FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce: uma introdução às ideias Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- 9) GALLAGHER, J.J.; KIRK, S. A. Educação da Criança Excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- 10) MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Da escravidão às cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil. Birigui (SP): Boreal, 2013.

- 11) SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SILVA, Nilson Tadeu Reis Campos. Minorias & grupos vulneráveis: reflexões para uma tutela inclusiva. Birigui (SP): Boreal, 2013.
- 12) STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed.

## **DIREITO ELEITORAL**

**Ementa:** Direito Eleitoral Brasileiro. Fontes e Conceitos. Organização Judiciária Eleitoral. Alistamento Eleitoral. Partidos Políticos. Convenções Eleitorais e Registro de Candidatos. Inelegibilidades. Reeleição e Condutas vedadas aos agentes públicos. Propaganda Política. Medidas preliminares à votação e à apuração. Votação. Apuração. Diplomação. Ações e Procedimentos Típicos Eleitorais. Recursos Eleitorais. Justiça Eleitoral. Processo e julgamento dos crimes eleitorais.

### **Bibliografia Básica:**

- 4) GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2012.
- 5) LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 6) MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

### **Bibliografia Complementar**

- 6) BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- 7) GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2013.
- 8) JUNIOR, Vidal Serrano. ARAÚJO, Luiz Alberto David. Curso de direito constitucional. 18. ed. São Paulo: Verbatim, 2014.
- 9) RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. São Paulo: Impetus, 2012.
- 10) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2008.

## **SOCIEDADES COOPERATIVAS**

**Ementa:** Resgate histórico do cooperativismo. Evolução. Cooperativismo no Brasil. Legislação. Doutrina. Características. Cooperativas de trabalho. De produção. Cooperativas habitacionais. Cooperativas e o crédito Rural. Cooperativas de produtores. A tributação das cooperativas.

### **Bibliografia Básica:**

- 5) BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla. Curso avançado de direito comercial. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 6) COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial. 18 ed., São Paulo: Saraiva, 2014.
- 7) FAZZIO JR, W. Manual de direito comercial. São Paulo: Atlas, 2012.
- 8) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1.

#### **Bibliografia complementar:**

- 6) ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para sua constituição e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira.
- 7) ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- 8) GARCIA, Izner Hanna. Manual das sociedades simples, associações, fundações e cooperativas no código civil, doutrina, jurisprudência, modelos e legislação (de acordo com o novo código civil). Rio de Janeiro: AIDE.
- 9) REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v1.12 ex.
- 10) VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

#### **BIOÉTICA E BIODIREITO**

**Ementa:** Introdução ao estudo da bioética. Direitos humanos e bioética. Responsabilidade ética e legal dos profissionais da saúde e do Direito. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. Aspectos jurídicos e biológicos do planejamento familiar e limitação da natalidade. O paciente face à bioética e ao biodireito: direitos e vulnerabilidade.

#### **Bibliografia Básica**

- 4) FERRAZ, Carolina Valença. Biodireito – a proteção jurídica do embrião. São Paulo: Verbatim.
- 5) MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2013.
- 6) PESSINI, Leo. BARCHINFONTAINE, Christian de Paul de. Problemas atuais de bioética. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.

#### **Bibliografia Complementar**

- 6) BIZATTO, José Ildelfonso. Eutanásia e responsabilidade médica. 2ª ed. Leme: Editora do Direito.
- 7) CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. et. all. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- 8) D'ASSUMPÇÃO, Evaldo Alves. Comportar-se fazendo bioética. São Paulo: Editora Voizes.
- 9) OLIVEIRA, Fátima. Bioética – uma face da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

### **Disciplina: Trabalho de Curso III**

**Carga horária:**40h

**Ementa:** Orientação do processo de construção do trabalho de conclusão do curso; aprofundamento dos estudos de um tema específico, utilizando os conhecimentos científicos. Desenvolvimento de monografia e/ou artigo científico, na forma como dispõe o regulamento de TCC. Aplicação dos conhecimentos teórico-metodológicos da pesquisa.

#### **Bibliografia Básica:**

- 1) MARTINS, Gilberto de Andrade. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas.
- 2) RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 30. ed. Petrópolis: Vozes.
- 3) SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez.

#### **Bibliografia Complementar:**

- 1) GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- 2) ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva.
- 3) BARROS, Aidil de Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis: Vozes.
- 4) LAVILLE, C.; DIONE, J. Construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed.
- 5) PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio P. F. de. Referências bibliográficas: um guia para documentar suas pesquisas. 4. ed. São Paulo: Olho d'Água.

- 6) MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas.

## **Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II**

**Carga horária:**80h

**Ementa:** Relações teórico-práticas. Prática assistida e desenvolvimento profissional. Elaboração e desenvolvimento de projetos e relatório de estágio. Etapa análise e intervenção. Problematização. Estudo de caso.

### **Bibliografia Básica:**

Conforme o desenvolvimento do Estágio Curricular, considera-se toda a bibliografia prevista para o curso, além de bibliografias técnicas para a execução das atividades:

- 1) Bressan, F. O Método do Estudo de Caso. Administração On Line. Nº 1, v. 1. São Paulo: FECAP.
- 2) Cunha, Alda Maria Borges; Ulhoa, Andrea Alves; Oliveira, Maria Augusta de. Política e regulamentação de estágio. Goiânia: ETG, 2004.
- 3) Yin, Robert K. Estudo de caso. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.
- 4) GUERRA, Mirian Darlene Seade. Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado: dos limites às possibilidades. 1999. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0839t.PDF> > Acesso 12 JAN. 2016
- 5) LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- 6) MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. 4 ed. Petrópolis: Vozes.
- 7) PERELLÓ, Jorge Solivellas. Pedagogia do Estágio: experiência de formação profissional. Belo Horizonte, Imprensa Oficial PUCMG.

### **Bibliografia Complementar:**

Conforme o desenvolvimento do Estágio Curricular, considera-se toda a bibliografia prevista para o curso, além de bibliografias técnicas para a execução das atividades:

Bressan, F. O Método do Estudo de Caso. Administração On Line. Nº 1, v. 1. São Paulo: FECAP.

Cunha, Alda Maria Borges; Ulhoa, Andrea Alves; Oliveira, Maria Augusta de. Política e regulamentação de estágio. Goiânia: ETG.

Yin, Robert K. Estudo de caso. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

GUERRA, Mirian Darlene Seade. Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado: dos limites às possibilidades. 1999. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0839t.PDF> > Acesso 12 JAN. 2016

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDONÇA, Nadir Domingues. O uso dos conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. 4 ed. Petrópolis: Vozes.

PERELLÓ, Jorge Solivellas. Pedagogia do Estágio: experiência de formação profissional. Belo Horizonte, Imprensa Oficial PUCMG.

### **Disciplina: ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

**Carga horária:** 200h

**Ementa:** Aproveitamento de estudos, adquiridos pelo estudante, em atividades extraclasse, intra ou extramuro. Esses estudos podem ser realizados na área do curso ou em qualquer área do conhecimento humano correlato ao curso, na IES ou em outra instituição de ensino ou em qualquer organização não-educacional, presenciais ou a distância. Conta normas específicas.

#### **Bibliografia Básica:**

A critério do discente.

#### **Bibliografia Complementar:**

A critério do discente.

### **PERIÓDICOS**

- 1) RBADR - Revista Brasileira de Alternative Dispute Resolution. ISSN digital: 2674-835;ISSNimpresso:2596-3201
- 2) Revista Abradt Fórum de Direito Tributário – RAFDT ;ISSN impresso: 2527-958; ISSN digital: 2594-4886
- 3) RFDED - Revista Fórum de Direito na Economia Digital; ISSN Online: 2674-843; ISSN Impresso: 2594-8393

- 4) Revista Fórum Justiça do Trabalho – RFJT; ISSN impresso: 0103-5487; ISSN digital: 2526-9992
- 5) Revista Fórum de Direito Civil – RFDC;ISSN impresso: 2238-9695
- 6) Revista de Direito Empresarial – RDEmp; ISSN digital: 2238-667X; ISSN impresso: 1806-910X
- 7) Revista Fórum Trabalhista – RFT;ISSN digital: 2238-6815;ISSN impresso: 2238-4138
- 8) Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC;ISSN Digital: 2448-055X;ISSN impresso: 2319-0795
- 9) Revista Fórum de Direito Tributário – RFDT;ISSN digital: 1984-4131;ISSN impresso: 1678-8656
- 10)Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA;ISSN digital: 1984-4166;ISSN impresso: 1676-6962
- 11)Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro; ISSN digital: 1984-4360; ISSN impresso: 0100-2589
- 12)Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil; ISSN impresso:ISSN digital: 2358 - 6974
- 13)Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE; ISSN digital: 2316-6916; ISSN impresso: 2238-8508
- 14)Revista DIREITO GV -ISSN 2317-6172
- 15) Revista Direito e Práxis - ISSN: 2179-8966
- 16)Revista de Pesquisa e Educação Jurídica - ISSN:2525-9636
- 17) Revista Veredas do Direito – ISSN: 2179-8699
- 18) Revista Jurídica da Presidência – ISSN: 2236-3645
- 19) Annual Review Of Law And Social Science -ISSN: 1550-3585
- 20) Archives De Philosophie – ISSN: 1870-4654

## 16. METODOLOGIA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A metodologia adotada pelo Curso fundamenta-se no ensino socializado, com aplicação de uma didática que se integre aos princípios metodológicos definidos pelo Projeto Pedagógico Institucional da IES, em que o discente assume a construção do conhecimento. O processo compreende, dentre muitas possibilidades, os seguintes princípios e etapas:

- Conhecimento e aprendizagem: por meio de múltiplas formas do ato de ensinar, utilizando-se de recursos plurissensoriais, bem como de estratégias diversificadas, como dinâmicas, estudos de casos dentre outros, o facilitador do processo propiciará ao estudante oportunidade de acesso ao conjunto de conhecimentos imprescindíveis para sua inserção no contexto da aprendizagem, tendo em vista a formação ampla e sólida nas ciências do comportamento, da vida e do profissionalismo.
- Ampliação dos saberes por meio de estudos em grupo de trabalhos orientados em equipe, nos quais o grupo se autogerencia, no tocante ao processo de aquisição de uma nova gama de informações que lhe permita aprofundar conhecimentos.

Aplicação dos conhecimentos na identificação de problemas e proposta de soluções, enquanto caráter integrador de conhecimentos, mediante práticas em situações já vivenciadas ou simuladas.

Difusão/compartilhamento dos conhecimentos como agente de mudanças, utilizando-se das mais variadas formas de comunicação disponíveis, socializando sua experiência, compartilhando com sua realidade intra e extra ambiental, atuando como agente de mudança, impactando positivamente a área geoeconômica de influência da Instituição.

Relevante destacar que o Curso ao considerar uma formação voltada à atuação profissional qualificada, não pode prescindir de incorporar, de forma significativa, no desenvolvimento do currículo, a fundamentação da ciência em sua aplicabilidade. Fato que se materializa, principalmente, pela relação da teoria com a prática, por meio de metodologias de ensino e aprendizagem que integrem atividades práticas e teóricas. Neste sentido, os casos simulados e as

atuações em laboratórios específicos, assim como visitas técnicas, dentre outras metodologias, que promovam a interação teórico - prática, devem ser utilizadas, de forma sistematizada, permitindo aos discentes a vivência nas áreas específicas de sua formação. Estas atividades, também, devem ser as facilitadoras da interdisciplinaridade. Pela relação da teoria com a prática, há a consolidação da prática profissional, que se desenvolve em situações simuladas e reais da vida e do trabalho, em uma concepção crítica e reflexa, norteando-se pela pesquisa básica e aplicada, bem como pela ética e responsabilidade social.

Assim posto, a prática profissional configura-se por atividades a serem desenvolvidas ao longo do curso, no processo ensino aprendizagem, norteadas pelas seguintes diretrizes:

- Utilização de formas mais flexíveis de organização da aprendizagem, e que esta seja participativa, considerando a articulação teórico - prática, a permear todo o currículo;
- Promover a articulação das diferentes dimensões da organização curricular, numa perspectiva interdisciplinar;
- Propiciar ações simuladas e reais de contato com a atuação profissional;
- Incorporação de uma metodologia problematizadora, que leve à articulação ensino-atuação profissional, de forma crítica e reflexiva.

Pelos pressupostos adotados, a metodologia que visa o envolvimento do discente em seu processo ensino aprendizagem é a assumida neste Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FBE e, portanto, os métodos ativos propiciará o desenvolvimento de competências requeridas, considerando que a aprendizagem significativa.

### **16.1. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS - NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

A Instituição em seus princípios e diretrizes norteadoras concebe a utilização de avanços tecnológicos nas atividades educacionais. Fundamental que os contextos contemporâneos de aprendizagem tenham o suporte de ferramentas tecnológicas, bem como os avanços destas estejam assegurados,

de forma a propiciar uma formação em sintonia com as demandas e as inovações propiciadas pela tecnologia. Assim posto, contempla a necessidade da inserção de tecnologias em todos os currículos de seus cursos. A tecnologia da informação, no seu papel atual de recurso impulsionador da nova sociedade global, é ferramenta essencial para o suporte aos diversos processos que envolvem manipulação e geração de conhecimento. Neste sentido, o curso contempla disciplinas específicas que preveem a inserção de tecnologia no currículo, assim como a utilização deste recurso deve perpassar toda a formação. Destaca-se, a proposta da utilização de sistemas da área, enquanto fundamental para o favorecimento das relações teórico- práticas, assim como de práticas inovadoras. Fato que torna relevante constante investimento na informatização das atividades acadêmicas de comunicação e informação. Também, o investimento em banco de dados, que permita ao discente contato com as relevantes pesquisas atuais, em sua área de formação, por meio de periódicos online, que serão incorporados ao processo ensino aprendizagem. Ademais, a IES compromete-se a divulgar os trabalhos acadêmicos, por meio de periódicos online da própria Instituição. Por outro lado, atualmente a interação do discente com seu processo ensino aprendizagem, por meio de atividades extraclasse, mediada por tecnologia, é um recurso imprescindível na formação. Para tanto, a IES investirá em um Sistema, via portal do aluno, de forma a propiciar que cada disciplina possa contar com material de apoio, disponível online, permitindo via ferramentas tecnológicas, a interação entre discente e docente.

Também, a IES mantém laboratório de informática para utilização dos alunos do Curso, que estarão disponíveis para as suas atividades, além de manter na biblioteca computadores com acesso à internet.

## **16.2. RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA**

Os cursos de graduação da Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas - FBE, ao considerar uma formação voltada à atuação profissional qualificada, não pode prescindir de incorporar, de forma significativa, no desenvolvimento do currículo, a fundamentação da ciência em sua

aplicabilidade, tendo em vista a adoção dos métodos ativos de aprendizagem, visando a autonomia do discente. Fato que se materializa, principalmente, pela relação da teoria com a prática. Neste sentido, os casos simulados e as atuações em laboratórios específicos, assim como visitas técnicas, dentre outras metodologias, que promovam a interação teórico - prática, devem ser utilizadas, de forma sistematizada, permitindo aos discentes a vivência nas áreas específicas de sua formação. Estas atividades, também, devem ser as facilitadoras da interdisciplinaridade. Pela relação da teoria com a prática, há a consolidação da prática profissional, que se desenvolve em situações simuladas e reais da vida e do trabalho, em uma concepção crítica e reflexa, norteando-se pela pesquisa básica e aplicada, bem como pela ética e responsabilidade social.

Assim posto, a prática profissional configura-se por atividades a serem desenvolvidas ao longo do curso, no processo ensino aprendizagem, norteadas pelas seguintes diretrizes:

- Utilização de formas mais flexíveis de organização da aprendizagem, e que esta seja participativa, considerando a articulação teórico - prática, a permear todo o currículo;
- Promover a articulação das diferentes dimensões da organização curricular, numa perspectiva interdisciplinar;
- Propiciar ações simuladas e reais de contato com a atuação profissional;
- Incorporação de uma metodologia problematizadora, que leve à articulação ensino-atuação profissional, de forma crítica e reflexiva.

## **17. INTERDISCIPLINARIDADE**

A capacidade de aprendizagem de forma articulada necessita de um processo de integração recíproca entre vários componentes curriculares e áreas de conhecimento. O eixo ensino e aprendizagem deverá proporcionar uma associação dos componentes curriculares, baseado em um projeto ou objeto que lhes sejam comuns. O curso possibilita a aplicação de conhecimentos técnico-científicos, com ênfase para a capacitação profissional para o exercício de atividades próprias da área de formação, sendo que por esta perpassa, também,

uma formação ética e comprometida sócio-ambientalmente. Essa capacitação na aplicação desses conhecimentos, tendo sempre presente a integração dos componentes curriculares com a prática profissional, visto que esta visão interdisciplinar tem como proposta as relações teórico-práticas facilitadas e caminhando articulada em todos os componentes. Também, os estudos de caso, de forma a problematizar o processo ensino aprendizagem será elemento relevante para as práticas interdisciplinares no Curso.

## **18. ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO**

Para a Instituição de Ensino Superior, as atividades complementares são componentes curriculares, que tem em vista flexibilizar a formação do aluno, contribuindo com sua autonomia. Serão desenvolvidas pelo discente, no decorrer da vida acadêmica, e que se integram, por meio do cumprimento do total de horas previstas no currículo para esta finalidade. Inclui atividades que se voltam à prática de estudos e atividades independentes, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as diferentes manifestações e expressões científicas, em eventos relevantes à formação, bem como manifestações culturais e artísticas, inovações tecnológicas, monitoria, extensão, iniciação científica, dentre outras. Estas são práticas obrigatórias em todos os cursos a serem ofertados pelo IES e objetivam:

- Flexibilizar a formação do discente, bem como contribuir para a sua autonomia e comprometimento com sua formação;
- Ampliar o conhecimento teórico-prático dos alunos, com seu envolvimento com atividades extraclasse;
- Estimular as atividades de caráter solidário e de compreensão regional, de forma a contribuir com uma visão de incorporação dos contextos sociais, econômicos e culturais, a fim de intervir na realidade;
- Fomentara articulação entre ensino, iniciação científica / práticas de investigação e extensão.

Assim, serão consideradas na composição destas atividades as desenvolvidas pelos estudantes no espaço da IES ou fora dele, que venham a contribuir com sua autonomia intelectual, sendo estas de caráter extracurricular, tais como palestras, seminários, encontros, jornadas, extensão, iniciação científica, monitoria, participação em eventos científicos, dentre outras. No âmbito da IES, estas atividades serão sistematicamente realizadas como parte do planejamento acadêmico, com programação dos eventos relevantes nas diversas áreas. Constam como atividades complementares na IES, conforme normatização:

- I. monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo do Curso;
- II. participação em programas de atendimento à comunidade e em estágios extracurriculares;
- III. Iniciação científica e extensão;
- IV. elaboração de artigos, resumos, dentre outros, com publicação em revistas acadêmicas e /ou apresentação em eventos científicos;
- V. cursos extracurriculares e/ou disciplinas na área ou afins, oferecidas em cursos da Instituição;
- VI. participação em conselhos e colegiados, dentre outras.

A orientação, controle e acompanhamento das Atividades Complementares serão realizados pelo Núcleo de Atividades Complementares, sendo de responsabilidade da coordenação de cada curso a sua validação, mediante documentação a ser apresentada pelo aluno.

## **19. MONITORIA**

O Curso de Direito fomentará e implementará o desenvolvimento de atividades de monitoria, com a finalidade de propiciar ao discente aprofundar conhecimentos, conviver com o processo de elaboração, organização e sistematização das atividades de ensino.

As atividades de monitoria efetivar-se-ão por meio de abertura de Edital, de forma a propiciar a capacidade de interação do discente com a docência, visto a sua importância para a atuação profissional do discente.

### **19.1. INICIAÇÃO CIENTÍFICA/ PRÁTICAS INVESTIGATIVAS**

O curso implementará, por diversos mecanismos, as práticas de investigação. A iniciação científica constitui-se momento privilegiado do desenvolvimento de ações que levem o discente a relacionar e analisar dados, objetos ou sujeitos em situações propícias de serem problematizadas e, assim, transformarem-se em temas importantes para o entendimento da realidade específica da área.

O processo de orientação da iniciação científica se dará por escolha de temáticas em comum acordo com o docente-orientador. Por estes pressupostos, o Curso também investirá no fomento à produção científica de docentes e discentes, mantendo um periódico na área.

### **19.2. EXTENSÃO**

A extensão é instrumento fundamental de vivência e experiência, ocorrendo no âmbito de projetos, no curso e, também, na forma de programa institucional, ou, ainda, na forma de cursos, tendo em vista a capacitação de profissionais da região. A extensão é o processo que permite uma formação que se diferencia pela responsabilidade social e cidadania. Nesse aspecto, este curso encontra na extensão uma mão-dupla, em que, por meio de ações de interação entre ensino e extensão, vislumbra, também, as ações inter e multidisciplinares, na forma de prestação de serviços à comunidade. Por outro lado, esse perfil também propicia a transformação social, pois a comunidade atendida tem acesso a uma multiplicidade de ações e vivências, que lhe possibilita o desenvolvimento pleno da cidadania.

Estas ações proporcionam aos discentes desenvolver competências, advindas das relações teórico- práticas, em sua interação com o meio.

## 20. TRABALHO DE CURSO

O Curso de Direito da FBE contempla a exigência de Trabalho de Curso, com o intuito de promover vivências de iniciação à pesquisa, estimulando o espírito investigativo, como forma de fomentar a autonomia do discente. Por outro lado, esta atividade propicia a reflexão, e a integração dos saberes do currículo, e a eles ultrapassando, consolidando a capacidade crítica para identificar, inovar e refletir sobre os conhecimentos, as situações-problemas, bem como as hipóteses de solução. Ainda o Trabalho de Curso propicia ao discente efetuar abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, constituindo-se como atividade relevante para sistematizar o conhecimento adquirido, assim como aprofundar e avançar na cultura acadêmica, de forma a consolidar aspectos referentes às práticas investigativas e a aprofundamentos na área de Direito. Assim posto, o graduando é estimulado a refletir criticamente sobre os vários problemas que envolvem a área e o Trabalho de Curso – TC será o resultado do esforço do discente para articular os conhecimentos teóricos assimilados durante o curso. Sua concepção estará ligada ao aprofundamento e pesquisa sobre o tema escolhido, a comparação com a literatura vigente, a emissão de conclusões e apontamentos que direcionem a novas indagações e caminhos, com vistas à continuidade dos estudos realizados e contribuição à comunidade científica.

O acompanhamento da realização do trabalho será pelo professor orientador e as avaliações realizadas permitirão averiguar, de forma direta e objetiva, se o aluno conseguiu assimilar as condições básicas e necessárias para graduar-se no curso.

Constitui-se em um trabalho teórico-prático, que se utiliza de procedimentos técnicos que permitam a aproximação à realidade que se pretende investigar e tem como objetivos específicos os seguintes:

- a) buscar a cientificidade, através do rigor teórico-metodológico, das questões apresentadas pelo discente para estudo;
- b) realizar a abordagem científica de temas concretos concernentes à prática profissional, dentro da atual dinâmica da área de Direito.

O TC tem modelo monográfico que evidencie seu crescimento e revele os saberes, as competências e as habilidades adquiridas no período de realização de sua formação.

## **21. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

O estágio curricular supervisionado é ato educativo e componente curricular direcionado à consolidação das competências profissionais previstas no Projeto Pedagógico dos Cursos da IES e não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza. O Estágio Supervisionado constitui-se como uma importante variável a ser considerada no contexto de perfil do egresso. Na Faculdade Bahiana de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas - FBE, o curso de Direito tem uma carga horária de 320 horas, distribuídas entre o sétimo e o décimo períodos. Estas horas serão obrigatoriamente supervisionadas por docentes do Curso de Direito da instituição de ensino, sendo acompanhadas as atividades in loco, bem como no Núcleo de Práticas Jurídicas, a ser implantado.

A inserção do estágio supervisionado na Matriz Curricular com alocação de carga horária aos professores-orientadores e o envolvimento de empresas privadas e órgãos públicos no processo de trabalho, desde que disponha de profissional das diversas áreas do Direito no loco para acompanhamento. Para tanto, a FBE investirá em convênios com empresas e organizações públicas e privadas, que permitirá o contato do discente com seu campo de atuação profissional, bem como implantará na IES o Serviço de Direito por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas. São objetivos do Estágio Supervisionado:

- I. Proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais;
- II. Atenuar o impacto da transição da formação acadêmica para a vida profissional;
- III. Oportunizar o conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações privadas e/ou públicas, assim como área de atuação autônoma do egresso;
- IV. Complementar o processo ensino-aprendizagem, incentivando a busca pelo aprimoramento pessoal e profissional;

V. Oportunizar a compreensão do todo e das partes que se relacionam nos processos da área;

VI. Promover a integração da FBE e do Curso com as instituições e com a comunidade.

## **22. OPORTUNIDADE DE PUBLICAÇÃO NO CURSO**

O curso pretende organizar anualmente Encontro de iniciação científica, com a publicação de anais. Pretende, também, que as semanas de estudo se transformem em fomento à publicação de discentes e docentes, que se revertam na publicação de anais. Por outro lado, os trabalhos de curso contarão com uma publicação online, como forma de disseminar o conhecimento produzido no Curso. Ainda, pretende investir em um periódico destinado a docentes do curso e docentes externos, como forma de fomentar a educação continuada de seus professores. Prevê, também, apoiar a docentes e discentes para apresentação de trabalhos em eventos renomados, que se reverta em publicação para o Curso.

## **23. EDUCAÇÃO CONTINUADA: INTEGRAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO COM A GRADUAÇÃO**

A integração da graduação com a pós-graduação tem em vista a educação continuada de seus egressos, tendo em vista o fomento ao ensino, extensão e linhas/projetos de pesquisa. Assim, professores mestres e doutores serão fundamentais para a oferta de pós- graduação *lato sensu* nas áreas do curso e interdisciplinares. Assim, os acadêmicos da graduação podem ainda participar de atividades, seminários e eventos realizados no âmbito da pós-graduação. Por outro lado, pretende-se que a iniciação científica seja desenvolvida em linhas de pesquisa da pós- graduação *lato sensu*, como forma de se formar para a autonomia do discente e uma visão de educação continuada.

## **24. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS**

O acompanhamento de egressos está previsto para o Curso e deverá se sistematizar por meio de um projeto, com ações que contribuam para a melhoria da qualidade da formação, que se convalida pela interação com o meio de atuação profissional. Assim, o projeto de acompanhamento de egressos contempla as seguintes diretrizes:

- a) Manter atualizado o cadastro de egressos;
- b) Realizar avaliação de egressos, contando com a colaboração da CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- c) Sistematizar, por meio de registro, os atendimentos e serviços ao egresso, por meio de fichas/formulários e propiciar aos egressos a utilização da biblioteca da IES;
- d) O NDE – Núcleo Docente estruturante deverá considerar à atualização dos projetos pedagógicos de cursos a avaliação dos egressos;
- e) Promover o encontro de egressos, bem como manter atividades voltadas para este público;
- f) Promover educação continuada a egressos, nas modalidades de cursos de extensão e pós-graduação lato sensu;
- g) Contar, nos eventos do curso com a participação de egressos.

## **25. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.**

.Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem do Curso de Direito possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Para tanto as avaliações serão planejadas com fundamento na avaliação formativa e os resultados serão sistematizados e disponibilizados aos estudantes, e pressupõem ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações.

Assim posto, o aproveitamento escolar será avaliado através do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares.

De tal forma, a avaliação da aprendizagem no âmbito dos cursos da IES fundamenta-se em uma visão de avaliação processual e formativa, tendo em vista que a avaliação é momento privilegiado para a reflexão de discentes e docentes sobre os avanços e a necessidade de retomadas. De tal forma, avaliação insere-se no contexto da aprendizagem, produzindo mecanismos críticos e reflexivos do processo de ensino.

Acerca da verificação da aprendizagem, consta no Regimento Interno da IES:

**Art. 48.** A avaliação do desempenho acadêmico observará os termos gerais estabelecidos neste Regimento e, quanto aos seus métodos e abrangência, as normas deliberadas pelo CSA, respeitando-se a especificidade de cada curso.

**Art. 49.** A aprovação do aluno em cada disciplina, unidade curricular ou módulo e demais atividades acadêmicas previstas, no projeto pedagógico de cada curso de graduação far-se-á por meio de assiduidade e rendimento acadêmico.

§1º. Cabe ao aluno acompanhar os critérios de aprovação, rendimento e assiduidade, e em caso de dúvida, é o discente que deve comprovar, por meio de documentos hábeis, que cumpriu os requisitos para aprovação em cada disciplina.

§2º. Qualquer direito do aluno relativo a rendimento acadêmico ou falta decai em 06 (seis) meses, tendo em vista resguardar o princípio da segurança jurídica que norteia as atividades da FBE.

§3º. Qualquer questionamento a respeito de rendimento e assiduidade, postulado pelo aluno após o prazo previsto no parágrafo anterior, será indeferido por impossibilidade regimental, prevista no presente documento.

**Art. 50.** A apuração da assiduidade far-se-á pela frequência do aluno às aulas e demais atividades programadas pela disciplina, unidade curricular, módulo, ou demais atividades previstas no projeto pedagógico do curso.

§1º A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, sendo vedado o abono de faltas.

§2º. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas.

§3º A verificação, controle e registro da frequência do aluno são de responsabilidade do professor, cabendo-lhe o cumprimento das normas estabelecidas pela FBE e, em caso de negligência, estará sujeito às sanções disciplinares contidas neste Regimento.

§4º Incumbe ao aluno fazer o acompanhamento de sua própria frequência, precavendo-se das situações-limite de reprovação.

**Art. 51.** O aproveitamento acadêmico é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos processos de avaliação.

§1º Haverá em cada semestre, obrigatoriamente, no mínimo, três instrumentos de avaliação da aprendizagem.

§2º Incumbirá ao professor a elaboração, aplicação e julgamento das avaliações concernentes à disciplina e/ou demais atividades de sua responsabilidade.

§3º O professor, ao seu critério, ou a critério do Colegiado de Curso, poderá promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que poderão ser computados nos conceitos, tendo em vista a avaliação processual e contínua.

§4º As normas complementares referentes às atividades avaliativas serão deliberadas pelo Conselho Superior de Administração.

**Art. 52.** A cada verificação de aproveitamento é atribuído um conceito, expresso em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, permitindo-se o fracionamento de inteiros em 5 (cinco) décimos.

§1º Atribui-se conceito 0 (zero) ao discente que deixar de se submeter à avaliação prevista, na data fixada, bem como ao que nela utilizar-se de meio fraudulento.

§2º Em cada disciplina e/ou atividades, a média semestral é resultante do processo de avaliação realizado no decorrer do semestre.

§3º. É concedida nova oportunidade de avaliação ao aluno que deixar de realizar no período estabelecido os processos de aproveitamento acadêmico, mediante requerimento junto à Secretaria Acadêmica, acompanhado de justificativa devidamente comprovada.

§4º. A coordenação do curso é responsável por emitir parecer ao requerimento e coordenar o processo de avaliação substitutiva, de acordo com as normas da Instituição.

**Art. 53.** Poderá ser concedida revisão de conceito atribuído, por meio de requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, no prazo estipulado em calendário de atividades, cabendo ao aluno, juntar à avaliação argumentos que justifiquem tal solicitação.

§1º O professor responsável pela revisão do conceito poderá mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

§2º Não aceitando a decisão do professor, o aluno, desde que justificado, poderá solicitar ao Coordenador de Curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de dois outros professores do mesmo Curso.

§3º Se ambos concordarem em alterar o conceito, esta decisão prevalecerá, mas não havendo unanimidade prevalecerá o conceito atribuído pelo professor da disciplina e/ou demais atividades.

**Art. 54.** Atendida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

I - Independentemente de exame final, o aluno que obtiver média de aproveitamento não inferior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das avaliações;

II -Mediante exame final, o aluno que tendo obtido média de aproveitamento inferior a 7 (sete), obtiver média final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre o conceito de aproveitamento do semestre e o conceito do exame final.

**Parágrafo Único.** Em caso de atividades de Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso, ou equivalente, e Atividades Complementares a aprovação seguirá critérios fixados pelo Conselho Superior de Administração, de acordo com as especificidades de cada curso, e deverão constar de regulamentos próprios nos respectivos Projetos Pedagógicos.

**Art. 55.** Considerar-se-á reprovado o aluno que:

I -Não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas da disciplina e/ou demais atividades previstas no projeto pedagógico de curso;

II -Não obtiver, na disciplina, após exame final, média de verificação de aprendizagem igual ou superior a 5 (cinco).

**Art. 56.** Quando houver reprovação em disciplina, o aluno poderá cursar o período seguinte desde que haja compatibilidade de horários.

§1º. As disciplinas cursadas, em regime de dependência, obedecerão a normas fixadas pelo Conselho Superior de Administração.

§2º A FBE poderá oferecer cursos ou atividades programadas em horários especiais, com metodologia adequada para os alunos em regime de dependência, desde que haja compatibilidade de horários com as atividades regulares do período em que está matriculado.

§3º. O aluno matriculado e em dependência arcará com o eventual prolongamento do curso, não lhe sendo assegurada a conclusão no prazo previsto para integralização curricular no projeto pedagógico.

**Art. 57.** O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de avaliações e outros instrumentos específicos, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes.

**Parágrafo Único.** Os pedidos de aproveitamento extraordinário serão analisados com base nesse Regimento e em Regulamento próprio.

**Art. 58.** Ao Conselho Superior de Administração, ressalvadas as disposições regimentais, compete definir diretrizes complementares subsidiárias, necessárias ao atendimento das peculiaridades dos respectivos cursos, referentes à avaliação do desempenho acadêmico.

## **26. APOIO AO DISCENTE**

Os discentes da FBE contam com diversos mecanismos de apoio, tendo em vista propiciar o acesso e permanência dos discentes no ensino superior.

### **26.1. PROJETO DE ACOLHIMENTO**

A Instituição prevê Projeto de Acolhimento aos discentes, de forma a propiciar o recebimento do calouro, envolvendo os vários setores da IES: palestras informativas de acolhimento e de motivação na área escolhida pelo aluno; visita guiada aos setores da Instituição, dentre outras atividades.

### **26.2. REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICOS**

Os registros e controles acadêmicos na IES são informatizados, contando com Sistema específico para esta finalidade. Neste sistema é possível aos discentes visualizarem a sua situação acadêmica, no concernente a nota, frequência, secretaria online, interações com docentes, coordenação, etc.

O controle acadêmico do discente é realizado pela Secretaria Geral da Instituição, que se encontra informatizada, por meio de controle de Prontuário Individual de cada discente. O registro e o controle acadêmico de frequência e conteúdo formalizam-se por meio de uma caderneta individual docente, com controle mensal, online, contendo o registro de conteúdo e a frequência discente.

Os dados nela contidos são disponibilizados para os discentes, on-line, na Instituição ou em outro espaço de acesso.

### **26.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO DE ESTUDOS**

A IES, prevê a oferta de mecanismos de nivelamento, em todos os cursos a serem ofertados, a fim de atender aos discentes ingressantes, proporcionando atividades de apoio à aprendizagem, tendo em vista as lacunas apresentadas em áreas essenciais, que poderiam comprometer o bom desempenho acadêmico. Também, as fragilidades diagnosticadas nos saberes iniciais da graduação, contam com suporte de apoio à aprendizagem, de forma a propiciar ao discente acesso e permanência no ensino superior. De tal forma, é compromisso social da IES não só permitir o acesso, mas também a permanência do acadêmico, de forma a construir uma trajetória de formação profissional bem sucedida. Assim a IES pretende oferecer oportunidade de mecanismos de nivelamento planejados a cada semestre, considerando os diagnósticos de cada período letivo. Neste contexto, fundamental conhecer o perfil do ingressante, acompanhar o seu desempenho acadêmico e oferecer oportunidades para sanar deficiências em sua trajetória. Para alcançar esses resultados, a primeira das iniciativas deverá se materializar em um diagnóstico, que permita delinear o perfil do discente ingressante, bem como identificar as lacunas ou deficiências de aprendizagem em determinadas áreas do conhecimento, consideradas de relevância para o curso.

### **26.4. DIVERSOS MECANISMOS DE APOIO**

Os discentes da IES contarão com diversas políticas e ações que se voltam ao apoio pedagógico, psicopedagógico, acessibilidade e inclusão, destacando-se;

- Incentivo para participação em entidades representativas dos universitários, bem como em órgãos colegiados da IES.
- Programa de bolsas de estudos, destinadas a discentes economicamente desfavorecidos da comunidade e região, a partir das modalidades: Bolsas Reembolsáveis e Bolsas de Estudo gratuitas.

- Estágio Não obrigatório: a IES contará com uma central de estágio, tendo em vista incentivar as atividades de estágio não obrigatório, a fim de incentivar os discentes. Contará com acompanhamento de docentes supervisores na IES e no campo em que os estágios ocorrerão.
  - Núcleo de atendimento Integrado, com vistas a evitar a Evasão.
  - Programa de bolsas de estudos para que os acadêmicos sejam estimulados à participação em iniciação científica, extensão e monitoria.
  - Políticas de incentivo à publicação, realização e à participação em eventos científicos, com apoio institucional, considerando-se o aceite de trabalhos a serem apresentados pelos discentes em eventos científicos externos;
  - Acompanhamento psicopedagógico, iniciativa que tem em vista melhorar o rendimento do acadêmico que apresenta dificuldades de acompanhamento regular do curso.
  - Acessibilidade e inclusão, visto fortalecer as práticas de inclusão e acessibilidade ao ensino superior. Neste contexto a IES propõe um Núcleo para o qual convergem todas as ações institucionais desta natureza, considerando a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, atitudinal e comunicacional.

## **27. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO**

Em consonância com o disposto na Lei No 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o curso integra um sistema de autoavaliação institucional, articulando-se às atividades da CPA, mas também sem deixar de produzir outros mecanismos próprios de autoavaliação, tendo em vista o desenvolvimento de um acompanhamento contínuo da qualidade do Curso. Em sintonia com os pressupostos do SINAES e com a auto avaliação da FBE, adota os seguintes princípios:

- a) globalidade, que promove a integração relativamente aos sujeitos e ao objeto;

b) abrangência, definindo o objeto de análise o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades do curso, nos âmbitos da gestão acadêmica; ensino; formação; iniciação científica; extensão; relações com a sociedade; responsabilidade e compromissos sociais; construção e integração do sujeito ao processo de avaliação; acrescenta-se nas especificidades do curso os seus resultados obtidos acerca da titulação docente, desempenho discente, evasão; publicações do curso; diversos sistemas de bolsas; mecanismos de desenvolvimento do discente, dentre outros.

c) legitimidade técnica e ética asseguradas pela teoria, pelos procedimentos metodológicos adequados, pela elaboração correta dos instrumentos e pela natureza científica do método aplicado;

d) continuidade, criando a cultura da avaliação educativa internalizada no cotidiano;

e) comparabilidade, como valor que resulta da escolha metodológica baseada em critérios essenciais à avaliação, tais como utilidade, viabilidade, exatidão e ética e de sua sistemática aplicação;

f) transparência, garantida pela ampla divulgação dos dados e conclusões, sem recorrer a mecanismos de punição.

Fundamental que todos os atores envolvidos, no curso, participem dos mecanismos de avaliação da sua qualidade contínua, a saber:

- No âmbito interno: discentes, docentes, coordenação, funcionários que atuam no curso;

- No âmbito externo, após a implantação do curso: egressos, usuários de serviços, empresas/órgãos e instituições;

- No âmbito do SINAES: atos autorizativos, com visita in loco; desempenho no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e CPC (Conceito Preliminar de Curso), em seus insumos.

Também de fundamental importância a auto avaliação de ingressantes, tendo em vista os diagnósticos necessários para se conhecer o perfil do ingressante, assim como para gerar os mecanismos de nivelamento de estudos. Por outro lado, o acompanhamento contínuo do docente, assim como reuniões periódicas com os discentes, afim de se analisar a qualidade do curso, em suas dimensões didático-pedagógica, docente e infraestrutura, trona-se um dos

processos efetivos de acompanhamento contínuo da qualidade do curso. De tal forma, pretende-se que o curso tenha mecanismos de produzir autoconhecimento da IES, propiciando subsídios à tomada de decisão, que tem em vista a melhoria da qualidade de suas ações acadêmicas e pedagógicas.

Assim posto, a auto avaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual o curso, contando com a participação de todos os seus segmentos, analisa suas ações, na perspectiva de relacionar o que efetivamente é, com o que se deseja ser, a fim de refletir sobre suas realizações, tendo em vista a contínua melhoria de suas ações, bem como sobre o seu projeto Pedagógico de Curso.

Os processos avaliativos do curso objetivam, dentre outros aspectos:

- desenvolver uma cultura, na qual a auto avaliação seja um espaço de reflexão e mudança das ações acadêmicas;
- avaliar a relação entre as práticas cotidianas em articulação com as políticas propostas;
- instituir a Avaliação como instrumento de informação, planejamento e de gestão do curso;
- promover um diagnóstico por meio da articulação das Avaliações interna e externa, visando o autoconhecimento e favorecendo a constante autocrítica;

Por estes pressupostos, a convalidação da qualidade do curso deve pautar-se pela constante auto avaliação de suas ações, de forma a desenvolver mecanismos e instrumentos que permitam a reavaliação contínua de sua qualidade.

O NDE será um dos órgãos de fundamental importância nas ações de autoavaliação do Curso, visto a sua função de acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso.

## **28. GESTÃO DO CURSO**

A Administração Acadêmica do curso de Direito estrutura-se por Colegiado de Curso, NDE – Núcleo Docente Estruturante e Coordenadoria de curso.

## **28.1. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO**

O Colegiado de Curso será constituído de:

1. Um ou mais representantes do corpo docente da IES eleitos pelos seus pares, com mandato de 2 anos.

2. Um ou mais representantes do corpo discente da IES eleitos pelos seus pares, com mandatos de 2 anos.

O Colegiado será presidido pelo coordenador de curso. Nas faltas e impedimentos do Coordenador, este será substituído por um dos membros do Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso, órgão consultivo e deliberativo, tem como atribuições:

1. Coordenar, supervisionar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades do Curso;

2. Propor o currículo do curso, bem como suas alterações;

3. Propor a criação de disciplinas definindo a ementa, a carga horária, creditação e pré-requisitos;

4. Decidir sobre processos de transferência;

5. Decidir sobre a matrícula de portadores de diploma de graduação;

6. Acompanhar o desempenho dos professores das disciplinas do curso;

7. Propor a substituição de professor, visando a melhoria da qualidade do curso;

8. Fixar o número de vagas por disciplinas a ser oferecida semestralmente.

O Colegiado de Curso se reunirá duas vezes por semestre e suas deliberações terão os encaminhamentos devidos para as instâncias institucionais, por meio de documento formalizado, a fim de se tomar as devidas providências. Também, este Colegiado deverá acompanhar o fluxo processual dos encaminhamentos, dando publicidade ao mesmo.

## **28.2. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

O NDE - Núcleo Docente Estruturante, do Curso de Direito da FBE, tem como atribuições:

I. Atuar na concepção, consolidação e desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos;

- II. Atuar no processo contínuo de acompanhamento e atualização dos projetos pedagógicos de cursos;
- III. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso de cada curso de graduação;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino dos currículos dos cursos de graduação;
- V. Gerar formas de incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, considerando-se o mercado de trabalho e as demandas sociais públicas e regionais;
- VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e demais legislações em vigor para o ensino superior.

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso tem em sua composição: 05 membros do corpo docente do curso, sendo mais de 60% destes, com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu.

<b>DOCENTES</b>
FABIANA ANDRÉA DE ALMEIDA PELLEGRINO
ÉRICA RIOS DE CARVALHO
ÍCARO ARGOLO FERREIRA
MOZART SANTOS ESTRELA
FAGNER VASCONCELOS FRAGA

### **28.3. COORDENADORIA DO CURSO**

A coordenadora do Curso de Direito é Fabiana Andrea de Almeida Pellegrino. Atuará no curso em regime de tempo parcial. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1993). Possui pós-graduação em Direito, Justiça e Cidadania pela Faculdade Maurício de Nassau e mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Direito, com

ênfase em Direito das Relações de Consumo, Direito Constitucional e Processual Civil.

#### **28.4. ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORIA DO CURSO**

Compete ao Coordenador do Curso as seguintes atribuições:

- Representar o Colegiado do Curso junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

- Presidir as reuniões do Colegiado;

- Coordenar o processo de matrícula;

- Coordenar o sistema de Orientação Acadêmica de alunos;

- Propor ao Colegiado o planejamento de vagas a serem oferecidas semestralmente;

- Cumprir decisões do colegiado;

- Propor à Direção Geral atividades de aperfeiçoamento didático-pedagógico dos docentes;

- Manter-se atualizado sobre a legislação relativa à organização, funcionamento e administração do ensino superior e informar à Direção Geral sobre suas modificações e atualizações;

- Estabelecer as diretrizes para elaboração dos planos de ensino;

- Orientar a política de atualização de acervo da biblioteca;

- Estabelecer planos e metas relacionados com a melhoria e adequação das instalações, bem como sugerir critérios técnicos que visem modernizá-las, com vistas à excelência do ensino;

- Promover permanentemente o desenvolvimento dos cursos sob sua coordenação;

- Manter postura de confidencialidade, quando se tratar de questões sensíveis das pessoas e da instituição.

A coordenadoria no exercício de suas funções estabelecidas em Regimento Interno poderá realizar outras atividades complementares, que

contribuam para a manutenção da qualidade, da busca por mais conhecimento e atualização da sua área.

## 29. CORPO DOCENTE

DOCENTE	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS	REGIME DE TRABALHO
<b>FABIANA ANDREA DE ALMEIDA PELLEGRINO</b> Bacharel em Direito	MESTRADO	HISTÓRIA DO DIREITO DIREITO EMPRESARIAL I DIREITO EMPRESARIAL II	PARCIAL
<b>ANA CONCEIÇÃO BARBUDA SANCHES GUIMARÃES FERREIRA</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	DIREITOS HUMANOS ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA POLÍTICA DIREITO CIVIL II - OBRIGAÇÕES	HORISTA
<b>ROXANA CARDOSO BRASILEIRO BORGES</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL DIREITO CIVIL III – CONTRATOS CIÊNCIAS POLÍTICAS E TEORIA GERAL DO ESTADO	HORISTA
<b>ÍCARO ARGOLO FERREIRA</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDO E PESQUISA FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	HORISTA
<b>FERNANDO ANTÔNIO ARANTES</b> Lic. Pedagogia	DOUTORADO	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	INTEGRAL
<b>ÉRICA RIOS DE CARVALHO</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO; ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL;	PARCIAL
<b>JAIME BARREIROS NETO</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	TEORIA GERAL DO PROCESSO ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	PARCIAL
<b>FAGNER VASCONCELOS FRAGA</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	DIREITO CONSTITUCIONAL II	PARCIAL
<b>PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA</b> Bacharel em Direito	DOUTORADO	DIREITO ELETRÔNICO CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	PARCIAL
<b>MOZART SANTOS ESTRELA</b> Bacharel em Administração de Empresas	MESTRADO	FUNDAMENTOS ANTROPOLOGICOS E SOCIOLOGICOS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA	INTEGRAL
<b>OTÁVIO ALEXANDRE FREIRE DA SILVA</b> Bacharel em Direito	MESTRADO	DIREITO PENAL I DIREITO PENAL II DIREITO PENAL III	INTEGRAL

## **30. RECURSOS MATERIAIS PARA O CURSO**

### **30.1.1 GABINETES DE TRABALHO PARA DOCENTES**

A IES dispõe de instalações específicas para o NDE e os docentes em tempo integral e tempo parcial. Estrutura-se na forma de divisórias individuais, condizentes com a finalidade a que se propõem, possuindo computador conectado à internet, telefones, impressora, atendendo plenamente aos requisitos limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias às atividades de cada docente, estando estes disponíveis para a visita in loco.

### **30.1.2. ESPAÇO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO**

O coordenador do Curso conta com uma sala para o desenvolvimento de suas atividades, condizentes com a finalidade a que se propõem, possuindo mobiliário adequado, como mesa, cadeiras, armário, computador conectado à internet, telefone, dentre outros. A sala de coordenação atende plenamente aos requisitos: limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade.

### **30.1.3. SALA DE PROFESSORES**

A sala dos professores da IES conta com espaço adequado, equipada com mesa, cadeiras, computadores, com acesso à internet, espaço para escaninho, local de café. A sala é adequada para atender e acolher as demandas dos docentes. Possui climatização, ventilação e iluminação e atende plenamente às necessidades dos docentes.

## **31 SALAS DE AULAS E OUTROS ESPAÇOS DESTINADOS AO CURSO**

Os discentes do Curso contarão com acesso às salas de aula com 54m<sup>2</sup>, com 50 carteiras, ar condicionado, quadro de avisos, tela retrátil, rack, 1 tv com 29", cadeira para o professor e boa iluminação.

### **31.1.1. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

Os discentes do Curso contarão com acesso aos equipamentos de informática por meio de um laboratório com 38 m<sup>2</sup>, equipados com 25 computadores e 15 notebooks, com acesso à internet. O laboratório de informática conta com bancadas e mobiliários adequados e os computadores e notebook contam com configurações que atendem plenamente a demanda do curso, o que será verificado in loco.

### **31.1.2. NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: INFRAESTRUTURA E CENÁRIOS DE APRENDIZAGEM**

#### **31.1.2.1 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE MATERIAIS - NPJ: CENÁRIOS DE APRENDIZAGEM**

A FBE, preocupada em formar um profissional crítico à sua realidade, preparado para prevenir e solucionar conflitos que permeiam seu meio social, utilizando o conhecimento jurídico apreendidos nas diversas áreas do conhecimento, estruturará o NPJ, com a finalidade de desenvolver no discente do curso de Direito a cognição de interpretar, pesquisar e desenvolver casos jurídicos simulados até a sua solução, constituindo atos processuais que formam autos processuais simulados, atuando como advogado do autor e do réu, promotor de justiça e/ou magistrado, sempre sob a orientação de docentes do curso de Direito.

Os casos apresentados aos discentes serão elaborados pelos professores orientadores, que valorizam problemáticas contíguas à vivência social da região, ou seja, situações próximas aos discentes e habituais na atuação profissional, quando bacharéis em Direito, promovendo assim um processo de ensino aprendizagem, aliando as disciplinas curriculares do curso às percepções dos alunos no seu meio social, melhorando a compreensão dos conteúdos programáticos e preparando-os para a atuação profissional no mercado de trabalho.

As atividades no NPJ concentrar-se-ão a partir do 7º período, onde serão desenvolvidos distintos estudos de casos, sendo-os: constitucionais, notadamente remédios constitucionais; cíveis; penais e trabalhistas.

Desta forma, é demonstrada a preocupação em proporcionar vivências práticas para o aluno, através do NPJ, o que favorece o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

Será possível observar que as atividades no NPJ estarão em consonância com os componentes curriculares. Através do NPJ, o aluno poderá oportunizar atividades do estágio supervisionado, que estará alicerçado em regulamento interno, que tem como diretrizes básicas a legislação vigente, a qual está em concordância com o escopo da FBE em apresentar aos discentes a oportunidade de modo concreto de atenderem, desenvolverem e solucionar o conflito dos seus clientes, principalmente pela prestação jurisdicional do Poder Judiciário, permeando a realidade social local e sensibilizando-os da relevância do profissional do Direito na promoção da dignidade da pessoa humana.

As atividades de estágio serão preponderantemente práticas e proporcionam ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como à análise crítica das mesmas, de forma a lhes permitir uma visão sociológica e ao mesmo tempo jurídica das funções passíveis de serem exercidas por um profissional do Direito.

A organização do estágio se promoverá pela estrutura do NPJ, onde a Coordenação do curso de Direito juntamente com a Coordenação do NPJ, antes do início de cada semestre letivo delimitará o horário e quadro dos professores-orientadores. Ainda, vislumbra-se que os estagiários serão divididos em equipes de atendimento, e, sob o acompanhamento dos professores-orientadores, nos 1º e 2º horários fazem atendimentos ao público, elaboração das peças processuais, acompanhamento dos feitos processuais, cumprimento dos prazos processuais, entre outros, e, nos 3º e 4º horários participam das aulas teórico-práticas, onde o professor ensina aos estagiários a elaboração das peças processuais através do estudo de casos jurídicos.

O estágio obrigatório do curso de Direito da FBE está adstrito à matriz curricular, compreendendo as áreas do Direito, em que o discente já estará apto a desenvolver a prática jurídica.

Ademais, semestralmente o aluno estará obrigado a acompanhar audiências judiciais, elaborando relatórios que serão apresentados ao final de

cada semestre letivo, sendo requisito obrigatório para a avaliação do aluno, da seguinte forma:

- a) 05 (cinco) audiências de instrução e julgamento na jurisdição cível perante a disciplina de Prática Jurídica I - Cível;
- b) 05 (cinco) audiências de instrução e julgamento na jurisdição cível perante a disciplina de Prática Jurídica II - Cível;
- c) 04 (quatro) audiências de instrução e julgamento na jurisdição criminal e 01 (uma) sessão do Tribunal do Júri perante a disciplina de Prática Jurídica III - Penal;
- d) 05 (cinco) audiências de conciliação ou de instrução e julgamento na jurisdição trabalhista, Prática Jurídica IV - Trabalhista.

#### **31.2.2.1 NPJ: atividades de arbitragem, negociação e mediação**

A FBE visando à completude do processo ensino-aprendizagem, além de se preocupar em trabalhar com o método tradicional de solução de conflitos, através da utilização do Poder Judiciário, pontificará ao aluno os diferentes métodos alternativos de pacificação social, tais como a negociação, mediação, conciliação e a arbitragem.

Para este fim pretende-se a celebração de convênios com órgãos públicos, para que estas atividades ocorram na forma de Juizado de Conciliação.

Ainda se pretende a parceria com o TJ/SA, a fim de disponibilizar estagiários para atuarem na Central de Conciliação da Vara da Família e nas conciliações perante o Juizado Especial.

Na sede dos NPJ, quando as partes demonstrarem possibilidades de acordo entre elas, serão agendadas sessões em que os estagiários, acompanhados dos professores, atuarão na busca da negociação e mediação.

No que tange a arbitragem será dado a essa um cunho teórico presente na matriz curricular. O conteúdo programático aborda toda a Lei nº 9.307/96, que versa sobre esse método alternativo de modo que o aluno se torne conhecedor de toda a técnica necessária para sua utilização.

## **31.2. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA:**

Os discentes da IES tem acesso a equipamentos de informática, visto a relevância e necessidade fundamental para a formação do aluno. Contarão com acesso aos equipamentos de informática por meio de um laboratório com 54 m<sup>2</sup>, equipados com 25 computadores e 15 notebooks, com acesso à internet. O laboratório de informática conta com bancadas e mobiliários adequados e de outro laboratório de 54 m<sup>2</sup>, com 25 computadores com aplicativos específicos e 1 notebook contam com configurações que atendem plenamente a demanda do curso, o que será verificado in loco. Também há computadores com acesso à internet disponíveis na biblioteca.

## **31.3. BIBLIOTECA:**

### **31.3.1. INSTALAÇÕES PARA O ACERVO –**

A Biblioteca da FBE compreende uma sala ampla, com a seguinte infraestrutura: estantes destinadas ao acervo, cabines para estudo individual, sala de estudos em grupo, sala de bibliotecária, bancadas para funcionários; computadores com acesso à internet, cadeiras, armários, mesas redondas e cadeiras para estudos coletivos, baias com cadeiras para estudos individuais, máquinas para terminal de consulta do acervo. O acervo é informatizado e dividido em dois setores: acervo circulante e acervo não circulante. O acervo circulante é composto por títulos utilizados na rotina do processo aprendizagem. O acervo não-circulante é composto por obras referência, restritas à consulta local.

### **31.3.2. BIBLIOTECA: INSTALAÇÕES PARA ESTUDOS INDIVIDUAIS**

A Biblioteca possui espaços diferenciados para estudo individual, com mobiliário apropriado. Esta sala possui iluminação artificial normativa, ventilação artificial apropriada, bancadas de trabalhos individuais, tipo cabine, em número de 15 e, ainda, 06 baias com os devidos mobiliários, para esta finalidade. Neste espaço o graduando pode utilizar-se de livros e outros recursos, disponibilizados

à comunidade acadêmica. Instalações para estudos em Grupo Além do espaço destinado ao acervo, há uma sala para estudos em grupo, com mobiliário próprio, composto mesas redondas e cadeiras, que permitem aos alunos realizarem trabalho em conjunto. Instalações para administração e acesso à internet A Biblioteca conta com espaços específicos para a administração, computadores para terminal de consulta ao acervo; uma recepção e espaço agregado para os funcionários; sala de bibliotecário; espaço para acesso à internet e acessibilidade, que possui, no conjunto, 12 computadores, sendo que dois destes contam com teclado em Braille e softwares específicos para atendimento preferencial de pessoas com necessidades especiais.

### **31.3.3. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA DA INSTITUIÇÃO**

A Biblioteca será aberta à comunidade acadêmica, nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira das 8h às 23h e aos sábados, das 8h às 16h.

### **31.3.4. SERVIÇO INFORMATIZADO DE ACESSO AO ACERVO**

A classificação utilizada para organização do acervo é a Classificação Decimal Universal (CDU). Cada obra do acervo está devidamente tombada, contando com número identificador. O acervo conta com sistema informatizado próprio, que permite efetuar a reserva de livros e demais obras de referência, em terminal de consulta na biblioteca, bem como é possível efetuar este serviço on line. O sistema permite a geração de relatórios, com informações relevantes, de forma a subsidiar a gestão da biblioteca. Ao ingressar na IES o discente terá a sua disposição orientação específica, na Biblioteca, propiciando informações acerca do funcionamento do Sistema Informatizado, bem como das normatizações e dos procedimentos de consulta. Política de expansão e de atualização do acervo Reconhecendo que o desenvolvimento acadêmico tem na biblioteca um de seus principais suporte, necessário que a Instituição comprometa-se com uma política de expansão e de atualização do acervo, que venha a propiciar o pleno atendimento das demandas do Projeto Pedagógico da

IES, que se materializam no desenvolvimento do projeto pedagógico de cada curso de graduação.

De tal forma, definem-se as seguintes políticas de expansão e atualização do acervo:

- Assegurar a expansão, modernização e organização dos serviços prestados pela biblioteca;
- Destinar, no orçamento, recursos para atualização e complementação do acervo de livros, periódicos, vídeos, CD's e outros materiais;
- Implementar, manter e expandir o acesso "on-line" às informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais produzidas no Brasil e no exterior.
- Destaca-se uma política à atualização do acervo, imprescindível à formação do graduando, que ocorre por meio de intercâmbios com as principais universidades e centros de pesquisa, tendo em vista o acesso a teses e dissertações.

Por outro lado, por meio de convênios de parceria da mantenedora, com diversas universidades estrangeiras, sendo esta sua identidade, também se prevê o intercâmbio de pesquisas.

A atualização do acervo bibliográfico é uma das prioridades institucionais e orienta-se pelos seguintes critérios:

- a) o NDE – Núcleo Docente Estruturante efetua as sugestões e sendo estas aprovadas pelo Colegiado do curso, tem seu encaminhamento para aquisição, por meio de documento endereçado à Bibliotecária;
- b) os docentes são incentivados a se manter permanentemente atualizados à nova bibliografia e colaborar na seleção dos livros e periódicos a serem adquiridos, por meio de encaminhamento e justificativa junto ao NDE;
- c) as aquisições são efetivadas, considerando a bibliografia básica e complementar de cada disciplina, bem como os periódicos seguem esta mesma sistemática;
- d) o número de volumes adquiridos e/ou o acesso virtual deve ser suficiente para atender aos alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação, no mínimo atendendo a critérios de suficiente, conforme o Instrumento de Avaliação de Cursos vigentes INEP/MEC, bem como para garantir a qualidade das ações educacionais da IES.

e) a bibliografia básica indicada, para cada curso a ser implantado, quando não existente, de forma física e/ou virtual, deve ser adquirida, gradativamente, sempre no semestre anterior ao programado, de acordo com o currículo do curso.

### **31.3.5. PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO**

A Instituição assume o compromisso com a atualização e manutenção do acervo da Biblioteca da IES, a fim de dar subsídios à qualificação dos cursos ofertados. O valor financeiro a ser investido encontra-se discriminado no PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme processo de implantação de cada curso de graduação, previsto para a vigência deste documento. Toda a compra de material bibliográfico para o acervo da biblioteca é efetuada por meio do setor de Aquisições, quando se tratar de obras físicas, e será realizada mediante pedido por escrito à Coordenação de Curso, ou diretamente no Setor de Aquisição. Há planos anuais de expansão do acervo, considerando as necessidades de cada curso. No planejamento econômico-financeiro, deverá todo ano ser preestabelecida a aquisição de novos livros didáticos e paradidáticos, dicionários, vídeos, enciclopédias, slides, mapas, periódicos e demais bibliografias para atender aos trabalhos de conclusão de curso de graduação de cada Curso. A fonte de recursos financeiros para expansão, atualização do acervo e aquisição dos títulos e manutenção de contrato de plataforma virtual, para continuidade dos cursos a serem implantados, deverá constar do Planejamento Orçamentário, do Plano de Desenvolvimento Institucional, para cada vigência, em consonância com as políticas do Projeto Pedagógico Institucional.

## **30. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL:**

### **PAVIMENTO TÉRREO**

AUDITÓRIO /ANFITEATRO – 150 m<sup>2</sup>

Mesa de som-1; Amplificador de som-2; Equalizador de som-1; Vídeo-1; Dvd-1; Régua de tomadas-1; Computador completo-1; Microfone sem fio-2; Púlpito-1;

Ar condicionado; Caixas de som-8; Datashow-1; Telão-1; Porta bandeiras-1 com 4 bandeiras; Luz de emergência-2; Mesa central-2; Balcão de equipamentos de sonoplastia e imagem-1; Luminárias de duas lâmpadas-20; Luz de cróica-20; Cadeira estofada de com rodas-1; Cadeiras estofadas sem braço-7; Cadeiras com braço (fixa)-180; 01 mezanino.

Sala de aula 01- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 02- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 03- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 04- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 05- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2;

Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD;  
Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala administração – Recepção -Serviço Escola Empresa – 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 1; Armário de aço - 1;  
Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de  
iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Sala de Coordenação 01- 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 1; Armário de aço - 1;  
Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de  
iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Gabinete de professores – 54m<sup>2</sup>,

06 divisórias, compondo 06 gabinetes, sendo cada um composto de Mesa de  
computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 1; Armários  
de madeira; Ventilador de teto, ar-condicionado.

Secretaria – 30m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 2; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 10;  
Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de  
iluminação - 2, com 6 lâmpadas.

Protocolo – 20m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 1; Armário de aço - 1;  
Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de  
iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Banheiro Masculino

1 Pia; 1 espelho

Banheiro Feminino

1 Pia; 1 espelho

Banheiro adaptado para necessidades especiais, com barras de apoio, vaso, pia, espelho adequadas a esta demanda, em cada conjunto de banheiro.

## 1° PAVIMENTO

### Sala de aula 06- 54m<sup>2</sup>

Escritaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

### Sala de aula 07- 54m<sup>2</sup>

Escritaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

### Sala de aula 08- 54m<sup>2</sup>

Escritaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

### Sala de aula 09- 54m<sup>2</sup>

Escritaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

### Sala de aula 10- 54m<sup>2</sup>

Escritaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2;

Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD;  
Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 11- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 12- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de documentação - Arquivo da Secretaria – 30m<sup>2</sup>

Armário de aço com 2 portas - 1; Ventiladores de pé - 3; Computador completo - 1; Impressora laser - 1; Mesas de computador - 2; Cadeiras de plástico brancas - 2; Mesa redonda de plástico - 1; Cadeira estofada - 1; Calhas c/ 2 lâmpadas - 14; Calhas com 2 lâmpadas - 4; Luminárias pequenas de 1 lâmpada na parede – 5; conjunto de estantes.

Sala de coordenação – 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ar condicionado e Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Sala de professores – 40m<sup>2</sup>

Bancada para computadores - 1; 05 computadores com acesso à internet; mesa para reuniões, com 15 cadeiras; poltronas estofadas para descanso; geladeira, bebedouro, cafeteira; armário-escaninhos; Ar condicionado;; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 tv 29.

Banheiro para pessoas especiais com apoio específicos, idêntico ao primeiro pavimento.

1 Pia; 1 espelho

Banheiro Masculino

1 Pia; 1 espelho

Banheiro Feminino

1 Pia; 1 espelho

## 2º PAVIMENTO

Escritório de Prática Jurídica – 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Sala de Professores para atendimento individualizado - 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ar condicionado e Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD

Sala de aula 13- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 14- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2;

Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd;  
Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 15- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 16- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 17- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 18- 54m<sup>2</sup>

Escritivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de coordenação – 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 3; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Sala de Coordenação Pedagógica – Núcleo de apoio psicopedagógico e Centro de acessibilidade e Inclusão - 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador – 1, teclado em Braille e para baixa visão; filmadora, lupas, scanner adaptado, tablet, régua específicas para baixa visão, dentre diversos outros materiais acessíveis; Cadeira sem braços estofada - 4; Armário de aço - 1; mesa redonda com 04 cadeiras; Ar condicionado; Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Sala de Orientação e gabinetes – sala multidisciplinar – 54m<sup>2</sup>

Computadores - 9; Cadeiras giratórias - 20; Cadeiras de atendente - 42; Conjunto de sofá - 1; Telefones 6; Balcão de madeira - 1; Armário de madeira/arquivo - 1; Ventilador de teto - 02; Ar condicionado; Luz spot - 06.

Banheiro Masculino

1 Pia; 1 espelho

Banheiro Feminino

1 Pia; 1 espelho

Banheiro acessível, com as especificações adequadas

### 3º PAVIMENTO

Sala de aula 19- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 20- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 21- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 22- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira para o professor -1; Quadro branco - 1; Mixer de som - 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 06; Ar condicionado de 30.000 BTU – 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 30; Tela retrátil - 1; Rack - 1, com tv 29 e dvd; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Sala de aula 23- 54m<sup>2</sup>

Escrivaninha - 1; Cadeira do professor - 1; Quadro branco - 1; Mixer de som – 1 com 2 caixas; Ventiladores de teto - 08; Ar condicionado de 30.000 BTU - 2; Quadro de avisos - 1; Carteiras - 50; Tela retrátil - 1; Rack - 1 com tv 29 e DVD; Canaletas - 16 de 2 lâmpadas.

Diretoria Acadêmica – 30m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 4; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Diretoria Administrativa-Financeira – 26m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 1; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Ar condicionado; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

Diretoria Geral – 30m<sup>2</sup>

Mesa de computador - 1; Cadeira sem braços estofada - 4; Armário de aço - 1; Armários de madeira - 2, com 2 portas cada; Ventilador de teto - 1; Canaletas de iluminação - 2, com 2 lâmpadas; 1 com tv 29 e DVD.

## **Biblioteca – 120m<sup>2</sup>**

### **Biblioteca: Equipamentos e Mobiliário**

Total de mesas - 06; Total de cadeiras - 60; Ventiladores - 08; Ar condicionado; Computadores - 12; Estantes - 10; Impressoras - 2; Lâmpadas - 32; Balcão empréstimos/devolução, com rebaixamento para atendimento de cadeirante, sinalizado. A biblioteca conta com sala de estudo coletivo, com 06 mesas e 24 cadeiras; 02 terminais para consulta; sala para internet, com 08 computadores; Sala de estudos individuais, com doze cabines; espaço para os funcionários e sala de bibliotecária

#### Sala Atendimento – recepção – 26m<sup>2</sup>

Armário de madeira com mesa acoplada - 1; Computador Completo com 2cxs de som - 1; Calculadora - 1; Telefone - 1; Máquina Autenticadora - 1; Cadeira Giratória estofada, com pés cromados e rodas - 1; Cadeira Estofada com pés cromados - 8; Ventilador de Teto – 1; ar condicionado; Spot de Luz - 2; Lixeira de Metal - 1.

#### Sala Financeiro - 35m<sup>2</sup>

Armário de madeira com 6 portas Impressora HP Laser - 1; Balcão de madeira com 3 guichês de vidro – 1, com cadeira rebaixada pra atendimento de cadeirante; Cadeira Giratória estofada, com pés cromados e rodas - 6; Computador Completo; Telefone - 02; Spot de Luz - 4.

#### Sala CPA – 26m<sup>2</sup>

Ar condicionado; Canaleta de Luz com 2 lâmpadas - 2; Quadro pequeno - 2; Mesa para Computador - 1; Cadeira giratória estofada com braços e rodas - 2; 01 mesa redonda e 04 Cadeiras Estofadas; Luminária - 1; Telefone - 1; Impressora Laser - 1; Armário 1.

#### Sala Departamento Pessoal

Armário Embutido - 1; Mesa para Computador; Computador Completo - 2; Impressora Laser - 1; Telefone - 2; Cadeira Estofada; Ar condicionado; Canaleta

de Luz com 2 lâmpadas - 2; Calculadora HP - 1; Picotadora de Papel - 1; Armário - 1.

### 32.1. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Os laboratórios específicos encontram-se alocados no térreo, bem como distribuídos nos 1º e 2º pavimentos. Abaixo são detalhados.

#### 32.1.1 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Os laboratórios específicos encontram-se alocados no térreo, bem como distribuídos nos 1º e 2º pavimentos. Abaixo são detalhados.

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

#### CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS</b>	<b>POSTOS DE TRABALHO 20</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO DIREITO</b>	<b>ÁREA CONSTRUÍDA 54,60 M<sup>2</sup></b>
---	--------------------------------------	--	--

#### OBJETIVO

Oportunizar o aprendizado dos acadêmicos através da prática jurídica pontificando os deferentes métodos alternativos de pacificação social, tais como a negociação, mediação, conciliação e a arbitragem.

#### EQUIPAMENTOS

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Armário de madeira com 6 portas
2	Impressora HP Laser
3	Balcão de madeira com 3 guichês de vidro
4	Bancadas para informática
5	cadeira rebaixada pra atendimento de cadeirante
6	Cadeira Giratória estofada, com pés cromados e rodas
7	Picotadora de Papel
8	Armário

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

### 32.1.2 LABORATÓRIOS DE USO GERAL

#### CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO</b> LABORATÓRIO DE FÍSICO/QUÍMICA	<b>POSTOS DE</b> <b>TRABALHO</b> 30	<b>ÁREA DE</b> <b>ATUAÇÃO</b> SEGURANÇA DO TRABALHO	<b>ÁREA CONSTRUÍDA</b> 46,80 M <sup>2</sup>
--	---	--	--

#### OBJETIVO

Propiciar o estudo descritivo de fenômenos físicos, químicos e biológicos e o aprendizado de manuseio de materiais de laboratórios.

#### EQUIPAMENTOS

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
01	Módulo Didático de Pesquisa Física e Mecânica
02	Módulo Didático de Pesquisa na Área de Termologia e Hidroestática
03	Módulo Didático de Pesquisa na Área de Física, Eletricidade e Magnetismo
04	Estufa
05	Misturador de materiais (
06	Aparelho de TV 29"
07	Mesa para professor
08	Balança analítica
09	Microscópio Óptico Binocular com contraste de fase PL
10	Microscópio Binocular com tubo de observação binocular
11	Capela para gases

<b>FBE</b> <b>BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL</b> <b>ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b> <b>S</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA</b> <b>E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

#### CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO</b> LABORATÓRIO DE DESENHO	<b>POSTOS DE</b> <b>TRABALHO</b> 30	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b> GERAL	<b>ÁREA</b> <b>CONSTRUÍDA</b> 46,80 M <sup>2</sup>
---	---	---------------------------------	--

#### OBJETIVO

Desenvolvimento do desenho básico, leitura e interpretação de desenho técnico em prancheta com utilização de régua paralela e para o desenvolvimento de projetos técnicos.

#### EQUIPAMENTOS

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
01	Prancheta Para Desenho

02	Régua Paralela
03	Banco para Desenhista

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

#### **CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b> LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA CAD/PROJETOS	<b>POSTOS DE TRABALHO</b> 30	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b> ENGENHARIA ELÉTRICA E MECÂNICA	<b>ÁREA CONSTRUÍDA</b> 54,60 M <sup>2</sup>
---	-------------------------------------	---	--

#### **OBJETIVO**

Oportunizar o aprendizado da Informática / CAD com programas específicos.

#### **EQUIPAMENTOS**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Microcomputador
2	Impressora Tecnológica Jato de Tinta
3	Bancadas para informática
4	Plotter
5	Scanner Interface USB
6	Servidor microprocessador

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

#### **CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b> LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA I	<b>POSTOS DE TRABALHO</b> 30	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b> DIREITO COM APLICATIVOS	<b>ÁREA CONSTRUÍDA</b> 54,60 M <sup>2</sup>
---	-------------------------------------	--	--

#### **OBJETIVO**

Oportunizar o aprendizado da Informática com programas específicos.

#### **EQUIPAMENTOS**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
-------------	------------------

1	Microcomputador (30)
2	Impressora Tecnológica Jato de Tinta
3	Bancadas para informática

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

### CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA II</b>	<b>POSTOS DE TRABALHO 30</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO ENGENHARIA ELÉTRICA E MECÂNICA</b>	<b>ÁREA CONSTRUIDA  54,60 M<sup>2</sup></b>
--	--------------------------------------	---	---

### OBJETIVO

Oportunizar o aprendizado da Informática como ferramenta para fins de pesquisas.

### EQUIPAMENTOS

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>Microcomputador (30)</b>
<b>2</b>	<b>Impressora Tecnológica Jato de Tinta</b>
<b>3</b>	<b>Bancadas para informática para trinta computadores</b>

<b>FBE BRASIL</b>	<b>PLANEJAMENTO OPERACIONAL ÁREA: TÉCNICO-PEDAGÓGICA</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>	
<b>IES</b>	<b>FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>UF</b>	<b>BAHIA</b>

### CARACTERIZAÇÃO DO LABORATÓRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO LAB. SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<b>POSTOS DE TRABALHO 20</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO DIREITO PARA SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<b>ÁREA CONSTRUIDA  40,80 M<sup>2</sup></b>
---	--------------------------------------	---	---

### Armário 1- Equipamento de medição para Espaço Confinado

<b>Item</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Qtd</b>
<b>01</b>	Detector de gás combustível	Medir condições de explosividade no ambiente de trabalho.	Evitar explosão e garantir a integridade física do trabalhador.	<b>01</b>
<b>02</b>	Indicador de Oxigênio	Medir condição de ar respirável no ambiente.	Certificar condição respirável entre 19,5 e 23% de O <sup>2</sup> .	<b>01</b>
<b>03</b>	Medidor de Gás	Medir a concentração de oxigênio no ambiente.	Certificar condição respirável entre 19,5 e 23% de O <sup>2</sup> .	<b>01</b>
<b>04</b>	Oxímetro	Medir condição de ar respirável no ambiente.	Alertar funcionário concentração de O <sup>2</sup>	<b>01</b>

<b>05</b>	Cilindros de gás para calibração	Calibrar os sensores dos equipamentos.	Garantir equipamentos utilizados estejam aferidos e livres de contaminações.	<b>02</b>
<b>06</b>	Detector Multi-gás G450	Medir até 4 gases dif. em ambiente confinado.	precisar medições em ambientes fechados.	<b>01</b>
<b>07</b>	Detector de explosividade	Medição de gases ou vapores combustíveis.	Garantir a integridade física do funcionário,	<b>01</b>
Total				<b>08</b>

### Armário 2 - Equipamento de bloqueio e etiquetagem

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo	Qtd
<b>01</b>	Adaptador Storz 1½ para rosca 2 ½ para globo 5FFP.	Facilitar o trabalho do profissional brigadista no manuseio de uma mangueira de incêndio.	Acoplamento da mangueira de incêndio na válvula para hidrante de forma segura.	<b>01</b>
<b>02</b>	Adaptador Storz conectado a um derivante	Facilitar o trabalho do profissional brigadista no manuseio de uma mangueira de incêndio.	Acoplamento da mangueira de incêndio na válvula apropriada.	<b>01</b>
<b>03</b>	Derivante com uma entrada 2½ e duas saídas 1½	Dividir linhas de incêndio com mecanismo de abre/fecha.	Distribuir o agente extintor por várias linhas de mangueiras.	<b>01</b>
<b>04</b>	Chaves Storz para conexão	Acoplar e desacoplar peças de engate rápido na linha de incêndio.	Facilitar o engate e desengate das mangueiras no incêndio.	<b>02</b>
<b>05</b>	Esguicho regulável.	Controlar jato de água no combate a incêndios.	Alterar o padrão do jato entre sólido e neblina.	<b>05</b>
<b>06</b>	Esguicho de cobre 1½.	Vazão de jato direto contra o incêndio.	Abafar e/ou eliminar o foco de incêndio.	<b>03</b>
<b>07</b>	Sprinklers	Extinguir fogo no material em combustão.	Obter maior êxito no combate aos incêndios.	<b>17</b>
Total				<b>30</b>

### Armário 3 - Equipamento de bloqueio e etiquetagem

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo	Qtd
<b>01</b>	Ferrolhos multibloqueador.	Permitir o uso de múltiplos cadeados	Assegurar segurança ao profissional	<b>02</b>
<b>02</b>	Bloqueador para plugues	Permitir o bloqueio de plugs e tomada.	Garantir o equipamento não seja energizado.	<b>01</b>
<b>03</b>	Bloqueador para Válvula borboleta.	Imobilizar no caso de acionamento de, bloqueio	Evitar operações acidentais.	<b>01</b>
<b>04</b>	Bloqueadores p/ válvula de gaveta	Encapsular e isolar todas as válvulas ou registros.	Garantir que a válvula não será acionada	<b>04</b>
<b>05</b>	Etiquetas de sinalização de bloqueio	Informar que o equipamento está em manutenção.	Facilitar a comunicação e evitar acidentes.	<b>02</b>
<b>06</b>	Cadeados para bloqueio.	Bloquear toda e qualquer fonte de energia.	Garantir a integridade física do trabalhador	<b>04</b>
<b>07</b>	Bloqueadores para disjuntor	Bloquear toda e qualquer fonte de energia.	Garantir a integridade física do trabalhador.	<b>02</b>
<b>08</b>	Manga borracha isolante.	Proteção do membro superior.	Cumprimento da norma.	<b>01</b>

Total	17
-------	----

#### Armário 4 - Equipamento Autônomo

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo	Qtd
01	Lanterna.	Iluminar em emergência	Melhor visibilidade ao trabalhador	01
02	Equipamento Autônomo	Proteção das vias respiratória em operações	Garantir oxigenação eficiente em risco	01
03	Cilindro de Oxigênio O2	Manter um cilindro reserva.	Não faltar oxigênio para o trabalhador.	01
Total				03

#### Armário 5 – Equipamentos Para Trabalho em Altura

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo a ser atingido	Qtd
01	Talabarte de Segurança com 2 mosquetões	Sistema de retenção no caso de queda.	Suportar a queda e absorver o impacto	01
02	Talabarte de Segurança com um mosquetão	Limitador de movimento com dispositivo nos trabalhos em altura.	Absorver o impacto de eventual queda	01
03	Trava quedas	travar automaticamente em caso de queda.	Deslocamentos verticais seguros.	06
Total				08

#### Armário 6 – Equipamentos Para filtração do ar

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo	Qtd
01	Máscara Racal	Oferecer um ar respirável vindo de uma atmosfera contaminada.	Respiração bem em atmosferas que cause danos a saúde.	01
02	Filtro Racal	Filtrar ar contaminado.	Permitir trabalhar com uma segurança	01
03	Medidor de potencia de ar	Sinalizar que o equipamento está bom	Mostrar o tempo para utilizar o equipamento	01
04	Carregador	Energizar as baterias dos equipamentos.	Carregamento de baterias.	01
Total				04

#### Armário 07 – Equipamentos Respiradores

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo a ser atingido	Qtd
01	Máscara facial completa	Oferecer proteção às pessoas em caso de fuga de gases tóxicos	Evitar o contato do trabalhador com ar contaminado.	01
02	Máscara de fuga	Oferecer proteção às pessoas em caso de fuga de gases tóxicos	Permitir a respiração normalizada no ambiente de gases	02
03	Filtro 3M 2078	Reter impurezas	Garantir retenção de partículas impuras	01
04	Máscara facial semi-completa	Reter impurezas	Evitar o contato com ar contaminado.	01
05	Respirador para particulado	Ajudar a reduzir a exposição do usuário à partículas no ar	Assegurar o nível de proteção ao ar respirável.	01
06	Traquéia para máscara facial	Ajudar no processo respiratório de ar-mandado.	Garantir um ar livre de particulado.	01

<b>07</b>	Filtro para partículas	Usar em máscara para proteção do ar.	Tornar a respiração fácil e manter	<b>07</b>
<b>08</b>	Filtro de Carvão ativado	Adsorção dos gases e vapores das substancias	Eliminar o cloro, produtos orgânicos, óleos em geral.	<b>01</b>
	Protetor auricular	Proteção para no canal auditivo externo	Proteger o sistema auditivo	<b>02</b>
Total				<b>17</b>

#### Armário 08 – Equipamentos para proteção das mãos - luvas

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo a ser atingido	Qtd
<b>01</b>	Luva de vaqueta CA=13282	Proteger as mãos de cortes, de arranhões	Proteger as mãos	<b>01</b>
<b>02</b>	Par de luvas de vaqueta	Proteger as mãos de cortes, de arranhões	Proteger as mãos	<b>01</b>
<b>03</b>	Luva de Algodão	Oferece proteção às mãos	Equipamento de proteção para as mãos	<b>01</b>
<b>04</b>	Luva cano longo de vaqueta	Proteção das mãos e antebraço.	Proteção do trabalhador.	<b>02</b>
<b>05</b>	Luva de alto calor CA= 3750	Fornecer proteção às mãos do usuário	Proteger as mãos	<b>01</b>
<b>06</b>	Luva raspa CA=13.106	Proteger contra alta resistência	Proteger as mãos	<b>01</b>
<b>07</b>	Luva cano longo produtos químicos	Para contato com óleos de corte, petróleo e derivados.	Proteger as mãos	<b>01</b>
<b>08</b>	Luva Pigmentada	Proteger as mãos	Proteger as mãos	<b>01</b>
Total				<b>09</b>

#### Armário 09 – EPI's e Sinalização

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo a ser atingido	Qtd
<b>01</b>	Bota sem biqueira de aço	Proteger os pés	Proteção e conforto aos pés do trabalhador.	<b>01</b>
<b>02</b>	Calça para construção civil	proteção e mobilidade nas diversas atividades.	Proporcionar conforto e proteção.	<b>01</b>
<b>03</b>	Camisa para construção civil	Conforto, proteção e mobilidade	Proporcionar conforto e proteção.	<b>01</b>
<b>04</b>	Fita de Isolamento de ambiente	Para sinalização	Evitar que pessoas acessem locais	<b>01</b>
<b>05</b>	Carneira	Proteção contra impactos de objetos sobre o crânio	Oferecer conforto e proteção total ao usuário.	<b>01</b>
<b>06</b>	Protetor facial	proteção à face	Proteger a face do trabalhador	<b>01</b>
Total				<b>06</b>

#### Armário 10 – Equipamentos para medição do ambiente

Item	Equipamento	Finalidade	Objetivo a ser atingido	Quant.
<b>01</b>	Luxímetro MLM 1333	Medir o nível de iluminação dos ambientes.	Adequar o ambiente a um nível de iluminação mínima	<b>01</b>

<b>02</b>	Decibelímetro MSL – 1352C	Realizar a medição dos níveis de pressão sonora.	Adequar o ambiente a um nível de ruído salubre ao trabalhador.	<b>01</b>
<b>03</b>	Termômetro digital MT 507	Medir temperaturas	Proteger o trabalhador	<b>01</b>
Total				<b>03</b>

#### **Armário 11 - Equipamentos didáticos no laboratório**

<b>Item</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo a ser atingido</b>	<b>Qtd</b>
<b>01</b>	Simulador de espaço confinado	Realizar treinamentos e tarefas	Realizar estratégias de resgate com simulações práticas	<b>02</b>
<b>02</b>	Exaustor purificador de ambiente	Exaustão e ventilação de ar em galerias	Acionar alto desempenho de ar puro direto ao ambiente	<b>01</b>
<b>03</b>	Suporte para extintores	Afixar os extintores que são colocados sobre ele.	Posicionar os extintores no ambiente conforme NR- 23.	<b>02</b>
<b>04</b>	Extintores de incêndio	Extinguir ou controlar o princípio de incêndio	Evitar danos causados por incêndio	<b>06</b>
<b>05</b>	Extintor de incêndio, didático	Mostrar funcionalidade dos extintores.	Apresentar simulações de como funciona um extintor	<b>01</b>
<b>06</b>	Propulsionador de espuma	Ajudar no combate a emergência.	Combater incêndio nas grandes emergências.	<b>01</b>
<b>07</b>	Chuveiro Lava olhos	Minimizar os danos nos olhos	Minimizar efeitos de produto químico no corpo	<b>01</b>
<b>08</b>	Manequim completo	Simular as vestes de combate a incêndio.	Utilizar em atividade de combate a incêndio	<b>01</b>
<b>09</b>	Manequim para construção civil	Captar e simular na construção Civil.	Proporcionar conforto e mobilidade segura.	<b>01</b>
<b>10</b>	Manequim completo	Conjunto de combate a incêndio	Enfrentar e combater as chamas com uso de vestimentas adequadas	<b>01</b>
<b>11</b>	Lanterna de uso de bombeiros	Ajudar os bombeiros em sua emergência.	Melhorar a visualização da área a ser trabalhada.	<b>01</b>
<b>12</b>	Mangueiras de combate incêndio	Transportar água até o local atingido	Controlar e eliminar as emergências.	<b>02</b>
<b>13</b>	Boneco para primeiro socorros	Simular e ensinar sobre salvamentos com vítimas	Preparação e atendimento em primeiro socorros.	<b>01</b>
<b>14</b>	Placas de sinalização	Indicar a direção, e nomear os ambientes,	Proporcionar organização e segurança	<b>28</b>
<b>15</b>	Corneta para emergência	Soar alarme.	Indicar acontecimento de uma emergência.	<b>01</b>
<b>16</b>	Porta protetor auricular	Guardar os protetores auriculares	Manter os protetores auriculares higienizados.	<b>01</b>
<b>17</b>	Manequim com roupa de alta temperatura	Simular e apresentar as vestes ao uso temperaturas elevadas.	Indicar a melhor proteção em caso de temperatura extrema.	<b>01</b>
<b>18</b>	Mapa de Risco	Representar graficamente fatores capazes de acarretar prejuízos à saúde	Mostrar aos trabalhadores os pontos de risco nos diferentes setores das empresas.	<b>01</b>
<b>19</b>	Maca	Transportar vítima de acidentes.	Garantir que o acidentado seja transportado de forma correta.	

### 32. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PNUD, Ipea e FJP, 2010.
- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015.
- Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº1/2004, que trata das diretrizes para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.
- Decreto nº 4.281/2002, Art. 5º
- Resolução nº 01/2012, que estabelece diretrizes para a educação em Direitos Humanos
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011
- Portaria Nº 3.284/2003, MEC.
- PNE (MEC, 2014, p. 10)
- PNE (MEC, 2014, p.13)
- Censo da Educação Superior (2011)
- Lei Nº 9394/ 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei Nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e suas legislações normativas;
- Decreto nº 9.235, que dispõe acerca do fluxo de processos nos sistema emec;

- Parecer CNE/CES/2006 e Resolução CNE/CES Nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução CNE/CP Nº 2/ 2018, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito;
- Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999
- Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
- Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT.
- Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011
- Portaria Nº 3.284/2003; Decreto Nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução CONAES Nº 1/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante
- Parecer CNE/CES/2006 e Resolução CNE/CES Nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.



**FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS - FBE**

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES  
COMPLEMENTARES DO CURSO DE  
DIREITO**

**SALVADOR/2019**

## **REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO**

*Este Regulamento dispõe sobre as Atividades Complementares e se aplica ao curso de Direito da Instituição.*

**Art. 1º.** As Atividades Complementares integram a parte flexível dos currículos dos cursos de graduação ministrados pela FBE, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do diploma, nos termos do Projeto Pedagógico do Curso e das normas legais pertinentes.

**Parágrafo único.** Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, como componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

**Art. 2º.** As Atividades Complementares são coordenadas pelo Coordenador curso e pelo Núcleo de Atividades Complementares da IES.

**Art. 3º.** Compõem as Atividades Complementares as seguintes atividades descritas abaixo:

### ITEM DISCIPLINAS/ATIVIDADES

- I Componentes extracurriculares, nas áreas oferecidas pelo curso;
- II Componentes extracurriculares, pertencentes aos cursos de outra IES, em áreas afins;
- III Programas de extensão;
- IV Cursos de extensão na área de interesse dos cursos ou de atualização cultural;

- V Monitoria nos cursos;
- VI Eventos diversos nas áreas dos cursos;
- VII Assistência às defesas de monografias e/ou de dissertação de mestrado ou teses de doutorado de outras Instituições;
  
- VIII Cursos de idiomas;
- IX Participação em atividades extracurriculares de assessoria a populações carentes ou de baixa renda, diretamente ou por intermédio de associações, sindicatos, ONG's, mediante convênio com a FBE;
- XI Estágios extracurriculares;
- XII Participação em programas de voluntariado;
- XIII Participação em iniciação científica e monitoria, dentre outros.

**Parágrafo único.** O acadêmico deverá cumprir as Atividades Complementares, pelos menos, em três itens distintos estabelecidos neste artigo.

**Art. 4º.** O aluno poderá cumprir entre o primeiro e o último período letivo do curso, a carga horária total de Atividades Complementares prevista no Projeto Pedagógico do curso.

**Art. 5º.** A realização de Atividades Complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Art. 6º.** Cabe ao Coordenador de curso orientar o aluno na frequência e certificação dessas atividades, com recurso para o Colegiado.

**Art. 7º.** As Atividades Complementares devem atender às seguintes normas gerais:

- I. São considerados componentes extracurriculares, para validação como Atividades Complementares, os componentes oferecidos pela FBE, ou por outras Instituições de Educação Superior (IES), fora do horário regular das aulas e cujo conteúdo não esteja integralmente contemplado por nenhum componente do currículo do curso;

II. Os componentes curriculares de áreas afins, assim definidas pelo Colegiado, pertencentes a cursos de outras IES, são considerados extracurriculares;

III. As atividades promovidas pela IES e pelo Curso, fora do âmbito do horário regular de aulas;

IV. Publicações na IES e fora dela, decorrentes de atividades de iniciação científica e/ou extensão, ou ainda de práticas investigativas no âmbito do Curso;

V. A validação de qualquer das atividades depende de prévia aprovação do Coordenador de cada curso;

IV. A presença, devidamente comprovada, em apresentação de monografia do curso, de dissertações de mestrado ou de tese de doutorado, tem atribuído um valor por sessão.

**Art. 8º.** Cabe ao aluno comprovar, junto à Coordenadoria de curso, a sua participação em Atividades Complementares.

**Parágrafo único.** Compete ao Coordenador do curso encaminhar à Secretaria Acadêmica Geral da FBE as comprovações das atividades de que trata este artigo, com sua definida convalidação, na forma deste regramento.

**Art. 9º.** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

**Art. 10º.** As normas estabelecidas neste Regulamento entram em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da IES.



**FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS - FBE**

# **REGULAMENTO DE TRABALHO DE CURSO DO CURSO DE DIREITO**

**SALVADOR/2019**

## **REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO**

**Art. 1º** A monografia, requisito parcial para a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito, consistirá em um trabalho de caráter individual, visando à síntese dos conhecimentos obtidos, sua aplicação a um contexto específico, ou o aprofundamento de questão pertinente à área de estudo, fundamentado em investigação bibliográfica.

**Art. 2º** O TC terá um coordenador geral das atividades, com as seguintes atribuições:

- I. Coordenar e organizar as diretrizes gerais, inclusive quanto às linhas de pesquisa, fixadas pelo Colegiado de Curso;
- II. Organizar e acompanhar o processo de orientação, acompanhamento e avaliação das monografias.
- III. Fazer cumprir as normas previstas no Manual da IES para elaboração de trabalho de conclusão de curso, a ser instituído, tendo em vista a identidade institucional.

**Art. 3º** Todos os docentes de áreas específicas do Curso poderão ser responsáveis pela orientação de TC e compete ao professor- orientador:

- I. Orientar o conteúdo da monografia de modo que represente acréscimo de conhecimentos para o autor e para a Instituição e possa ser concluído dentro do tempo estabelecido;
- II. Organizar, junto com o aluno, um cronograma de atividades e acompanhar o desenvolvimento e finalização das mesmas;
- III. Fiscalizar, através de lista de presença, o comparecimento regular do aluno à orientação;
- IV. Participar da banca examinadora;
- V. Apresentar relatório quanto à prontidão do aluno, para a apresentação de sua monografia, perante a banca examinadora.

**Art. 4º** A Coordenação do Trabalho de Curso designará, dentre os professores constantes de listagem, o professor escolhido pelo aluno e que aceitar o trabalho de orientação da monografia.

**§1º** A indicação deverá observar a aderência do professor em relação ao tema escolhido;

**§2º** O aceite do professor deverá constar no próprio Projeto de Monografia ou em Termo de Aceitação.

**Art. 5º** O número de alunos orientados por cada professor será em número máximo de 5, a fim de não representar sobrecarga de trabalho para o professor e para preservar a qualidade dos trabalhos.

**Art. 6º** A orientação da monografia será desenvolvida segundo cronograma a ser estabelecido entre o professor e o aluno, visando ao cumprimento de prazos que atendam às exigências do calendário escolar.

**Art. 7º** A elaboração da monografia se dará a partir da apresentação de um projeto construído com o apoio da disciplina Trabalho Curso I, II e III.

**Art. 8º** O projeto de monografia deverá conter, pelo menos, os seguintes tópicos:

- I. Apresentação do tema (parte introdutória, problematização e contextualização do tema);
- II. Justificativa (importância, significância e contribuição da monografia);
- III. Objetivos (definição e delimitação);
- IV. Metodologia (instrumentos e técnicas);
- V. Revisão de literatura (embasamento teórico);
- VI. Plano de conteúdo (definição dos assuntos);
- VII. Cronograma de atividades;
- VIII. Bibliografia básica.

**Art. 9º** A monografia deverá ser construída, segundo as determinações

da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Art. 10.** A indicação do professor orientador deverá ser feita, impreterivelmente, até 01 mês após o início de cada semestre letivo e a entrega do Projeto de Monografia não poderá ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, após a indicação do orientador.

**Parágrafo único.** A entrega dos trabalhos à Coordenação do Trabalho de Curso deverá ser feita no prazo de 30 dias anteriores ao término do semestre letivo, tendo o professor orientador, o prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento, para análise e avaliação dos trabalhos, devendo elaborar, neste prazo, seu relatório quanto ao desempenho do aluno e sua prontidão para a apresentação.

**Art. 11.** A estrutura da monografia deverá atender ao seguinte roteiro:

- I. Parte pré-textual: capa, folha de rosto, ficha catalográfica, termo de aprovação, agradecimentos e dedicatória (opcionais), resumo e sumário;
- II. Corpo da monografia: introdução, desenvolvimento (capítulos) e conclusão;
- III. Parte pós-textual: Referências bibliográficas/Bibliografia consultada, Anexo e Glossário (opcionais).

§ 1º Recomendar-se-á a apresentação da monografia em papel branco, formato A4, constituindo um mínimo de 50 laudas.

§ 2º Aprovada pelo professor orientador, a monografia será entregue em formato digital à Coordenação de TC, que a encaminhará aos componentes da Banca Examinadora.

**Art. 12.** A monografia, para fins de avaliação, será apreciada em sessão pública solene, por uma banca examinadora composta por três professores, sendo um deles o professor orientador e os dois outros, especialistas na área de interesse da monografia, designados pelo Coordenador do TC, sendo estes integrantes do corpo docente da Instituição, podendo dela fazer parte docentes convidados.

**Art. 13.** A avaliação da monografia deverá considerar os seguintes critérios:

- I. Pertinência do tema com as linhas de pesquisas apontadas pela Instituição;
- II. Definição clara do problema estudado;
- III. Coerência de todo o trabalho com o problema;
- IV. Relação do embasamento teórico com o problema em estudo;
- V. Clareza e correção de linguagem;
- VI. Encadeamento lógico das ideias apresentadas;
- VII. Bibliografia atualizada.

**Parágrafo único.** A esses critérios deverão se somar os relativos à exposição oral onde serão ponderados o domínio do tema, a fluência e correção verbal, a capacidade de síntese, a postura e o tratamento dispensado à banca, a resposta às perguntas e a capacidade de contra-argumentar.

**Art. 14.** O resultado da avaliação será expresso por notas de 0(zero) a 10 (dez), produto da média aritmética dos itens a serem analisados pela banca examinadora.

**Art. 15.** A banca poderá chegar aos resultados seguintes:

- I. APROVAÇÃO, quando o aluno obtiver nota final igual ou superior a 7 (sete);
- II. APROVAÇÃO COM RESTRIÇÕES, quando o aluno obtiver nota final igual ou superior a 5 (cinco);
- III. REPROVAÇÃO, quando o aluno obtiver nota final inferior a 5 (cinco).

§ 1º Uma vez obtido o resultado de aprovação com restrições, conceder-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para o aluno proceder à entrega da nova versão do trabalho, após as alterações propostas, que deverão ser apontadas objetivamente pela banca.

§ 2º Realizadas as correções, no prazo estabelecido, será reconvocada a banca para nova exposição oral que seguirá os mesmos critérios para a atribuição de nota.

§ 3º Na hipótese acima, a banca concluirá pela aprovação ou reprovação.

**Art. 16.** Das sessões de apresentação de monografia será lavrada Ata no livro próprio que deverá ser firmada por todos os membros da banca.

**Parágrafo único:** A ausência do aluno a qualquer das sessões de avaliação a que for convocado implicará em reprovação.

**Art. 17.** Fundamentando-se nas legislações pertinentes para a pesquisa em Engenharia, o trabalho deverá ser submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa.

**Art. 18.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.



**FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS - FBE**

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO  
CURRICULAR SUPERVISIONADO  
DO CURSO DE DIREITO**

**SALVADOR/2019**

*REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO  
CURSO DE DIREITO DA FBE*

Art. 1º O estágio curricular do Curso de Direito da FBE é uma atividade obrigatória, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Pedagógico do Curso.

§1º São compostos por atividades teórico- práticas programadas e supervisionadas por docentes profissionais do Direito do curso e tem por objetivo assegurar aos acadêmicos a inserção em contextos que representem reais possibilidades de observações, análises e intervenções nas mais diversas áreas de atuação do profissional da área.

Art. 2º São procedimentos metodológicos, dentre outros, que deverão ser utilizados no estágio:

1. Orientações iniciais sobre todo o estágio;
2. Explicações referentes ao acompanhamento e à orientação dos alunos no decorrer do estágio;
3. Elaboração do plano de Estágio pelo aluno, considerando as etapas observação, diagnóstico, análise e intervenção, com acompanhamento do docente orientador/supervisor e participação e ciência do Supervisor de Estágio da unidade concedente, quando for o caso;
4. Incentivo ao uso de referencial bibliográfico;
5. Cumprimento de prazos estabelecidos por todos os envolvidos.

Art. 3º. Considera-se estagiário o estudante do curso de graduação em Direito da FBE, regularmente matriculado, cursando disciplina com atividade prática e que atenda às legislações em vigor.

Art. 4º. Compete ao Coordenador de estágio:

I - acompanhar, sistematicamente docentes que se encontram na condição de orientadores/supervisores;

II - estabelecer contato com os espaços de estágio curricular para a formalização de convênios destinados a atividade;

III- manter contato com os responsáveis pelo estágio nos espaços que receberão os estagiários, com vistas à integração estagiário/equipe da instituição;

III - definir os núcleos e campos de estágio;

IV - coordenar as atividades de estágio, visando a otimização de seu desenvolvimento;

V - decidir com a coordenação geral do curso e com os professores-orientadores medidas a serem referentes a problemas surgidos durante a realização do estágio;

VI - desenvolver mecanismos operacionais que facilitem a condução dos estágios com segurança, seriedade, ética e aproveitamento;

VII - manter vigilância com relação aos aspectos legais dos convênios/termos de cooperação técnica de estágio;

VIII - organizar reuniões de caráter técnico-pedagógico com os professores-supervisores, a fim de discutir normas e diretrizes para o desenvolvimento das atividades do mesmo;

IX - participar do programa de avaliação institucional, coordenando as atividades de avaliação da área de estágios, visando aprimorar sua dinâmica em função dos objetivos propostos;

X -reunir-se periodicamente com os professores-orientadores para avaliação e replanejamento das atividades.

Art. 5º Atribuições do supervisor de estágio:

a) Supervisionar as atividades dos estágios;

b) Ter postura ética frente aos estagiários, profissionais envolvidos nas atividades propostas e usuários;

- c) Buscar parcerias com outras unidades da Instituição formadora, a fim de realizar trabalhos inter e multidisciplinares;
- d) Fiscalizar a frequência nas supervisões e atividades dos estagiários;
- e) Assessorar atividades práticas e teóricas dos estagiários, tais como relatórios, laudos, transcrições, preenchimento de prontuários, etc.;
- f) Comunicar periodicamente ao coordenador do Serviço de Direito e do curso de Direito, sobre o desenvolvimento das atividades de estágio, em reuniões pedagógicas;
- g) Manter devidamente arquivados todos os documentos referentes às atividades de estágio e zelar pela sua guarda e confidencialidade;
- h) Fixar cronogramas e prazos das atividades dos estagiários;
- i) Realizar avaliação final do estágio;
- j) Responder pelas atividades práticas e teóricas dos estagiários, diante dos usuários e do curso de Direito;
- k) Ter autonomia na elaboração e desenvolvimento das atividades que competem ao estágio.

#### Art. 6º Normas gerais para estagiários de Direito

- a) Ter postura ética frente aos usuários, supervisores, demais estagiários e profissionais envolvidos nas atividades propostas;
- b) Cumprir carga horária estabelecida às atividades práticas e teóricas propostas, com responsabilidade;
- c) Guardar sigilo sobre material dos estágios;
- d) Manter atualizada sua pasta de estágio que deverão conter todos os documentos e relatórios estabelecidos pelos supervisores responsáveis;
- e) Respeitar a hierarquia das instituições, locais de estágios, obedecendo as determinações de serviços e normas;
- f) Zelar e responsabilizar-se pela manutenção das instalações e equipamentos utilizados nos estágios;
- g) Apresentar aos supervisores relatórios das atividades desenvolvidas nas datas por eles estabelecidas;
- h) Pontualidade nas atividades práticas e nas supervisões.

Art. 7º O aluno que não cumprir a carga horária mínima estipulada será reprovado e repetirá o estágio, sujeito às mesmas exigências e carga horária.

Art. 8º. O aluno deverá obter, na avaliação final do estágio, nota igual ou superior a 7.0 (sete).

§ Único. Caso ele não atinja a nota estipulada, deverá fazer as correções do relatório com o prazo de até 15 dias para a entrega do mesmo. Não havendo aprovação, repetirá a atividade.

Art. 11. As especificidades do estágio curricular do Curso de Direito serão definidos pelo NDE e deliberados pelo Colegiado de curso.